



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Coesão intrapartidária no Portugal pós-troika:
Tipos de militantes e (in)congruência ideológica

Hugo Ferrinho Lopes

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientador:

Doutor André Freire, Professor Catedrático
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Doutor Marco Lisi, Professor Auxiliar
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

[outubro, 2019]

Agradecimentos

Esta dissertação representa a turbulência e os imprevistos de um período com matéria para escrever tantos tomos como o *Das Kapital* das edições Avante. Mas, no final, o que conta é o percurso. E eu tenho orgulho no meu. Não o fiz sozinho. A “Maria Tese”, como tanta vez lhe chamei, é a soma de várias partes. A congregação de todos quantos me apoiaram. Com os que acreditaram, mesmo quando eu próprio já não acreditava, ouvi que, na verdade, a motivação para a terminar uma dissertação tem as suas similitudes com uma pasta de dentes: no final, só é preciso apertar com mais força.

Em primeiro lugar, aos meus pais. Por serem um exemplo de seriedade, perseverança, superação e ética superior. Tenho este defeito de querer segurar o mundo com as próprias mãos e melhorá-lo. Mas, na realidade, quem segura tudo são eles. Os mais prejudicados. Os mais adiados, até ao dia em que não puder adiar mais. Todas as palavras serão parcas para preencher a distância e impedimentos daqueles que serão sempre os melhores dias das nossas vidas. Devo-vos tudo. Obrigado. Esta é para vocês.

Em segundo lugar, aos meus. Ao meu tesouro, o meu irmão, porque, ao olhar para ele, vejo a melhor versão de mim. Aos meus avós. Que saibam que almejo um mundo que siga a vossa humildade e trabalho. À Rita, pela paciência e apoio incondicional. Toda a dedicação será manifestamente insuficiente para merecer o privilégio de estar ao seu lado. E à Susana, pela amizade, carinho e auxílio. Pela cumplicidade, leitura atenta e discussão crítica, esta tese tem muito dela.

Em terceiro, à família que escolhemos. Muito do que nos define passa por quem nos rodeia. Tive a honra de travar várias batalhas ao lado de amigos como o David Pinto, o João Santos Silva, o Helder Antunes, o Diogo Freire, o Nelson Carvalho, o João Matias, o Mário Pereira, a Márcia Nunes e o João Diogo, entre tantos outros. E aos amigos que a vida não me permite ver tanto quanto gostaria. Não os vou enumerar, porque seria outra dissertação. Mas que saibam que são do coração.

Às minhas três instituições e às suas bibliotecas: as minhas casas fora de casa. Por um lado, o ISCTE-IUL, o ICS-UL e as suas gentes acolheram-me de braços abertos. Tem sido um gosto aprender com os seus docentes, investigadores e colaboradores, de um profissionalismo invejável. Mas, por outro, a UBI e a Covilhã não são apenas o meu *bunker*: são um contínuo lembrete do meu ponto de partida e de chegada. É de lá que eu sou, é daquela gente que eu venho e, um dia, é para lá que eu volto.

Por fim, mas não menos importante, ao meu orientador, que não se limitou a ser um mero tutor. O prof. André Freire é também um amigo, conselheiro, fonte de boa disposição e de inspiração. Nunca desistiu. Devo-lhe muito. Ao meu coorientador, prof. Marco Lisi, pelo que, graças a ele, aprendi com esta experiência. Aos profs. Ana Belchior e José Santana Pereira, dois referenciais pessoais e profissionais de ética e dedicação que me servirão sempre de modelos a seguir, bem como à Augusta Correia, pela disponibilidade constante, e à prof.^a Helena Carvalho, que me soube indicar a luz num caminho de escuridão. Também ao Pedro Silveira, ao Jorge Fernandes e ao Viriato Queiroga, pela troca de ideias, conversas construtivas e promoção de um ambiente intelectualmente ambicioso.

Como a gratidão é a memória do coração: obrigado. Continuaremos juntos na caminhada da vida. Quaisquer imprecisões que subsistam são, naturalmente, da minha exclusiva responsabilidade.

Resumo

O crescente interesse da ciência política sobre membros partidários revelou-se sintomático da saliência destes agentes e do seu papel nas democracias representativas. A “crise da militância” fez com que se tente perceber o perfil daqueles que continuam a participar internamente. Todavia, ainda que esta investigação seja crucial para avaliar vários aspetos da qualidade da representação política, o debate internacional sobre a filiação partidária encontrou parca receptividade em Portugal. Os estudos sobre a militância são escassos e têm-se circunscrito às dimensões institucionais e formais dos partidos. Não obstante, o caso português é relevante por várias razões. O sistema eleitoral, a competição bipolar do sistema multipartidário e a existência de várias tipologias partidárias permitem testar a lei de May. Por conseguinte, procurando contribuir para preencher esta lacuna e *explicar as causas da heterogeneidade ideológica entre membros e partidos depois da crise económica*, suportamo-nos em dados recentes sobre filiados, delegados e deputados. Analisamos em que medida existem membros que se distanciam ideologicamente do seu partido, quem são, o que pensam e como se distinguem. Os resultados suportam largamente as nossas expectativas e têm implicações importantes para futuras investigações sobre as consequências do resgate financeiro, a polarização e facciosismo em perspetiva longitudinal e comparativa. Existem diferentes proporções de disparidade ideológica de acordo com a tipologia partidária. A incongruência varia também de acordo com a hierarquia da militância, sendo mais a norma que a exceção, e é explicada por motivações instrumentais, pela satisfação com o funcionamento interno, a emancipação dos membros e a deslealdade eleitoral prévia.

Palavras-chave: incongruência ideológica, membros partidários, lei de May, estrutura de incentivos, ativismo, lealdade eleitoral, partidos políticos, Portugal

Abstract

The increasing interest in political science regarding party members is a symptom of the salience of this agents and their role in representative democracies. The ‘crisis of the membership’ lead researchers to try to understand the profile of those who still participate through political parties. However, although this widespread investigation is crucial to examine many details of political representation, the international debate on party members found lack of acceptance in Portugal. Studies on party membership are scarce and rely mostly on parties’ formal and institutional dimensions. The Portuguese case is relevant for several reasons. The electoral system, the bipolar competition of the multiparty system and the existence of different party typologies provide the conditions for testing May’s Law. Therefore, seeking to contribute to fill this gap and *explain the causes of ideological heterogeneity between members and parties after the economic crisis*, we rely on newly data about party affiliates, delegates and MPs. We measure the extent in which organizations contain members who distance themselves from the party, who they are, what they think and what distinguish them. Findings largely support our expectations, having important implications for future research on the consequences of the financial bailout, polarization and factionalism in longitudinal and comparative perspective. There are significant differences in the proportions of ideological *mismatch* according to party types. Incongruence also varies between membership hierarchies, being more the norm than the exception, and its explained by instrumental motivations, satisfaction with internal democracy, members emancipation and previously defected votes.

Keywords: ideological incongruence, party membership, May’s law, incentive structure, activism, electoral loyalty, political parties, Portugal

*“Vivemos com o que recebemos,
mas marcamos a vida com o que damos”*

Winston Churchill

Índice Geral

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – TEORIA.....	3
1.1. Estado da Arte	3
1.1.1. Contributos Clássicos e Identidades Ideológicas.....	3
1.1.2. Declínio da Filiação Partidária: Relevância e Implicações	5
1.1.3. Enquadramento Teórico: Lei de May	7
1.1.4. Os Desajustados Ideológicos	9
1.2. Modelo de Análise.....	11
1.2.1. Concetualização e Operacionalização	11
1.2.2. Hipóteses de Investigação.....	17
CAPÍTULO II – METODOLOGIA E DADOS.....	22
2.1. Tipo de Investigação e Fontes.....	22
2.2. Seleção de Casos e Lapsos Temporais.....	23
2.3. Plano de Análise e Tratamento de Dados.....	23
CAPÍTULO III – RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	25
3.1. Identidades Ideológicas dos Membros Partidários	25
3.2. Divisão Ideológica: Magnitude e Direção.....	27
3.3. Os Desajustados Ideológicos: quem são e como se distinguem.....	31
3.4. Determinantes da Disparidade Ideológica	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
BIBLIOGRAFIA	41
FONTES.....	52
ANEXOS.....	I
A. Características Técnicas e Dimensão da Amostra	I
B. Construção de Variáveis	II
B.1. Cálculo da Variável “Insatisfação”	II
B.2. Cálculo da Variável “Motivação”	II
B.3. Cálculo das Variáveis “Posição de Liderança” e “Cargos Públicos”	III
C. Diferenças de Posicionamentos Ideológicos.....	IV
C.1. Diferenças de Identidades Ideológicas dentro dos Partidos.....	IV
C.2. Diferenças de Identidades Ideológicas entre Partidos.....	IV
C.3. Diferenças de Identidades Ideológicas entre Militantes	V
D. O Perfil dos Membros Partidários	VI
E. Determinantes da Incongruência Ideológica: Qualidade e Adequabilidade dos Modelos de Regressão Categórica	IX
E.1. Qualidade do Modelo de Regressão Logística Binária	IX
E.2. Adequabilidade do Modelo de Regressão Logística Binária	XIII

Índice de Quadros

Quadro 1.1. Operacionalização dos conceitos.....	16
Quadro 3.1. Direção da heterogeneidade: percepções do posicionamento individual e partidário (%)...28	28
Quadro 3.2. Características dos desalinhados ideológicos (%).....	31
Quadro 3.3. Determinantes da incongruência ideológica. Resultados de regressão logística binária....	33
Quadro A.1. Dimensão da amostra por partidos e tipo de membros.....	I
Quadro A.2. Variável Dependente e Variáveis Independentes: Características Técnicas e Dimensões da Amostra.....	I
Quadro B.1. Características do índice “insatisfação com o funcionamento interno”	II
Quadro B.2. Características da variável “motivação para a adesão”: Análise de Componentes Principais	II
Quadro B.3. Características da variável “posição de liderança”: índice aditivo	III
Quadro B.4. Características da variável “cargos públicos decorrentes da militância partidária”: índice aditivo	III
Quadro C.1. Diferenças entre o autoposicionamento dos militantes e o posicionamento do partido: teste <i>t</i> para uma amostra.....	IV
Quadro C.2. Diferenças entre o autoposicionamento dos filiados e delegados face ao dos deputados: teste <i>t</i> para amostras independentes	IV
Quadro C.3. Diferenças de posicionamentos entre partidos: ANOVA	IV
Quadro C.4. Diferenças de posicionamentos entre partidos: comparações múltiplas (<i>Tukey HSD post-hoc test</i>)	V
Quadro C.5. Diferenças de posicionamentos entre filiados e delegados versus deputados: ANOVA....	V
Quadro C.6. Diferenças de posicionamentos entre partidos: comparações múltiplas (<i>Tukey HSD post-hoc test</i>).....	V
Quadro D.1. O perfil socioeconómico dos militantes, por estrato partidário (%).....	VI
Quadro D.2. O perfil socioeconómico dos militantes, por partido político (%).....	VII
Quadro D.3. Testes de independência do perfil socioeconómico face à variável dependente	VIII
Quadro E.1. Inferência sobre o modelo: teste do Qui-quadrado (bloco 1).....	IX
Quadro E.2. Sumário do modelo (bloco 1).....	IX
Quadro E.3. Ajustamento do modelo aos dados (bloco 1)	IX
Quadro E.4. Determinantes da incongruência ideológica (bloco 1).....	IX
Quadro E.5. Inferência sobre o modelo: teste do Qui-quadrado (bloco 2).....	X
Quadro E.6. Sumário do modelo (bloco 2).....	X
Quadro E.7. Ajustamento do modelo aos dados (bloco 2)	X
Quadro E.8. Ajustamento do modelo aos dados: teste de Hosmer e Lemeshow (bloco 2).....	X
Quadro E.9. Determinantes da incongruência ideológica (bloco 2).....	XI

Quadro E.10. Inferência sobre o modelo: teste do Qui-quadrado (bloco 3).....	XI
Quadro E.11. Sumário do modelo (bloco 3).....	XI
Quadro E.12. Ajustamento do modelo aos dados (bloco 3).....	XI
Quadro E.13. Ajustamento do modelo aos dados: teste de Hosmer e Lemeshow (bloco 3).....	XII
Quadro E.14. Determinantes da incongruência ideológica (bloco 3).....	XII
Quadro E.15. Independência das variáveis: testes de multicolinearidade.....	XIII
Quadro E.16. Área sob a curva (probabilidade prevista)	XV

Índice de Figuras

Figura 1.1. Modelo de Análise	21
Figura 3.1. Posicionamento na escala esquerda-direita: congruência entre militantes e partidos	25
Figura 3.2. Autoposicionamento por estrato: congruência entre filiados, delegados e deputados	26
Figura 3.4. Dimensão da incongruência: distribuição entre membros partidários (%)	29
Figura 3.5. Incongruência absoluta por partido (médias e intervalos de confiança)	30
Figura 3.6. Probabilidades previstas da incongruência em função de cada variável independente	35
Figura E.1. Diagrama de resíduos estudentizados	XIII
Figura E.2. Diagnóstico de outliers e de observações influentes	XIV
Figura E.3. Diagnóstico de casos influentes (<i>DfBetas</i> para coeficientes do modelo)	XIV
Figura E.4. Curva de ROC.....	XV

Glossário de Siglas

BCE – Banco Central Europeu

BE – Bloco de Esquerda

CDS-PP – Partido Popular

CDU – Coligação Democrática Unitária

F/E – Rácio entre filiados e eleitorado

FMI – Fundo Monetário Internacional

PAN – Partido Pessoas-Animais-Natureza

PCP – Partido Comunista Português

PEV – Partido Ecologista “Os Verdes”

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

PSR – Partido Socialista Revolucionário

UDP – União Democrática Popular

INTRODUÇÃO

O crescente interesse da ciência política e a consequente proliferação de literatura sobre ativistas partidários revelaram-se sintomáticos do incremento da saliência destes agentes como *influencers* da agenda política e do *decision-making* – ou seja, das promessas dos partidos e o seu respetivo cumprimento. Os militantes são atores centrais da democracia representativa (Barber, 1984; Teorell, 1999), com um importante papel na difusão dos valores e ideais do partido (Pizzorno, 1980), quer na mobilização eleitoral, suporte financeiro, comunicação e recrutamento (Scarrow, 1996; Lisi, 2011: 112). A investigação sobre a coesão intrapartidária tornou-se, deste modo, importante para a politologia, dado que as divisões internas têm consequências na competição interpartidária, na qualidade da representação e, em última instância, na própria sobrevivência dos partidos (Kukec, 2019). Enquanto “embaixadores” dos partidos junto da sociedade civil, as idiosincrasias dos militantes dentro da “caixa negra” das organizações partidárias (Müller, 1997) merecem, portanto, ser estudadas.

Van Haute e Carty (2012) e Kölln e Polk (2017), seguidos por Kukec (2019) foram pioneiros nesta matéria, que nunca teve réplica em Portugal até ao recente estudo de Lisi e Cancela (2019). Todavia, por um lado, nenhuma destas investigações prestou atenção à própria elite partidária como unidade de análise. Não cumpriram, portanto, uma das condições para fornecerem uma avaliação convincente da lei da disparidade curvilínea (ver Norris, 1995: 34). Somente Holsteyn e colegas (2017) incluíram dados de deputados, mas não procuraram testar as determinantes da inconsistência ideológica. Por outro lado, no único artigo sobre congruência intrapartidária em Portugal que abordou as diferenças entre as bases e as elites intermédias (Lisi e Cancela, 2019), os autores limitaram-se a uma análise de *clusters* através da conjugação da estrutura de incentivos com o envolvimento partidário, não procurando, contudo, aferir o seu efeito individual ou mesmo a relevância do funcionamento interno, a titularidade de cargos públicos e a ligação intrapartidária. Neste sentido, ainda que tradição de inquéritos a membros dos partidos seja longa (ver, para o caso europeu, Seyd e Whiteley, 1992; Whiteley *et al.*, 1994a), não existe investigação sistemática que permita a sua comparabilidade. A agenda de investigação futura deverá, portanto, passar pela replicabilidade de estudos entre vários países, por forma a permitir a comparação das suas conclusões (Van Haute e Gauja, 2015).

Com vista a preencher esta lacuna, temos como primordial objetivo aprofundar empiricamente a análise da disparidade ideológica que tem sido seguida noutros casos, mas que teve pouca receptividade em Portugal. Noutras palavras, não só replicamos parcialmente as investigações de Van Haute e Carty e de Kölln e Polk para o caso português, como expandimos a análise ao descrever as diferenças organizações partidárias e estratos do militantismo: filiados (bases), delegados (elite intermédia) e deputados (elite). Para tal, testamos a aplicabilidade da lei de May a fim de verificar se esta ainda é um contributo válido para explicar a representação política, procurando responder à seguinte questão de investigação: *quais os fatores explicativos da incongruência ideológica entre militantes e partidos no Portugal pós-crise?*

A análise das identidades ideológicas dos partidos e seus membros torna-se especialmente relevante no caso português. O sistema eleitoral facilita a emergência de novas forças políticas e o sistema multipartidário de competição tendencialmente bipolar garante as condições para a aplicabilidade da lei de May (Belchior e Freire, 2009). A estas características associa-se o contexto da recolha dos dados e a sua coincidência com o período posterior à intervenção da *troika*. De facto, os programas de ajustamento económico-financeiros aplicados aos Estados do Sul da Europa ocuparam um lugar cimeiro no debate político e na agenda mediática dos países intervencionados. Considerando que os períodos de crise económica e de tensão social são propícios a reavaliações da forma de pensar das sociedades, dos grupos e, claro, dos partidos políticos (Bartels e Bermeo, 2014; March e Rommerskirchen, 2015), a experiência de quase bancarrota poderá levar a uma maior polarização (Belchior, 2015; Freire, Tsatsanis e Lima, 2015, 2016) e a um ajustamento das identidades partidárias (Freire, Lisi e Viegas, 2015, 2016). Neste sentido, como referem Lisi e Gorbunova, “a análise ideológica [...] permite-nos compreender melhor as dinâmicas e os processos de transformação dos partidos, bem como os dilemas estratégicos experimentados durante a crise económica” (2017: 157).

Para alcançar este desiderato, será necessário, em primeiro lugar, explorar em que medida os partidos contêm “desajustados ideológicos”, bem como quem são, o que pensam e como se distribuem por famílias partidárias e pelos estratos do militantismo. Procuraremos evidenciar a dimensão (*magnitude*) e a direção (*sentido*) da incongruência ideológica entre membros e partidos, a par das características socioeconómicas dos militantes “desajustados”. Posteriormente, testaremos a aplicabilidade dos modelos teóricos para evidenciar os fatores explicativos da incongruência membro-partido. Acreditamos que a dimensão da heterogeneidade difere significativamente consoante as tipologias partidárias e o estrato da militância, ao mesmo tempo que é expectável que a mesma seja explicada pela estrutura de incentivos, o tipo de ativismo e a ligação membro-partido. Noutras palavras, esta dissertação visa três objetivos chave, que passam por evidenciar: 1) as características individuais dos *misfits*; 2) a sua distribuição pelo tipo de partido e estrato da militância em causa; e 3) os fatores explicativos que os levam a reportarem um distanciamento face ao posicionamento que associam à sua direção partidária.

No “Capítulo I – Teoria”, apresentamos, em primeiro lugar, os estudos mais relevantes sobre identidades ideológicas, membros partidários e a lei de May, e, em segundo, o modelo analítico a implementar (operacionalização dos conceitos e hipóteses de investigação). No “Capítulo II – Metodologia e Dados”, explicamos os contornos da nossa abordagem quantitativa, bem como todos os elementos que sustentam a análise (tipo de investigação, fontes, critério para escolha dos casos, contexto temporal e plano de análise e tratamento dos dados). No “Capítulo III – Resultados: Análise e Discussão”, expomos a análise descritiva, com caracterização sociodemográfica e elementos atitudinais e comportamentais, bem como o teste das hipóteses de trabalho, discutindo os seus resultados à luz dos pressupostos teóricos. Por fim, as notas conclusivas sublinham e debatem as implicações dos resultados, propondo novos rumos para futuras investigações.

CAPÍTULO I – TEORIA

1.1. ESTADO DA ARTE

1.1.1. CONTRIBUTOS CLÁSSICOS E IDENTIDADES IDEOLÓGICAS

Os partidos políticos constituem um objeto central de análise na politologia e desempenham um papel essencial no processo de representação política¹. A sua importância advém do facto de os regimes ocidentais hodiernos terem visto a sua consolidação acontecer, essencialmente, através dos próprios partidos, que, por sua vez, se institucionalizaram no centro do modelo fiduciário da democracia representativa (ver Mill, 1991: 55-80) como a ponte entre o Estado e a sociedade (Pitkin, 1972: 209).

As primeiras tentativas de compreensão da organização interna dos partidos remontam ao início do século XX (Ostrogorski, 1902; Michels, 1911; Duverger, 1951). Esta tradição foi prosseguida com a elaboração de teorias mais complexas para colmatar as falhas e se adaptar às transformações das organizações partidárias ao longo dos tempos (Kirchheimer, 1966; Beyme, 1985; Panebianco, 1988; LaPalombara e Anderson, 1992: 396-397; Katz e Mair 1995; Scarrow, 1996; Gunther e Diamond, 2003; Kitschelt, 2006). Antecipava-se, portanto, um futuro risonho para a disciplina (Charlot, 1971).

Emergidos das diferenças de interesses populacionais, os partidos procuraram representar as clivagens sociais de Lipset e Rokkan (1967). Por conseguinte, a necessidade de formular identidades coletivas surgiu logo com a sua criação, o que leva a que a matriz ideológica tenda a preceder as escolhas estratégicas que orientam a competição eleitoral (Lisi e Gorbunova, 2017: 155). Esta diferenciação entre partidos através da ideologia tende a manter-se ao longo do tempo como uma “marca” (Lisi, 2011: 14), existindo, por isso, quem os defina como agregados de interesses, valores e normas que criam um sentimento de pertença comum (Beyme, 1985; Ware, 1996: 22-23) – conceção que gerou várias críticas (Mair e Mudde, 1998; Mair, 2007)².

Por sua vez, os conceitos que sustentam estas identidades ideológicas emergiram com a Revolução Francesa e, desde então, adquiriram uma importância fundamental na política de massas, sendo utilizados para “classificar as doutrinas, as orientações em matérias de políticas públicas, as propostas dos candidatos ao voto popular e as inclinações ideológicas dos partidos e eleitores” (Freire, 2006a: 23). Noutras palavras, “esquerda” e “direita” funcionam como meios de comunicação entre políticos, *mass media* e eleitores, reduzindo a complexidade inerente aos assuntos políticos e facilitando a tomada de posições políticas (Laponce, 1981: 56; Luhman, 1982; Fuchs e Klingeman, 1990: 205; ver

¹ Para Maurizio Cotta, a representação política assenta num sistema de relações entre governantes e governados por efeito da qual os primeiros exercem o poder em nome dos segundos, estando sujeitos a mecanismos institucionais de responsabilização política e eleitoral (1986: 288).

² Ainda que a sua definição não seja consensual, os partidos políticos são comumente denominados como “um conjunto de diversas partes” que partilham o objetivo de captura e exercício do poder, com candidatos a cargos públicos, através de eleições (Downs, 1957; Sartori, 1976: 57; Fazendeiro, 2017: 70).

também Freire, 2005: 11; 2006a: 154; 2006b: 23, 31-32; 2008: 189; Freire e Belchior, 2009: 226; Freire e Kivistik, 2013: 171)³. Mesmo não sabendo o que são ou em que consistem, os eleitores tendem a identificar-se com o partido que entendem melhor defender as suas preferências. Ora, essas preferências são, por norma, corolário da ideologia⁴ invocada pela organização, pelo que a identificação e a filiação partidária funcionam como formas simplificadas de tomada de posição na escala esquerda-direita.

Estes conceitos tornaram-se tão centrais para a política contemporânea que a literatura, ao estudar as ideologias dos indivíduos e partidos, faz referência à dicotomia esquerda-direita na operacionalização de vários indicadores. Os investigadores contrastam posições socioeconómicas, nas quais associam usualmente a direita a políticas favoráveis ao mercado livre, e esquerda à defesa de uma economia predominantemente estatal, onde este detém a propriedade da maioria dos meios de produção⁵. Esta divisão é, ainda hoje, o principal fator explicativo do posicionamento ideológico (Freire e Belchior, 2013). Mais, é com base neste fenómeno que alguns autores argumentam que a divisão esquerda-direita⁶ é a variável mais importante – ou, no mínimo uma das mais importantes – na escolha partidária (Gunther e Montero, 2001: 136), bem como que a ideologia continua a ser a principal motivação para aderir a um partido em Portugal (Santo, Lisi e Costa, 2018).

Neste sentido, os partidos tendem a criar identidades programáticas para, fazendo uso de “incentivos coletivos”, mobilizarem as bases de apoio e aumentarem a participação e a integração (Panebianco, 1988). Os militantes serviam, portanto, como “embaixadores” dos partidos, difundindo as suas ideias e posições ideológicas em busca de uma maior legitimidade societal (Pizzorno, 1980; Scarrow, 2000: 84; Pedersen *et al.*, 2004; Whiteley, 2011: 26; Hooghe e Dassonneville, 2014; André e Depauw, 2016), exercendo funções importantes no recrutamento e na captação de eleitores, esperando-se que partilhem da identidade ideológica da direção nacional. De outra forma, a falta de coesão terá

³ No entanto, apesar de a sua origem lexical remontar ao século XVIII (Eatwell, 1992: 32-37; Laponce, 1981: 47-68), as raízes filosófico-políticas que suportam aquilo que hoje designamos por “esquerda” e “direita” têm uma génese mais antiga que a Revolução Francesa (Beyme, 1985: 255-256; Duverger, 1987: 248; Freire, 2006a: 38, nt. 4; Rosas e Ferreira, 2013a, 2013b: 2-19).

⁴ Diversas são também as definições da ideologia (ver Heywood, 2017: 6). Nesta investigação, adotamos a conceção minimalista de Converse (1964) e Bell (1970), que definem a ideologia como um sistema de crenças que simplifica a realidade e orienta a ação e as atitudes dos indivíduos.

⁵ Do ponto de vista cultural, a direita tem sido associada a políticas mais conservadoras, enquanto a esquerda é identificada como tendo atitudes sociais mais permissivas. Todavia, esta divisão tem sido criticada por agregar demasiada informação, tornando os conceitos de esquerda e direita demasiado ambíguos e abstratos, chegando a haver quem defendesse um caminho “para além da esquerda e direita” (Giddens, 1994). Consequentemente, Flanagan e Lee (2003) defenderam a necessidade teórica de dividir o espaço ideológico em duas componentes: a) um eixo socioeconómico (estado-mercado) e b) um eixo sociocultural (libertário-autoritário).

⁶ Utilizamos a terminologia “divisão” em vez de “clivagem” em concordância com os exemplos hodiernos nos estudos da politologia (Freire, 2006a), seguindo a linha de Lipset e Rokkan (1967), Allardat e Pesonen (1967) e Bartolini e Mair (1990), que entendem o conceito de clivagem num sentido mais amplo.

custos ao nível da clareza da mensagem perante os cidadãos (Scarrow e Gezgor, 2010: 827) e, nos casos mais severos, pode colocar em risco a própria sobrevivência do partido (Kukec, 2019: 1).

1.1.2. DECLÍNIO DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA: RELEVÂNCIA E IMPLICAÇÕES

O debate sobre a transformação dos partidos no contexto evolutivo das democracias colocou em causa o seu monopólio da representação política. A “colonização” do Estado e o funcionamento oligárquico das organizações partidárias (Daalder, 1992, 2002) levou à ascensão de novos atores e à dificuldade dos partidos tradicionais se adaptarem às mudanças da sociedade pós-industrial (Beyme, 1996; Ignazi, 1996: 553; Schmitter, 2001; Van Biezen, 2003). Como consequência, os estudos empíricos começaram a evidenciar um desalinhamento partidário e declínio da identificação dos cidadãos nestas organizações (Dalton, 1984; Dalton e Wattenberg, 2000). Com a desmobilização da participação política através dos partidos (Mair, 1994; Webb, 2002; Siaroff, 2009), surgiram sentimentos antipartidários e uma crescente *political disaffection* (Torcal *et al.*, 2002; Linz, 2002; Torcal, 2006; Torcal e Montero, 2006), da qual Portugal não foi exceção (Teixeira, 2009; Belchior, 2015; Teixeira, Tsatsanis e Belchior, 2016). Aliados ao posterior decréscimo generalizado da filiação partidária (Katz e Mair, 1992; Mair, 1997; Scarrow, 2000; Ignazi, 2014; Faucher, 2015), estes factos levaram a literatura a ditar o fim dos partidos de massas (Katz *et al.*, 1992; Mair e Van Biezen, 2001; Delwit, 2011; Van Biezen, Mair e Puggente, 2012). Tal pôs em causa a meta-função de *linkage* das organizações partidárias, levando ao debate epistemológico em que alguns autores argumentam que os filiados desempenham um papel marginal no funcionamento da democracia (Sartori, 1976), por oposição aos que ainda os vêem como uma peça essencial da representação política (Barber, 1984; Teorell, 1999), quer no apoio eleitoral, financeiro, de recrutamento ou até na mobilização (Scarrow, 1996), quer na difusão dos valores e ideais do partido (Pizzorno, 1980)⁷.

A “crise do militantismo” não só foi igualmente sentida em Portugal (Lopes, 2002: 56-61; Martins, 2004: 561-600; Jalali, 2007: 81-85; Lisi, 2011: 85-86; Fazendeiro, 2017: 71), como este chegou mesmo a ser apontado como o país com maior decréscimo de filiados (Mair e Van Biezen, 2001; Bosco e Morlino, 2006). Porém, o rácio entre filiados e eleitorado (*F/E*) não revela uma “tendência divergente” ou uma “crise associativa aguda” deste país em perspetiva comparada (Lisi, 2011: 79). Mais, os indicadores que incidem somente na quantidade da militância não revelam necessariamente a sua capacidade organizativa (Selle e Svåsand, 1991; Scarrow, 2000), nem são um fator *sine qua non* para o sucesso eleitoral (Morlino, 1998: 177). Neste sentido, apesar das suas deficientes bases organizacionais e sociais, os partidos portugueses não têm enfraquecido, em virtude da sua manutenção do monopólio da representação e da capacidade de extraírem e distribuírem os recursos do Estado (Jalali, 2007: 129). Como tem sido concluído (Jalali, 2007: 78; Lisi, 2011: 7), a afirmação de Schattschneider encontra-se plenamente válida: “a democracia moderna é impensável sem partidos” (1942: 1).

⁷ Sobre as funções instrumentais e simbólicas dos ativistas partidários, ver Ware (1996).

Não obstante, a crise da militância fez com que, cada vez mais, se tente perceber a capacidade de adaptação dos partidos, quer através da sua transformação estrutural e das atitudes e comportamentos dos filiados (Mair, 1997; Seiler, 2000; Faucher, 2015; Kölln, 2015), quer dos perfis daqueles que continuam a participar internamente (Van Haute e Carty, 2012: 885-886). Todavia, ainda que este tipo de estudos seja fundamental para examinar vários aspetos da qualidade das democracias contemporâneas, a tradição de investigação internacional sobre a filiação partidária não encontrou praticamente receptividade em Portugal. As primeiras publicações com dados de delegados remontam aos anos 80 (Stock *et al.*, 1985; Stock, 1985a, 1985b, 1986) e, mesmo desde então, os estudos sobre a militância portuguesa são escassos e pouco aprofundados. Complementando a síntese de Sérgio Almeida Correia (2017: 30-31), a maioria baseia-se em abordagens laterais sobre a sua consagração no sistema constitucional (Sousa, 1983), a evolução do sistema partidário (Aguar, 1983; Stock, 1985b; Jalali, 2007), ou em estudos comparativos (Van Biezen, 1998; Van Biezen e Bértoa, 2014; Mair e Van Biezen, 2001). Outras abordagens focaram-se na intervenção dos militantes dentro dos estatutos dos partidos (Belchior, 2008b), a sua estratégia de recrutamento (Coelho, 2014; Teixeira, 2009) e as taxas de filiação, quer segundo o rácio F/E (Jalali, 2003), quer no contexto da participação política (Martins, 2004). Só mais recentemente foram analisadas as características socioeconómicas da militância (Espírito Santo, 2011; Lisi, Espírito Santo e Costa, 2017; Espírito Santo, Lisi e Costa, 2018), bem como a sua evolução e respostas por parte dos partidos (Jalali, 2007; Lisi, 2011; Correia, 2017; Fazendeiro, 2017).

A conclusão é, portanto, que, até à data, os estudos têm-se circunscrito, maioritariamente, às dimensões institucionais e formais dos partidos, não aprofundando a investigação sobre a polarização e facciosismo. Mesmo as investigações sobre a representação política (Martins, 2004; Teixeira, 2009; Costa Pinto, Sousa e Magalhães, 2013; Freire e Viegas, 2009; Freire, Lisi e Viegas, 2015, 2016; Freire, 2015), nomeadamente sobre a congruência ideológica entre eleitores e partidos (Belchior, 2008a e 2010a; Freire e Belchior, 2009; Belchior e Freire, 2011, 2013), que são recorrentes na politologia portuguesa, têm passado ao lado da militância partidária. As parciais exceções (Jalali e Lobo, 2007; Lisi e Gorbunova, 2017; Lisi e Cancela, 2019) não incluíram todos estratos partidários, o que não reúne as condições para oferecer um estudo empírico convincente da lei de May (Norris, 1995: 34).

Ora, este é um caso interesse do ponto de vista da ciência política e que merece ser estudado, na medida em que os programas de ajustamento económico-financeiros aplicados aos Estados do sul da Europa ocuparam um lugar cimeiro no debate político e na agenda científica dos países intervencionados. Historicamente, os períodos de crise económica e de tensão social são propícios a reavaliações das formas de pensar das sociedades, dos grupos e, claro, dos partidos políticos (Bartels e Bermeo, 2014; March e Rommerskirchen, 2015). Portugal, em particular, é um caso paradigmático deste fenómeno. Não obstante o sistema partidário mantenha relativamente estável ao longo das décadas, com um multipartidarismo centrado na competição entre as duas principais organizações partidárias (PS e PSD), o sistema eleitoral de representação proporcional (ancorado no método da média mais alta de Hondt) permite a ascensão de novas forças políticas, contestando o domínio dos partidos já

consolidados. Esta é uma das possíveis consequências da conflitualidade nos partidos institucionalizados (Kukec, 2019).

A relevância deste caso advém também de os partidos portugueses serem organizações híbridas, com elementos de diferentes modelos partidários (Charlot, 1971: 218), em virtude de a sua criação coincidir com a democratização. Por um lado, com a exceção do PCP, que se mantém como a maior aproximação aos antigos partidos de massas, as organizações partidárias emergentes no pós-25 de abril manifestaram semelhanças com o modelo de partido *catch-all*, não só pela centralização interna e personalização dos líderes, mas pela sua debilidade na implantação territorial (Stock, 1986; Lopes, 2004; Van Biezen, 2003; Jalali, 2007; Lisi, 2011; ver também, sobre este modelo, Kirchheimer, 1966). Tal deve-se à necessidade de reforço da sua base social de apoio, levando os partidos moderados a dar prioridade à competição eleitoral (Lisi e Gorbunova, 2017: 156). Por outro lado, ainda que o CDS apresente traços típicos dos partidos de quadros (Lopes, 2004), foi o aparecimento do BE que contribuiu para uma maior diversidade dos modelos organizativos e ideológicos, ao adotar características dos “partidos-movimento”, subtipo da esquerda libertária (Freire, 2005; Freire, 2012: 111; Jalali, 2007; Lisi, 2011; ver também, sobre este modelo, Müller-Rommel, 1985; Poguntke, 1987; Kitschelt, 1988, 2006).

1.1.3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO: LEI DE MAY

Para muitos teóricos da democracia representativa, a congruência ideológica é uma característica relevante e deve ser encorajada (Mill, 1991; Dahl, 1956; Pitkin, 1972). Por esta razão, a teoria da escolha racional tem sido amplamente utilizada no estudo das dinâmicas da militância e da participação interna (Schlesinger, 1984, 1991), com destaque para a sua aplicação na teoria de Hirschman (1970) sobre a estrutura de incentivos coletivos e os seus efeitos no conflito intrapartidário, uma dimensão central da Lei da Disparidade Curvilinear de May (1973).

A teoria de May decorre dos contributos pioneiros de Michels (1911) e Ostrogorski (1902), que exploram as relações dentro dos vários níveis de ativismo partidário, bem como de Duverger (1951), ao distinguir os membros dos partidos quanto ao seu grau de participação interna, e de Downs (1957), argumentando que a elite procura aproximar-se dos eleitores para maximizar o número de votos. Nesta medida, partindo das teorias de escolha racional, May argumenta que o principal fator de mobilização partidária é o ganho pessoal. Como só os mais crentes e com apego ideológico ao partido se envolvem em atividades partidárias consumidoras e voluntárias, tais como cuidar das iniciativas e gestão quotidiana da organização e a participação em campanhas eleitorais, é expectável que os ativistas mais extremistas tenham prevalência sobre os mais moderados. Noutras palavras, sabendo *a priori* que a possibilidade de obterem benefícios diretos é muito reduzida, apenas os indivíduos mais doutrinários terão incentivos a participar (Norris, 1995: 30-31). Com efeito, ao diferenciar três estratos hierárquicos, caracteriza cada um por uma estrutura de incentivos específica para a sua participação política. Deste modo, as elites partidárias visam incentivos seletivos: dado que o seu objetivo é a serem eleitos ou

reeleitos para cargos públicos (ou partidários), estão condicionados a uma aproximação ao eleitor mediano. A elite intermédia, que inclui os dirigentes subnacionais e ativistas, não desempenha funções nacionais e almeja somente incentivos coletivos: o cumprimento dos seus princípios ideológicos. No fim da hierarquia, as bases, que consistem em eleitores passivos e leais do partido (1973: 135-136).

No entanto, os estudos subsequentes em sistemas multipartidários falharam sucessivamente em suportar empiricamente a lei de May (Scarrow, Webb e Farrell, 2000: 131; Heidar, 2006: 308-309). Não obstante a heterogeneidade da estrutura de opinião dos militantes face a diferentes temas, os filiados apresentam, geralmente, opiniões mais moderadas e pragmáticas (Narud e Skare, 1999; Gallagher e Marsh, 2004). Mesmo quando corrobora a maior radicalização dos filiados e delegados face aos eleitores, a ciência política não conseguiu comprovar o centrismo das elites, que, muitas vezes, apresentam posições tão ou mais extremistas que os ativistas (Kitschelt, 1989; Whiteley *et al.*, 1994b: 89-90; Iversen, 1994; Norris, 1995; Narud and Skare, 1999; Baras *et al.*, 2012; Van Holsteyn *et al.*, 2017). Por esta razão, Van Holsteyn e colegas apelidaram-na de “O Mito de May”.

Surgiram, assim, várias críticas e extensões da aplicabilidade desta teoria, nomeadamente da sua concetualização da estrutura de incentivos. Para os críticos, os partidos não são organizações homogêneas onde existe uma única motivação por cada grupo (Kitschelt, 1989: 403), argumentando antes que qualquer estrato revela incentivos mistos – tanto ideológicos, como eleitoralistas – para participarem na política (Norris, 1995: 43). A ciência política tem-se baseado, assim, na teoria de Clark e Wilson (1961), que distinguiu entre motivações ideológicas, sociais e materiais – agora comumente denominados de ideológicos, procedimentais e materiais (Whiteley e Seyd, 2002; Van Haute, 2011) – sendo estas não só importantes incentivos para aderir ao partido, mas também para explicar o ativismo e a permanência na organização (Van Haute e Gauja, 2015). Com base nestas premissas, Bruter e Harrison (2009) identificaram três tipos de filiados que correspondem a cada incentivo. Os primeiros são mais ideológicos e propensos a revelar elevados níveis de participação e radicalização; ao passo que os segundos se baseiam em incentivos solidários e apresentam um grau de envolvimento baixo, com uma mobilização irregular e fraca lealdade partidária; e os terceiros em incentivos materiais, como a prossecução de uma carreira política ou a obtenção de cargos públicos a partir do seu envolvimento.

Não obstante, é importante reiterar que a lei de May foi teorizada para sistemas bipartidários, onde existe uma clara divisão entre partidos de esquerda e de direita (Kitschelt, 1989: 420-421), o que explica a dificuldade em corroborar resultados noutros sistemas. Desta forma, apesar de ter um sistema de representação proporcional, a competição “tendencialmente bipartidária” do sistema multipartidário português reitera o seu interesse como caso de estudo. A literatura que analisou este país comprovou a aplicabilidade da disparidade curvilínea, não só porque o PS e PSD possuem características semelhantes aos seus congêneres existentes em sistemas bipartidários – um discurso *catch-all*, uma ideologia pragmática e uma estrutura partidária débil –, mas porque a clivagem societal subjacente à disparidade curvilínea é a divisão esquerda-direta (Jalali e Lobo, 2007; Belchior e Freire, 2011, 2013).

1.1.4. OS DESAJUSTADOS IDEOLÓGICOS

Como referiram Polk e Kölln (2017), são as fações internas, grupos e divisões que estruturam a entidade coletiva que é o partido político. Neste sentido, a filiação consubstancia-se numa das principais modalidades de participação política, o que torna seu estudo num importante indicador para avaliar a qualidade da representação política (Lisi, 2015). O teste à congruência entre elites e permite analisar o papel de *linkage* entre sociedade civil e Estado por parte das organizações partidárias (Dalton e Wattenberg, 2000; Dalton, Farrell e McAllister, 2011).

Neste âmbito, Van Haute e Carty (2012) foram pioneiros ao analisar a incongruência membro-partido através de uma nova categoria de filiados: os “desajustados ideológicos” (*ideological misfits*). Kölln e Polk (2017: 19) sublinham a relevância desta dimensão científica: poucos estudos fizeram uso dos membros como unidade de observação e os seus resultados indicam que os desentendimentos são frequentes e que a posição oficial do partido é várias vezes produto da competição interna (ver também Narud e Skare, 1999; Widfeldt, 1999; Scarrow e Gezgor, 2010). Investigar os *misfits* é academicamente útil, portanto, para dar passos no estudo: 1) dos ex-filiados, cujos dados não podem ser obtidos por inquéritos; 2) das variações ideológicas internas, abrindo uma janela sobre o faciosismo e conflitos intrapartidários, dimensões pouco exploradas; 3) das dinâmicas do *decision-making* dentro dos partidos; e 4) da aplicabilidade da lei de May através de uma nova ferramenta (Van Haute e Carty, 2012: 886).

Além das características socioeconómicas dos *misfits* e da ligação membro-partido (Van Haute e Carty, 2012), a literatura evidenciou também a importância da teoria da mobilização cognitiva (Kölln e Polk, 2017), do envolvimento partidário (Lisi e Cancela, 2019) e da estrutura de incentivos (Kukec, 2019) como correlatos da falta de consistência ideológica. A própria existência de membros partidários que se sentem ideologicamente distantes do seu partido e não terem optado pela desfiliação (*exit*) tem sido debatida, procurando aferir em que medida exerceram ou não o seu poder de influência interna e elevaram as suas convicções e protestos (*voice*), ou, por outro lado, se mantiveram a sua fidelidade eleitoral apesar das suas divergências com o partido (*loyalty*) (Hirschman, 1970; Tavits, 2009; Van Haute, 2015; de Vet *et al.*, 2019). Porém, os resultados não são consensuais. Kölln e Polk verificaram que 2/3 dos filiados não são congruentes com os seus partidos. Num sistema multipartidário com um sistema eleitoral de representação proporcional, características que o assemelham ao caso português, testaram as causas atitudinais e as consequências comportamentais como Van Haute e Carty (que encontraram 10 a 25% *misfits* por partido) não fizeram, evidenciando que os membros mais “emancipados” – ou seja, com maiores níveis de interesse pela política e uma conceção própria mais independente – estão mais propensos a distanciarem-se do partido, bem como que essa incongruência tem consequências na avaliação do líder e na desfiliação, participação e lealdade eleitoral (2017: 19)⁸.

⁸ As diferenças do número de desajustados ideológicos encontrado nestes estes dois estudos é, sobretudo, corolário de uma fórmula de cálculo distinta, que discutimos na secção 1.2. Concetualização e Operacionalização.

Também Kukec (2019) procurou contribuir para o debate em que alguns autores argumentam que o modelo dos incentivos, sejam particulares ou coletivos, é essencial para a institucionalização e desenvolvimento dos partidos (Michels, 1911; Kirchheimer, 1966; Pizzorno, 1980; Panebianco, 1995: 115-117), por oposição a outros, que evidenciam o facto de os meandros do modelo originário dos partidos serem ainda amplamente desconhecidos e levam à subalternização de outras variáveis tão ou mais importantes para explicar a institucionalização partidária (Ware, 1996: 97-105; Katz e Mair, 1995: 7-8). Neste sentido, o autor reiterou a importância dos mecanismos voluntários para se ser um *misfit*, fazendo uso das evidências de Verhelst e colegas (2013: 275) para distinguir a ambição dos filiados em obterem altos cargos (*professionais*) por oposição aos que não têm essa ambição (*leigos*). Os primeiros procuram seguir carreira política e estão mais suscetíveis a incentivos seletivos, ao passo que os segundos veem o seu serviço público-partidário como o primeiro e último degrau do seu percurso político, não ambicionando subir no partido ou na hierarquia do Estado (Kukec, 2019: 3). Evidenciou que, não obstante a titularidade de tais cargos não contribuir para aumentar a congruência – pelo contrário, até, dado o grau de relativa autonomia e estatuto que as elites e elites intermédias dos partidos ganharam, que lhes permite discordar sem receio de represálias – a ambição em obtê-los tem um impacto significativo. Ou seja, militantes com motivações instrumentais (ambição progressiva) estão mais inclinados a adotar a posição ideológica do seu partido, procurando obter dividendos e reafirmar a sua lealdade, por oposição aos militantes com motivações ideológicas. Os seus resultados parecem indicar que o modelo dos incentivos de Whiteley e Seyd (2002) tem ainda uma capacidade explicativa superior.

Por outro lado, Van Haute e Carty (2012) não encontraram evidência entre a participação interna e as divisões ideológicas, ao passo que outros autores (Kölln e Polk, 2017; Lisi e Cancela, 2019) descobriram que, quanto maior o nível de ativismo, maior a probabilidade de um membro se identificar com o posicionamento do partido. Tal baseia-se no facto de os filiados mais envolvidos terem um maior nível de integração e, por corolário, contacto com a ideologia e valores da organização, por oposição aos são mais apáticos e desinteressados (Figueiras e Fonseca (2017), o que tem consequências na avaliação que fazem do partido: em geral, os militantes com opiniões negativas em relação aos partidos são aqueles que têm baixos níveis de participação interna (Sanches e Razzuoli, 2017).

No entanto, apesar da literatura ter tido em conta a segunda dimensão (*voice*) no caso de filiados insatisfeitos com o funcionamento interno, inclusive atestando que são os filiados menos ativos que, apesar da sua discordância ideológica, se mantêm no partido (*loyalty*), nenhum destes estudos procurou testar em que medida uma *anterior* infidelidade eleitoral – quer ativa (votar noutro partido), quer passiva (ser candidato por outra força política) – afeta a *atual* congruência ideológica. Tidos como os seus eleitores mais fiéis, é um facto que maioria dos filiados vota no seu partido, mas é surpreendente a quantidade que vota noutro projeto eleitoral, especialmente sendo indivíduos com uma ligação formal a uma organização partidária (Scarrow, 1994, 2014). Esta é uma dimensão que pode e deve ser explorada à luz de estudos que evidenciaram que a motivação para tais inconsistências e a sua manutenção como militantes decorre da ambição em ascender a cargos partidários ou públicos (Kukec, 2019), dado que o

voto noutro partido pode ser considerado como “sabotagem”: uma *voice* destrutiva que talvez indicie o primeiro passo para a desfiliação (de Vet *et al.*, 2019: 3).

Os estudos não têm ainda testado outros eventuais fatores explicativos das disparidades, como a lealdade eleitoral, um importante preditor da *exit choice* (Polk e Kölln, 2018; de Vet, 2019). Também se têm, maioritariamente, limitado à análise da dimensão (*magnitude*) da incongruência, relegando a direção (*sentido*) destas fraturas para segundo plano, que só foi analisada na Bélgica e Canadá (Van Haute e Carty, 2012). Da mesma forma, a literatura prestou praticamente só atenção ao nível das atitudes e comportamentos das bases. Van Haute e Carty apenas olharam para a militância de base, ao passo que Kukec se limitou às elites intermédias. Lisi e Cancela, numa análise mais alargada, procuraram compreender as causas da incongruência para ambos os tipos de filiados anteriores. Somente Norris (1995), para o caso britânico, e Van Holsteyn e colegas (2017), para o holandês, tiveram em conta (também) os deputados como unidade de análise. Ainda que não sendo introduzidas nos modelos explicativos, é imperioso considerar também as características do grupo dirigente, a fim de determinar eventuais facciosismos e as dinâmicas da distribuição do poder (ver Boucek, 2009).

1.2. MODELO DE ANÁLISE

1.2.1. CONCEPTUALIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO⁹

Tal como May, os estudos empíricos sobre a representação política têm-se baseado no “modelo do partido responsável” (Miller e Stokes, 1963; Powell, 2000, 2004; Kitschelt *et al.*, 1999; Miller *et al.*, 1999; Thomassen, 1994; Schmitt e Thomassen, 1999; Wessels, 2007; Belchior, 2010a, 2010b). Diversas críticas foram apontadas ao modelo de Downs (Esaiasson e Holmber, 1996; Thomassen, 1999; Dye e Zeigler, 2006). Não obstante, este serve para centrar a análise nos partidos políticos enquanto agentes – se não únicos, privilegiados – no processo de representação política (Freire e Belchior, 2009), que, por sua vez, pode ser concebida através de duas componentes: sensibilidade (representação dinâmica) e congruência (representação estática) (Golder e Stramski, 2010).

Segundo a literatura, a congruência é habitualmente mensurada através das preferências políticas (Pierce, 1999; Holmberg, 1999), do autoposicionamento esquerda-direita (Converse e Pierce, 1986; Schmitt e Thomassen, 1999) ou deste como um *proxy vis-à-vis* as preferências substantivas (Thomassen e Schmitt, 1997, 1999; Huber e Powell, 1994; Powell, 2000; Golder e Stramski, 2010). Enquanto objeto crucial para os teóricos da democracia e um fator crucial para a coesão intrapartidária, a congruência entre membros e partidos foi testada através de diferentes conceitos: *ideological misfits* (Van Haute e Carty, 2012), heterogeneidade (Greene e Haber, 2014), coesão (Bowler *et al.*, 1999), unidade (Panebianco, 1988), ou divisões internas (Van de Wardt, 2014). Porém, todos se referem a desentendimentos relativamente a *policy issues*, em particular, ou a posicionamentos ideológicos, em

⁹ Seguimos os critérios de conceptualização estabelecidos por Sartori (1970) e Collier *et al.* (2012).

geral (Kölln e Polk, 2017: 19). Nesta dissertação, abordamos não só as causas, mas também o perfil socioeconómico dos “desajustados ideológicos” (*ideological misfits*). Estes, segundo Van Haute e Carty, são os membros que “reconhecem uma distância marcada entre a sua própria orientação e a do seu partido” (2012: 886).

Suportando-nos na literatura prévia (Miller e Stokes, 1963; Barnes, 1977; Page *et al.* 1984; Converse e Pierce, 1986; Huber e Powell, 1994; Esaiasson e Holmberg, 1996; Powell, 2004; Belchior, 2010b, 2010c; Golder e Stramski, 2010; Van Haute e Carty, 2012; Kölln e Polk, 2017), operacionalizamos a nossa variável dependente (incongruência ideológica) através de dois indicadores: 1) o *autoposicionamento político* dos militantes na dimensão esquerda-direita; e 2) a sua perceção do *posicionamento do partido*. As questões apareceram consecutivamente nos questionários, o que permitiu aos inquiridos responder sabendo que, ao posicionar o partido num ponto diferente do seu, estariam deliberadamente a admitir uma divisão entre ambos. Tal é relevante, na medida em que a captação a intenção de os militantes se posicionarem de forma convergente ou divergente face ao partido é o conceito necessário nesta dissertação (ver Van Haute e Carty, 2012: 887; Kölln e Polk, 2017: 21).

No entanto, a ciência política diverge sobre a fórmula de cálculo da heterogeneidade. Van Haute e Carty (2012: 889) decidiram fazer uso de um “ponto de corte” entre membros incongruentes e aqueles que, ainda não espelhando o *exato* posicionamento que atribuíram ao partido, não são considerados como *misfits*. Outros autores (Kölln e Polk, 2017; Kukec, 2019; Lisi e Cancela, 2019) calculam a distância absoluta entre os dois indicadores sem necessidade de definir um ponto de corte. Esta diferença metodológica tem consequências ao nível dos resultados: Van Haute e Carty encontraram 15-25% *misfits*, ao passo que Kölln e Polk encontraram 2/3 de desalinhados. Tal como os últimos autores, é também nosso entendimento que a diferença de um único ponto face ao partido reflete uma deliberada vontade dos militantes se distinguirem da sua direção nacional, quando teriam a possibilidade de, antes, a tentarem aproximar ao seu posicionamento pessoal (Belchior, 2014: 407-409). Por conseguinte, seguimos o critério de Kölln e Polk (2017: 21), identificando como *misfits* como aqueles que se posicionam diferentemente do partido, independentemente da distância: $VD = V_{AP.rec} - V_{PP.rec}$, em que “VD” significa “variável dependente” (incongruência ideológica). Esta variável permite-nos igualmente mensurar o sentido da disparidade: valores negativos significam que o militante se posiciona à esquerda do partido, ao passo que valores positivos reportam o oposto. Para os cálculos da magnitude e na análise inferencial, dado se tratar de uma medida de congruência e não de extremismo, esta variável reporta apenas a disparidade face ao partido, e não a direção (Achury *et al.*, 2018: 6). Por conseguinte, tendo somente categorias absolutas, valores menores representam menor heterogeneidade, ao passo que valores mais elevados significam maiores divisões ideológicas entre membros e partido.

No inquérito dos filiados e delegados, a escala destas variáveis continha 10 pontos (1 = esquerda; 10 = direita), ao passo que no dos deputados reportava 11 pontos (0 = esquerda; 11 = direita). Por forma a possibilitar a combinação dos dados, convertimos a escala de 11 pontos numa de 10 valores, seguindo a fórmula de Knutsen (1998: 65, 93): $V_{AP} * 0.9 + 1 = V_{AP.rec}$ (em que “V_{AP}” representa

a variável “autoposicionamento esquerda-direita” com valores de 0 a 10, e “V_AP.rec” se consubstancia como a variável numa escala que varia entre 1 e 10). O mesmo método foi utilizado para a perceção do “posicionamento do partido” ($V_{PP} * 0.9 + 1 = V_{PP.rec}$). Convém notar que, apesar da conversão, a variável conserva 11 categorias, mas varia de 1 a 10 como na maioria dos estudos (Freire, 2006a: 183).

Convém reiterar que o posicionamento do partido diz respeito à elite como um todo, sem referência a lideranças específicas, nem reflete a “verdadeira” posição da elite, mas tão-somente a perceção dos membros (Van Haute e Carty, 2012: 887; Kölln e Polk, 2017: 21). Não obstante os estudos por questionário fazerem uso destas perceções como *proxies vis-à-vis* o posicionamento “verdadeiro” do partido (ver, por exemplo, Granberg, 1987; Granberg e Holmberg, 1988; Van der Brug, 1999; Powell, 2000; McDonald e Budge, 2005), uma abordagem que também adotamos, nesta dissertação, introduzimos ainda dados de deputados, por forma a analisar também a unidade ideológica da elite.

Quanto às variáveis explicativas, o nosso modelo analítico contempla fatores relacionados com as tipologias partidárias, o estrato da militância, a estrutura de incentivos, o ativismo e a ligação partidária. Procurando evidenciar as causas da divisão interna na maioria dos partidos representados no parlamento¹⁰, faremos uso de vários indicadores para medir três modelos explicativos fundamentais.

Distinguimos conceitualmente, desde logo, as famílias partidárias e as suas tipologias organizacionais, que terão diferenças nos resultados esperados. Neste sentido, como vimos, o PS e PSD são partidos *catch-all*, ao passo que o CDS adota traços dos antigos partidos de quadros, subtipo do partido elite, e o BE se configura como um partido-movimento de esquerda libertária. Em termos de participação no governo, é relativamente consensual que o PS, PSD e CDS são partidos *mainstream*, dado se tratarem dos atores dominantes com a sua vocação de participação no governo (ver Meguid, 2005: 348). Por outro lado, vários estudos têm caracterizado o BE como um partido de “nicho”. Todavia, institucionalizado há duas décadas, o BE não cumpre os requisitos para ser categorizado de tal forma (ver Wagner, 2011), sobretudo, porque, ainda que tendo uma visão mais pós-materialista (Freire e March, 2012), não se confinou aos temas fora da clivagem de classe: não é um *single-issue party* como o PAN, nem cortou com as clivagens tradicionais e os alinhamentos partidários (ver Meguid, 2005: 347-348). É, mais concretamente, um partido *outsider*, dado que, “em virtude da sua ideologia e/ou atitudes face aos partidos *mainstream*, passou por um período de não ser ‘coligável’, quer por opção própria, quer dos outros partidos no sistema” (McDonnell e Newell, 2011).

Em segundo plano, a característica idiossincrática da definição dos filiados passa pelos seus deveres. Geralmente obrigados a pagam uma anuidade, os “filiados” distinguem-se dos “militantes” pelo grau de participação e envolvimento interno: os primeiros são mais passivos, ao passo que os segundos são considerados como vitais para o funcionamento da organização, demonstrando maiores níveis de participação (Espírito Santo, 2006: 148-149). Os militantes caracterizam-se, portanto, pelo

¹⁰ O Partido Comunista Português, assim como o Partido Ecologista “Os Verdes”, não aceitaram colaborar no estudo sobre filiados e delegados. Quanto ao PAN, ainda não existem dados sobre os seus filiados e delegados.

pagamento das quotas e subscrição dos princípios e valores programáticos do partido, distinguindo-se do simpatizante, que simplesmente se identifica ou apoia um determinado partido (Whiteley e Seyd, 2002; Heidar, 2006: 301)¹¹. No entanto, dada esta ser uma distinção empírica e não teórica, nesta dissertação seguimos a linha de Lisi e Espírito Santo, utilizando indiscriminadamente os conceitos de militante, ativista ou membro partidário (2017: 21). Os delegados, por sua vez, embora não sejam necessariamente “políticos profissionais”, ocupam, por norma, cargos e funções de relevo, daí que sejam tratados como uma categoria à parte, a “elite intermédia”, uma tomada de decisão já adotada noutros estudos (Reif, Cayrol e Niedermayer, 1980; Narud e Skare, 1999; Méndez e Santamaria, 2001; Jalali e Lobo, 2007; Lisi e Espírito Santo, 2017: 21). No que toca aos deputados, estando no topo do estrato partidário, são caracterizados como a sua elite (Norris, 1995; Van Holsteyn *et al.*, 2017: 475). Neste sentido, baseamo-nos na teoria de May (1973) para operacionalizar os *non-leaders*, *mid-level leaders* e *party leaders*.

Já quanto aos preditores, um dos conceitos mencionados como explicativos da incongruência é a motivação para a adesão num partido. Este é também um fator importante também para o ativismo e a permanência na organização (Van Haute e Gauja, 2015). A nossa conceitualização assenta no modelo dos incentivos gerais, previamente exposto e discutido, que distingue incentivos para a adesão: materiais, ideológicos e procedimentais (Whiteley e Seyd, 2002; Van Haute, 2011). Seguimos a operacionalização de Lisi e Cancela (2017: 151; 2019) e calculamos a variável *motivação* através de uma análise de componentes principais (ACP) que inclui oito indicadores sobre a importância de: 1) *conhecer pessoas politicamente ativas*; 2) *ser politicamente ativo*; 3) *ajudar a concretizar os ideais que defendo*; 4) *influenciar a escolha dos candidatos a funções políticas*; 5) *fazer carreira política*; 6) *ajudar financeiramente o partido*; 7) *Obter benefícios profissionais da atividade política*; 8) *influência do contexto familiar* (1 = nada importante; 5 = muito importante). Nesta variável, que varia entre -2.39 e 6.34, tendo uma média de 0, valores menores negativos reportam gradualmente incentivos ideológicos e valores positivos representam o nível de prevalência de motivações instrumentais¹².

Outra das dimensões explicativas prende-se com o *ativismo* partidário. Analisamos, em primeiro lugar, a dimensão de *participação interna*. Um indicador frequentemente utilizado para a medir é o *número de horas* que um membro dedica por semana, em média, a atividades partidárias (Seyd e Whiteley, 1992; Whiteley *et al.*, 1994b; Gallagher e Marsh, 2004; Cross e Young, 2004; Pedersen *et al.*, 2004). Esta é uma variável de fácil recurso e recorrente na literatura, embora tenha limitações quanto à precisão com que os inquiridos reportam o seu envolvimento (ver Lisi e Cancela, 2017: 140). Em segundo lugar, temos em conta a ocupação de *posições de liderança*, sejam estes cargos a nível local, distrital ou nacional, bem como numa organização autónoma do partido (0 = nunca; 1 = pelo menos uma vez), um indicador já utilizado em estudos sobre posicionamentos políticos nestas organizações

¹¹ Em Portugal, contudo, existe uma diferença substancial entre os filiados inscritos e os pagantes (Lisi, 2011).

¹² Ver Anexo B.2.

(Lisi e Gorbunova, 2017: 139; Lisi e Cancela, 2019) e que resulta de um índice aditivo¹³. Em terceiro, seguimos Kölln e Polk (2017: 28) e operacionalizamos o exercício de funções de representação ou de nomeação (*cargos públicos*) decorrentes da militância partidária por via de um índice aditivo que contempla inúmeros indicadores que verificam se os membros partidários pertencem ou pertenceram anteriormente a organismos públicos como resultado da militância partidária, tais como *Assembleia de Freguesias, Assembleia ou Câmara Municipal, Empresas Municipais, equipas de assessoria, membros do Governo, deputados à Assembleia da República*¹⁴ ou ao *Parlamento Europeu* (0 = nunca; 1 = pelo menos uma vez). Ainda nesta dimensão, outro fator tido como explicativo é o grau de *insatisfação quanto ao funcionamento interno*. Integramos nesta variável composta dados de filiados e delegados que resultam de componentes utilizadas em estudos internacionais, como o *member role* (Kölln e Polk, 2017). Trata-se de um índice da opinião dos filiados e delegados relativamente a oito indicadores (1 = discorda totalmente; 4 = concorda totalmente): 1) *as regras estatutárias não influenciam o funcionamento interno*; 2) *o funcionamento depende das tendências/divisões internas*; 3) *o líder do partido não tem autonomia suficiente*; 4) *a estrutura do partido não permite a expressão do pluralismo interno*; 5) *a participação interna dos militantes depende dos benefícios que podem receber do partido*; 6) *é desejável aumentar a democracia interna*; 7) *os filiados não influenciam as políticas do partido*; 8) *os dirigentes não se interessam pelas opiniões dos militantes* ($\alpha = 0.745$)¹⁵.

No que concerne à dimensão de ligação partidária, o trabalho de Van Haute e Carty incluía um indicador sobre a pertença prévia a outra organização partidária (2012: 894). Dada a inexistência dessa variável, adicionamos um preditor presente noutros estudos como consequência de *pull factors* interpartidários (Polk e Kölln, 2018; de Vet, 2019). A variável *lealdade eleitoral* resulta, assim, das questões “ter sido candidato por outro partido” (*lealdade eleitoral passiva*) no caso dos deputados, bem como, para filiados e delegados, se “já votaram noutro partido” que não o seu (*lealdade eleitoral ativa*).

Por fim, a ciência política tem recorrido ao perfil socioeconómico dos membros partidários como uma importante componente de análise. Van Haute e Carty (2012) testaram uma bateria de variáveis sobre este perfil, que a literatura passou, posteriormente, a introduzir como controlos (Kölln e Polk, 2017; Lisi e Cancela, 2019; Kukec, 2019). Neste sentido, para assegurar a robustez das nossas variáveis independentes, faremos uso de medidas como a *idade* (variável quantitativa), o *sexo* (0 = masculino; 1 = feminino), a *educação* (1 = até ao 9.º ano, inclusive; 2 = até ao 12.º ano, inclusive; 3 = licenciatura; 4 = mestrado ou doutoramento) e a *frequência religiosa* (1 = quase nunca/nunca; 2 = algumas vezes por ano; 3 = algumas vezes por mês; 4 = todas as semanas). Na análise descritiva, incluímos também a *situação profissional* (1 = tempo inteiro; 2 = tempo parcial; 3 = profissional liberal;

¹³ Ver Anexo B.3.

¹⁴ No caso dos filiados e delegados. No caso dos deputados, consideramos somente os outros indicadores disponíveis. Ver Anexo B.3.

¹⁵ Ver Anexo B.1.

4 = doméstico/a; 5 = estudante; 6 = reformado; 7 = invalidez permanente; 8 = desempregado/a) e a *filiação sindical* (1 = não membro; 2 = membro).

Quadro 1.1. Operacionalização dos conceitos

Conceitos	Dimensões	Indicadores	Escala
Incongruência Ideológica	Posicionamento esquerda-direita	Autoposicionamento	1 = esquerda; 10 = direita
		Posicionamento do partido	
Motivação para a adesão	Ideológica	Conhecer pessoas politicamente ativas	Valores negativos; Valores positivos
		Ser politicamente ativo	
		Ajudar a concretizar os ideais que defendo	
	Instrumental	Influenciar a escolha dos candidatos	
		Fazer carreira política	
		Ajudar financeiramente o partido	
Ativismo e papel como membro	Grau de participação	Obter benefícios profissionais da atividade política	Valores positivos
		Influência do contexto familiar	
	Posição de liderança	Horas por semana (em média) dedicadas a atividades do partido	Quantitativa
		Membro das estruturas locais, distritais e nacionais do partido	0 = Nunca; 1 = Pelo menos uma vez
	Cargos públicos	Membro de Assembleia de Freguesia	0 = Nunca; 1 = Pelo menos uma vez
		Assembleia ou Câmara Municipal	
Satisfação com o funcionamento interno	Satisfação com o funcionamento interno	Funcionário de Empresas Municipais	1 = Muito satisfeito; 4 = Nada satisfeito
		Assessor	
		Deputado à Assembleia da República	
		Deputado ao Parlamento Europeu	
		Membro do Governo	
		As regras estatutárias não influenciam o funcionamento interno	
Ligação partidária	Lealdade eleitoral ativa	O funcionamento dependente das tendências/divisões internas	1 = Muito satisfeito; 4 = Nada satisfeito
		O líder do partido não tem uma autonomia suficiente	
	Lealdade eleitoral passiva	A estrutura do partido não permite a expressão do pluralismo interno	
		A participação interna dos militantes depende dos benefícios que podem receber do partido	
		É desejável aumentar a democracia interna	
		Os filiados não influenciam as políticas do partido	
Os dirigentes não se interessam pelas opiniões dos militantes			
Ter votado sempre no seu partido	0 = Não; 1 = Sim		
Ter sido candidato sempre pelo seu partido	0 = Não; 1 = Sim		

Fonte: formulação própria, com base na revisão da literatura.

1.2.2. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

O nosso modelo analítico alicerça-se na literatura prévia para a formulação das hipóteses de investigação. Acreditando que uma leitura dos fatores em termos dimensionais beneficia a interpretação e discussão dos resultados, testaremos quatro explicações teóricas: o modelo partidário (H_1 e H_2), a estrutura de incentivos (H_3), o ativismo e papel dos militantes (H_4) e a ligação ao partido (H_5).

Começamos por analisar os preditores relacionados com os modelos partidários. Alguns estudos evidenciaram parcial evidência empírica da lei de May (Norris, 1995; Van Haute e Carty, 2012; Lisi e Cancela, 2019; Kukec, 2019). No entanto, têm tido dificuldades em suportar os pressupostos teóricos quanto às diferenças entre tipologias partidárias. Van Haute e Carty depararam-se com o paradoxo de os partidos de massas terem mais *misfits*, argumentando que a teoria de May é mais uma “disparidade curvilínea de esquerda” (2012: 803). Este é um possível efeito da transformação dos antigos partidos de massas em organizações *catch-all* e cartel (Van Haute e Carty, 2012: 889; ver também Kirchheimer, 1966; Epstein, 1967; Katz e Mair, 1995, 1996), bem como que, em Portugal, os partidos emergidos no pós-25 de abril surgiram como *catch-all*¹⁶, dada a ausência de condições necessárias para o surgimento de organizações de massas nesse contexto (Jalali, 2007: 79-80).

Tendo em conta que a lei de May foi pensada para sistemas bipartidários, como apontam alguns estudos, é natural que seja mais aplicável a partidos *catch-all*, ou seja, ao PS e PSD, que mais se assemelham em estrutura e ideologia aos seus congéneres de países com sistemas bipartidários, e menos ao BE e CDS (Belchior e Freire, 2011, 2013, 2015; Freire e Belchior, 2009, 2013, 2015).

H₁. É expectável que os membros dos partidos catch-all reportem maiores graus de disparidade ideológica, quando comparados com os militantes de outros partidos.

A confirmação da disparidade curvilínea implica a negação das teorias espaciais da competição partidária, que preveem que os partidos convirjam para o centro (Downs, 1957; Cox, 1990; Kollman *et al.*, 1992). O carácter ideológico dos filiados (May, 1973) significa que, nos partidos de direita, os *misfits* se posicionarão tendencialmente à direita do partido, ao passo que, nos partidos de esquerda, estarão mais propensos a se situarem à esquerda do partido (Bale e Webb, 2015). Porém, foram encontrados resultados contraditórios em Portugal: ao passo que os filiados do PS e os delegados do CDS são mais extremistas que o seu partido, confirmando a lei de May, os filiados do BE e os delegados do PSD são mais centristas, suportando a teoria de Downs, (Lisi e Gorbunova, 2017). Só com a introdução de dados da elite parlamentar é exequível uma comparação do sentido da incongruência em todos os partidos, por forma a testar a aplicabilidade da teoria¹⁷.

¹⁶ Ver Capítulo I, Secção 1.1. Revisão da Literatura.

¹⁷ Tanto quanto é nosso conhecimento, até ao momento, estes são os únicos dados existentes de um estrato partidário compatíveis para todas as organizações em apreço.

Relativamente à dimensão do *mismatch*, a nossa expectativa passa por encontrar maior distância ideológica nas bases, ao passo que as elites intermédias deverão estar mais próximas do partido, ainda que sejam os deputados a reportar os maiores níveis de congruência. Com efeito literatura diz-nos que os filiados e os delegados serão os estratos mais extremistas (May, 1973; Norris, 1995; Narud e Skare, 1999: 47), sendo possível encontrar algumas diferenças entre os dois grupos, devido aos segundos terem um percurso de militância maior e a uma tradição de socialização com o funcionamento e ideologia interna (Lisi e Gorbunova, 2017). Com efeito, alguns autores corroboraram o radicalismo dos ativistas (Méndez e Santamaria, 2001; Jalali e Lobo, 2007), ao passo que outros não (Whiteley *et al.*, 1994b: 89-90; Narud e Skare, 1999). No que concerne à elite, ciência política tem tido dificuldade em comprovar o seu centrismo (Kitschelt, 1989; Whiteley *et al.*, 1994b: 89-90; Iversen, 1994; Norris, 1995; Narud e Skare, 1999; Baras *et al.*, 2012; Van Holsteyn *et al.*, 2017). Não obstante, sendo considerados como *top leaders* (Van Holsteyn *et al.*, 2017: 472), é expectável que reportem a menor incongruência absoluta dos estratos em apreço (Norris, 1995).

H₂. É expectável que, quanto maior for o escalão partidário, maior será a homogeneidade ideológica.

A nossa terceira hipótese baseia-se na estrutura tripartida de incentivos proposta por May e suas revisões (Norris, 1995; Kitschelt, 1989). Como referimos previamente, os estudos sobre a filiação têm recorrido sucessivamente ao modelo geral dos incentivos de Whiteley e Seyd (2002), distinguindo entre motivações ideológicas, procedimentais e materiais. Também na explicação da incongruência membro-partido tem sido evidenciada a importância deste modelo (Van Haute e Carty, 2012, Lisi e Cancela, 2019; Kukec, 2019). Deste modo, os militantes que aderiram por incentivos ideológicos estão mais propensos a assumir compromissos e, conseqüentemente, a adotar uma atitude mais crítica da sua posição *vis-à-vis* a do partido em comparação com os aderiram ao partido por motivações instrumentais e eleitoralistas (Pederson *et al.*, 2004). Tal decorre de os militantes com motivações eleitoralistas procurarem obter dividendos da aproximação ao partido, reafirmando a sua lealdade, por oposição aos militantes com motivações ideológicas, que visam a prossecução dos seus ideais (Kukec 2019).

Todavia, em Portugal, nunca se procurou inferir o efeito individual desta variável, somente uma combinação que incluiu a motivação para a adesão e do grau de participação interna através de clusters sobre o envolvimento partidário (Lisi e Cancela, 2019). Neste sentido, acreditamos que a estrutura de incentivos merece ser testada de forma isolada no caso português, dado ser expectável que tenha um efeito na consistência ideológica, com incentivos ideológicos a gerarem maiores divisões ideológicas, por oposição a incentivos eleitoralistas (Whiteley e Seyd, 1996, 2002).

H₃. Comparados com os membros com motivações ideológicas, os militantes com motivações instrumentais serão mais congruentes com o partido.

A quarta dimensão explicativa baseia-se no trabalho de Kölln e Polk (2017) e seguidores (Lisi e Cancela, 2019; Kukec, 2019) sobre o ativismo e papel dos militantes. Através de quatro preditores,

dividimos a nossa hipótese em três partes: participação, satisfação e emancipação. Baseamo-nos nos resultados de investigadores que identificaram, em Portugal, dois grupos de filiados: um com elevado nível de integração interna e outro mais apático e desinteressado (Figueiras e Fonseca, 2017). Estes resultados são corroborados por Sanches e Razzuoli (2017), que evidenciaram que, em geral, os filiados com opiniões negativas do funcionamento interno têm baixos níveis de envolvimento. Assim sendo, é expectável que quanto mais passivos e descontentes forem os membros, maior será a incongruência.

Em primeiro lugar, os militantes com menores níveis de participação estão mais propensos a distanciarem-se do partido (Kölln e Polk, 2017). Tais membros tendem a “fazer avaliações negativas da sua posição *vis-à-vis* a do partido” (Lisi e Cancela, 2019: 393). Esta tendência que segue os resultados dos estudos com eleitores (Barnes, 1977: 132). Neste sentido, é expectável que uma maior envolvimento no quotidiano da organização gere mais unidade ideológica (Niedermayer, 1986; Pierre, 1986; Jalali e Lobo, 2007; Kölln e Polk, 2017; Lisi e Cancela, 2019).

H_{4a}. É expectável que maiores graus de participação produzam maior coesão ideológica.

Em segundo lugar, os partidos contemporâneos caracterizam-se pela concentração de poderes na elite dirigente, em virtude da crescente personalização dos líderes e o seu controlo sobre a organização (Van Biezen, 2003; Lobo, 2003; Poguntke e Webb, 2007). O fim da era dos partidos de massas não só levou à alienação do eleitorado tradicional e do apelo a uma classe ou grupo social específicos, como também marginalizou a militância e o papel das bases, tornando o ativismo partidário progressivamente “sufocante”, sendo este, agora, mais uma profissão que uma vocação (Whiteley, 2011; Van Biezen e Potgunke, 2014). Os filiados deixaram, portanto, de ser procurados como um meio para obter financiamento, comunicação externa e recrutamento (Lisi, 2011: 112), chegando inclusive a ser considerados como indesejáveis (Katz, 1990: 152-153; Seyd e Whiteley, 2004). Desta forma, é esperado que o grau de satisfação das bases sobre o funcionamento interno reflita a irrelevância crescente que as lideranças impuseram aos filiados (Lisi, 2011: 112). Noutras palavras, quanto menor a sua satisfação com a democracia interna, maior a probabilidade de se tornarem *misfits*.

H_{4b}. É expectável que, quanto menor for a satisfação com o funcionamento do partido, maior será a incongruência ideológica.

O terceiro correlato desta dimensão suporta-se no argumento de o sentimento dos membros como sendo “soldados de infantaria” estar associado a um decréscimo da incongruência (Kölln e Polk, 2017: 23-24). Tal deve-se aos militantes de base dependerem das lideranças para subir na hierarquia do partido e do Estado. Neste sentido, numa primeira fase, movidos por incentivos seletivos, os primeiros ajustam a sua posição à dos segundos – dado serem as lideranças quem detém o poder de distribuição de recursos e cargos – para desenvolverem as suas carreiras políticas, o que limita as condições para serem críticos (Kukec, 2019: 3). Porém, numa segunda fase, tal como estudos recentes têm demonstrado, os membros que desempenham cargos partidários a nível local, distrital ou nacional (*posições de*

liderança) tendem a distanciar-se da posição do partido (2019: 397). Tal deve-se à importância do sentimento de independência e emancipação que, a partir de então, adquirem face ao partido (Kölln e Polk, 2017). Ou seja, depois de assumirem tais funções, os membros ganham contactos, experiência e reconhecimento que lhes permite sair da dependência partidária, sentindo-se mais livres para expressarem as suas verdadeiras atitudes (Kukec, 2019: 7), sobretudo quando provêm de estruturais locais fortes, com influência nacional (Tavits, 2011). É natural que encontremos o mesmo efeito também em quem exerce *cargos públicos* decorrentes da militância partidária. Enquanto representantes do partido, sejam eleitos ou nomeados para instituições públicas, ganham influência e poder de distribuírem recursos eles próprios. Neste sentido, é expectável que a titularidade de cargos partidários ou públicos como consequência da militância serão fatores explicativos da inconsistência ideológica.

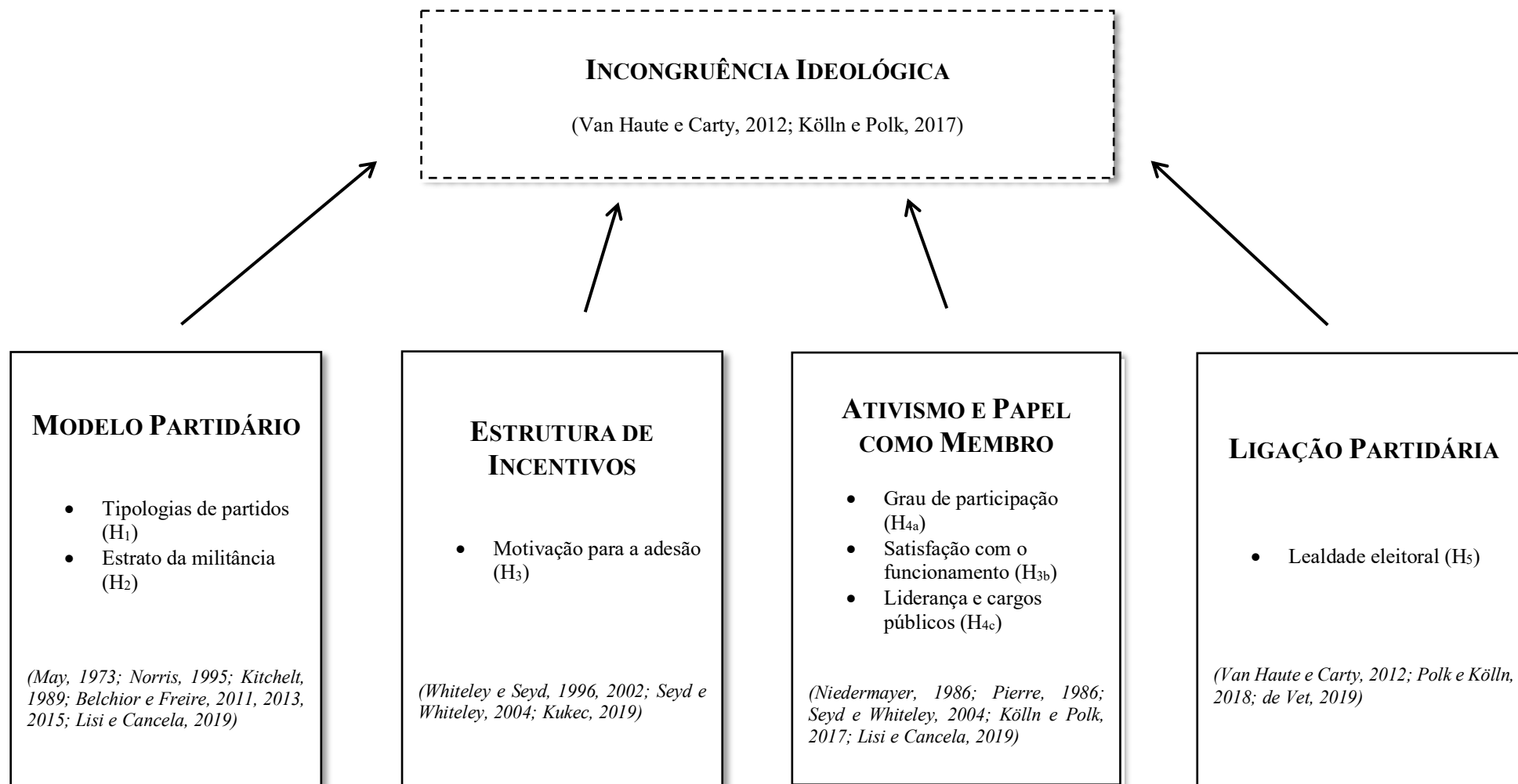
H_{4c}. É expectável que os membros que tenham exercido posições de liderança ou cargos públicos reportem uma maior distância ideológica do partido.

Em último lugar, alguns autores têm feito uso da identificação partidária na explicação do autoposicionamento (Lisi e Gorbunova, 2017). Outros têm recorrido à ligação membro-partido (*party linkage*), através da longevidade do percurso no partido, a sua continuidade e a exclusividade da filiação (nunca ter sido militante de outra organização) na probabilidade para ser um desalinhado ideológico (Van Haute e Carty, 2012: 890). A politologia chegou inclusive a testar a existência de pressões interpartidárias (*pull factors*) na explicação da deslealdade eleitoral (Polk e Kölln, 2018; de Vet *et al.*, 2019). Contudo, ainda que se tenha inferido o efeito da incongruência membro-partido como preditora do *defected vote*, nenhum estudo procurou evidenciar a influência do segundo na primeira.

Com efeito, tanto o percurso partidário como a lealdade são relevantes à luz do nosso quadro teórico e empírico. De forma semelhante à lealdade partidária utilizada por Van Haute e Carty (2012), o facto de um militante nunca ter votado noutra partido (*lealdade eleitoral ativa*) ou de um deputado não ter sido previamente candidato por outra organização (*lealdade eleitoral passiva*) reflete uma forte ligação ao partido. O teste destes indicadores na incongruência absoluta é exequível. Não só porque são variáveis plenamente independentes do ponto de vista estatístico, o que permite a sua utilização, mas também na medida em que a lealdade eleitoral se reporta ao passado nos questionários, ao passo que a incongruência ideológica é uma percepção dos membros partidários no momento de resposta. Desta forma, a inconsistência atual poderá advir de um comportamento anterior. Por conseguinte, introduzimos a antiguidade partidária e a lealdade eleitoral para testar os efeitos da ligação membro-partido na incongruência ideológica (Van Haute e Carty, 2012; Polk e Kölln, 2018; de Vet, 2019), sendo expectável que os militantes com maior *party linkage* estejam associados a uma maior identificação com o posicionamento ideológico do partido (Van Haute e Carty, 2012: 890).

H₅. É expectável que, quanto menor for a ligação membro-partido, maior será a incongruência ideológica.

Figura 1.1. Modelo de Análise



Fonte: formulação própria, com base no Capítulo I – Teoria.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA E DADOS

2.1. TIPO DE INVESTIGAÇÃO E FONTES

A presente dissertação visa oferecer uma análise abrangente da disparidade ideológica intrapartidária em Portugal. Baseamo-nos no critério de Norris, segundo o qual uma das condições para a ciência política oferecer um estudo empírico convincente da lei de May passa por analisar todos os estratos partidários (1995: 34), para descrever as diferenças entre filiados, delegados e deputados. Posteriormente, testamos os fatores explicativos da incongruência no conglomerado da amostra. Recorremos a uma análise quantitativa multivariada, que nos permite explorar as alterações da natureza das atitudes e comportamentos dos membros partidários, trazendo conhecimento do lado da procura e da oferta – ou seja, do lado dos partidos e dos militantes (Van Haute e Gauja, 2015).

Por forma a obter dados dos três estratos, recorremos a duas fontes secundárias, algo recorrente nas ciências sociais (Gauthier e Turgeon, 2003; Quivy e Campenhoudt, 2005). Em primeiro lugar, fazemos uso dos dados estatísticos recolhidos por Paula Espírito Santo e Marco Lisi (2014), no âmbito do projeto *Members and Activists of Political Parties* (MAPP). A amostra total é composta por 2772 respostas válidas para o BE, PS, PSD e CDS-PP. Destes, 1347 são filiados do PS e 699 são filiados do BE, aos quais acrescem 313 delegados do PSD e 443 delegados do CDS-PP. Os dados foram recolhidos em 2014 e integram, portanto, 2016 filiados nos partidos de esquerda e 756 delegados dos partidos de direita. Em segundo lugar, para elite partidária, suportamo-nos em dados do projeto *Crise, Representação Política e Renovação da Democracia: O caso Português no Contexto do Sul da Europa* (2016-2019), coordenado por André Freire, José Manuel Leite Viegas, Marco Lisi e Emmanouil Tsatsanis. A dimensão amostral corresponde a 149 deputados do BE, PS, PSD e CDS-PP, entre os quais 19 pertencem ao primeiro partido, 54 ao segundo, 64 ao terceiro e 12 ao último, respetivamente. Para tornar a comparação possível, compilamos os dados, reconvertendo algumas categorias quando necessário e criamos uma base de dados integrada em SPSS (versão 25) para utilização na nossa análise estatística.

Natural e infelizmente, existem limitações para este tipo de investigação, que se devem, primordialmente, à escassez de dados sobre as bases e elites intermédias, o que nos impede de operacionalizar um estudo longitudinal e acarreta riscos de causalidade reversa em alguns fatores – nomeadamente, na lealdade eleitoral –, o que só poderia ser confirmado com dados por painel. Ao mesmo tempo, a inexistência de dados sobre militantes do PCP, bem como a existência de dados do PSD e do CDS apenas para delegados e do PS e BE somente para filiados, abre lacunas numa comparação “perfeita” entre estratos. Poderíamos considerar os delegados do PSD e CDS na categoria de filiados, mesmo que nem todos os filiados sejam delegados, tratando-os como um *proxy vis-à-vis* as atitudes dos militantes de base do partido – algo já feito anteriormente (Jalali e Lobo, 2007). Todavia, e com base no argumento do capítulo anterior, a análise descritiva poderá revelar diferenças importantes entre estas duas categorias, em virtude do grau envolvimento interno, titularidade de cargos e

consequente proximidade ideológica ao partido. Neste sentido, mantemos as categorias existentes, esperando que, no futuro, venham a existir inquéritos que possibilitem investigações ainda mais alargadas, com dados de todos os grupos para a plenitude das organizações partidárias (ou, no mínimo, com assento parlamentar) em Portugal. Outra limitação prende-se com a compatibilidade de variáveis entre os diferentes questionários, o que constrange a amplitude dos fatores explicativos possíveis para os deputados em comparação com os filiados e delegados, bem como a existência de amostras não aleatórias e com grandes dissimilaridades de dimensão.

2.2. SELEÇÃO DE CASOS E LAPSO TEMPORAL

Como discutimos previamente, o caso português é relevante por variadas razões. Não só pelo sistema eleitoral, que permite a ascensão de novas forças políticas e a representação de várias tendências, mas também pelas características do sistema partidário. Por um lado, a fórmula de conversão de votos em mandatos (método da média mais alta de Hondt) e a magnitude relativamente elevada de alguns círculos eleitorais facilitam a representação de minorias. Noutras palavras, fornecem as condições para que novos partidos consigam alcançar representação parlamentar – como, aliás, aconteceu nas eleições legislativas de 2019. Por outro, não obstante a lei de May tenha sido teorizada para sistemas bipartidários, o multipartidarismo português alicerça-se na bipolarização da competição pelo Governo: os dois maiores partidos (PS e PSD) disputam o poder e vão alternando as funções executivas (Belchior e Freire, 2009, 2013). A par desta característica, a tradição de centralização do poder nos líderes partidários (Stock, 1986; Lopes, 2002 e 2004; Van Biezen, 2003; Jalali, 2007; Lisi, 2011; Lisi e Cancela, 2019: 393) e a dicotomia parlamentar entre diferentes arquétipos de partido tornam Portugal num caso interessante para avaliar a aplicabilidade das teorias da representação política estática.

A pertinência deste caso advém também do contexto de pós-crise em que foram recolhidos os dados (2014 e 2016), na sequência da “quase bancarrota” de 2008. Com efeito, dada a sua importância na agenda político-mediática, os períodos de crise tendem a gerar maiores polarizações ideológicas (Bartels e Bermeo, 2014; March e Rommerskirchen, 2015), um “viveiro fértil” para a emergência de novas organizações partidárias. Ao incidir sobre o período imediatamente subsequente à intervenção financeira externa da *Troika* (FMI, BCE e Comissão Europeia), a relevância científica desta dissertação patenteia, assim, também um contributo para a investigação sobre os efeitos da crise na polarização e facciosismo ideológico em países intervencionados, útil para futuras análises comparativas.

2.3. PLANO DE ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS

Comprometemo-nos, por um lado, a avaliar a magnitude e a direção da heterogeneidade ideológica entre militantes e partidos políticos e, por outro, a aferir a capacidade explicativa dos fatores que determinam essa disparidade. Em primeiro lugar, dedicamos a primeira subsecção a uma análise descritiva e bivariada que nos permita atingir os nossos primeiros objetivos, explorando as relações dos

posicionamentos político-partidários, bem como se existem diferenças entre *i*) militantes e partidos; *ii*) filiados e delegados *versus* deputados; *iii*) os diferentes partidos, quando comparados entre si. Além de correlações, recorreremos ao teste *t*-student para avaliar a significância da disparidade nos primeiros dois casos. Quanto ao terceiro, que se propõe a aferir as diferenças de médias entre os vários partidos, fazemos uso de análises de variâncias simples paramétricas (ANOVA), seguidas dos testes *post-hoc* HSD de Tukey.

De seguida, procuramos saber em que medida as organizações partidárias contêm *misfits*, em vista a descobrir quais os partidos e graus da militância com maior número de desalinhados ideológicos, bem como em quantos pontos da divisão esquerda-direita se distanciam da sua direção nacional. Não menos importante, analisamos também a direção da disparidade – ou seja, qual a percentagem de membros que se situa à esquerda ou à direita do seu partido – e o grau de coesão interna, através de uma medida de assimetria, permitindo-nos uma avaliação mais detalhada.

Na terceira subsecção, evidenciamos o perfil dos desajustados ideológicos, ou seja, de que forma se distinguem dos restantes militantes, dado não terem optado pela desfiliação (*exit*) (Hirschman, 1970). Além da descrição das variáveis relacionadas com o perfil socioeconómico, a estrutura de incentivos, o ativismo e a ligação membro-partido, medimos a diferença entre *fits* e *misfits* com recurso aos testes de independência do Qui-Quadrado e Fisher.

Por fim, na quarta subsecção, testamos a nossa análise inferencial multivariada, a fim de responder à pergunta de investigação. Dada a existência de preditores relacionados com características que a literatura associa a alguns estratos partidários (nomeadamente, aos delegados e deputados), adotamos o critério de Van Holsteyn e colegas, não separando os grupos de militantes a fim de identificar o “grupo crucial dos ativistas partidários” (2017: 475). Em termos metodológicos, a natureza da variável de *outcome* é assimétrica e, portanto, enviesada – não cumprindo o pressuposto da normalidade –, pelo que optamos pela sua dicotomização (0 = *fit*; 1 = *misfit*) e testamos os fatores explicativos através de quatro modelos de regressão categorial (logística binária). Neste sentido, o modelo 1 é composto pela estrutura de incentivos (motivação para a adesão), o modelo 2 adiciona a dimensão de ativismo (participação, insatisfação com o funcionamento, posição de liderança e cargos públicos) e o modelo 3 a ligação membro-partido (lealdade eleitoral). Visando evidenciar a robustez de cada dimensão, todos os modelos incluem as variáveis de controlo (idade, sexo, educação e prática religiosa). Para interpretar os coeficientes *logit* e comparar os efeitos das variáveis independentes nos membros de cada partido, calculamos as probabilidades previstas (*predicted probabilities*). Procedemos também a testes para excluir problemas de multicolinearidade, bem como à validação da qualidade e adequabilidade do modelo, por intermédio de análise gráfica dos resíduos e ao diagnóstico de casos influentes, excluindo os *outliers*, que incrementaram a qualidade e o ajustamento do modelo de regressão logística binária¹⁸.

¹⁸ Ver Anexos E.1 e E.2.

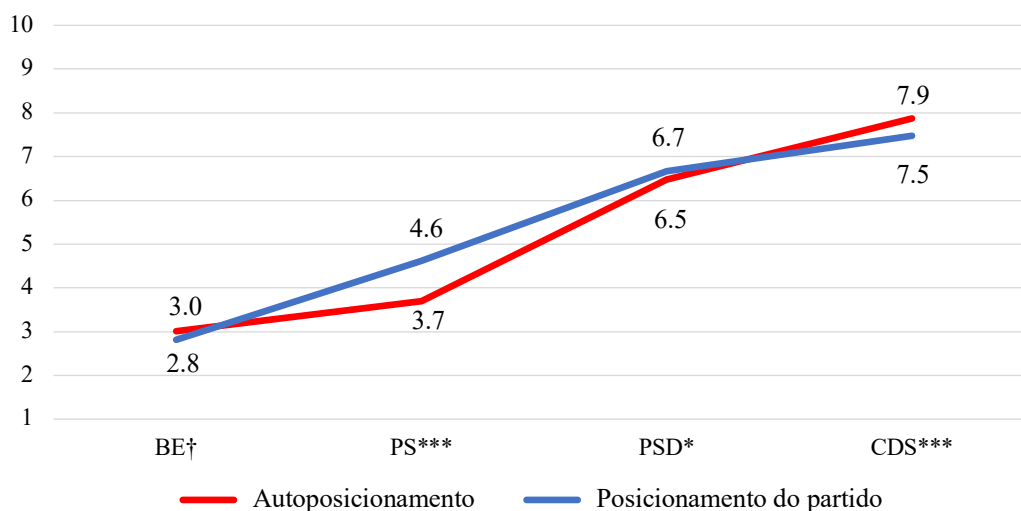
CAPÍTULO III – RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Este capítulo divide-se em quatro secções distintas, porém, complementares. Numa primeira fase, analisamos descritivamente os posicionamentos ideológicos dos membros e partidos, para, de seguida, examinarmos a direção e magnitude da incongruência em cada um dos estratos da militância. Na terceira parte, avaliamos o perfil dos *misfits* e como se distinguem dos restantes membros. Terminamos com a discussão da nossa análise multivariada, testando três modelos estatísticos recorrendo a regressões categoriais, controlando as variáveis independentes e procurando ainda evidenciar as diferentes funções de probabilidade nas organizações partidárias em apreço.

3.1. IDENTIDADES IDEOLÓGICAS DOS MEMBROS PARTIDÁRIOS

Nesta secção, analisamos as identidades ideológicas dos filiados, delegados e deputados dos quatro partidos em apreço. Na figura 3.1, encontramos uma total corroboração entre o posicionamento dos militantes e a ordenação das famílias partidárias no espectro ideológico. A introdução de dados dos deputados reduziu ligeiramente as diferenças de médias entre o posicionamento individual e partidário do BE (0.2), do PS (0.9) e do CDS (0.4) face a estudos anteriores (Lisi e Gorbunova, 2017: 163), mantendo a distância no caso do PSD (0.2), ainda que mais próximo do centro do espetro ideológico.

Figura 3.1. Posicionamento na escala esquerda-direita: congruência entre militantes e partidos



† $p < 0.1$; * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$; *** $p < 0.001$

Fonte: formulação própria.

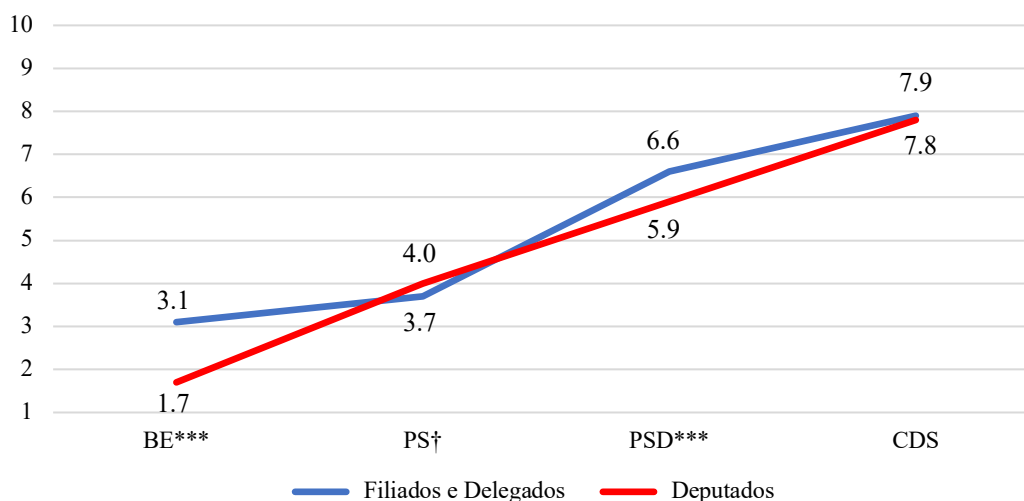
Tal como em Lisi e Gorbunova (2017: 163), existe aqui uma forte correlação positiva, estatisticamente significativa, entre os dois posicionamentos ($r = 0.729$, $p < 0.001$). Da mesma forma, as identidades ideológicas são estatística e significativamente distintas entre todos os partidos, quando comparados uns com os outros, quer no caso do autoposicionamento ($F(3) = 642.1$, $p < 0.001$), quer no

posicionamento do partido ($F(3) = 569.6, p < 0.001$)¹⁹. Todavia, ao contrário destes autores, encontramos diferenças significativas entre o posicionamento individual e o partidário dentro de *todas* as organizações analisadas (BE: $t(354) = 1.768, p < 0.1$; PS: $t(1164) = -16.365, p < 0.001$; PSD: $t(358) = -2.058, p < 0.05$; CDS: $t(418) = 5.289, p < 0.001$)²⁰. Esta diferenciação aumenta a competição partidária e a oferta de incentivos programáticos (Van Haute e Gauja, 2015). Porém, a conflitualidade interna coloca em causa a clareza de apresentação das ideias dos partidos perante a sociedade civil.

Por um lado, os dados parecem corroborar a nossa primeira hipótese, segundo a qual os partidos *catch-all* tendem a demonstrar maiores distâncias absolutas, ao mesmo tempo que conferem uma parcial evidência da lei de May, com os membros do PS e CDS a revelarem-se mais extremistas que a elite – no caso dos socialistas, suporta os estudos de Jalali e Lobo (2007) e Méndez e Santamaria (2001). Por outro, apesar de, aparentemente, o mesmo não acontecer com o PSD, não só comprovamos a significativa diferença entre o posicionamento individual e partidário, como é, sobretudo, necessária uma interpretação cautelosa: tratando-se de dados de delegados, a análise pode ser enviesada. Já quanto ao BE, a proximidade membro-partido pode justificar-se pelo maior envolvimento destes militantes na vida partidária, bem como pela importância das motivações ideológicas (Lisi e Gorbunova, 2017: 164).

O facto de a introdução dos deputados como unidade de análise reduzir as discrepâncias ideológicas decorre de, teoricamente, se tratar do estrato mais congruente (Norris, 1995; Narud e Skare, 1999). Porém, como o leitor se recordará, a politologia não tem sucedido na comprovação do centrismo da elite. Neste sentido, é necessária uma análise mais detalhada. Uma comparação das figuras 3.1 e 3.2 diz-nos que, na generalidade e adversamente ao expectável, a média dos filiados e delegados parece estar mais próxima das posições associadas ao partido do que os próprios deputados.

Figura 3.2. Autoposicionamento por estrato: congruência entre filiados, delegados e deputados



† $p < 0.1$; * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$; *** $p < 0.001$

Fonte: formulação própria.

¹⁹ Ver quadros C.3 e C.4 do Anexo C.2.

²⁰ Ver Quadro C.1 do Anexo C.1.

Esta é uma conclusão relevante. Em primeiro lugar, porque aparenta, ao contrário de vários estudos (Kitschelt, 1989; Whiteley *et al.*, 1994b: 89-90; Iversen, 1994; Norris, 1995; Narud e Skare, 1999; Baras *et al.*, 2012; Van Holsteyn *et al.*, 2017), corroborar a lei de May: exceto no BE, os deputados são mais moderados que as bases e elites intermédias, sendo estas mais politizadas. Destaca-se ainda que, embora na figura 3.1 as maiores diferenças ideológicas fossem no PS e CDS, a figura 3.2 revela que é no BE e PSD que existem as maiores disparidades entre grupos.

Em segundo lugar, as bases do PS e BE, bem como as elites intermédias do PSD, diferem estatística e significativamente do posicionamento *verdadeiro* das elites parlamentares (BE: $t(41.5) = 6,342, p < 0.001$; PS: $t(70.7) = -1,728, p < 0.1$; PSD: $t(210.6) = 4.206, p < 0.001$). Tal poderia justificar porque alguns autores utilizam dados de delegados como um *proxy vis-à-vis* os filiados (Jalali e Lobo, 2007). Porém, não nos é possível retirar essa conclusão sem mais dados, até porque uma comparação do PSD face ao CDS – cujos delegados estão muito próximos dos deputados ($t(13.07) = 0.463, p = 0.651$) – reforça a falta de consenso na literatura quanto ao papel radicalizador das elites intermédias (Whiteley *et al.*, 1994b: 89-90; Narud e Skare, 1999; Méndez e Santamaria, 2001; Jalali e Lobo, 2007).

Em terceiro, ainda que continuem a existir diferenças significativas entre todos os partidos, quer no caso dos filiados e delegados ($F(3) = 586.68, p < 0.001$), quer no dos deputados ($F(3) = 156.04, p < 0.001$)²¹, fica mais patente a divisão esquerda-direita. Tanto o BE e PS, como PSD e CDS, se encontram mais próximos entre si que os dois partidos mais centristas, o que contraria os estudos eleitorais sobre a reduzida distância ideológica do PS e PSD no contexto europeu (Lisi, 2011; March e Freire, 2012) e fornece informação valiosa para futuras investigações da solução governativa de 2015.

3.2. DIVISÃO IDEOLÓGICA: MAGNITUDE E DIREÇÃO

Torna-se agora imperiosa uma análise micro, dado que a secção anterior somente nos permite aferir o sentido e a magnitude da disparidade ideológica da *média* dos membros partidários. No quadro 3.1, conseguimos verificar, detalhadamente, em que medida os partidos contêm *fits* e *misfits* entre os diferentes estratos, bem como quantos se posicionam à esquerda ou à direita da sua direção nacional.

Com efeito, os partidos com maior número de *fits* – e, por corolário, menos *misfits* – são os mais afastados do centro ideológico (BE e CDS). Tal é consistente com a importância dos partidos *catch-all* para a aplicabilidade da lei de May (Belchior e Freire, 2009, 2013; Freire e Belchior, 2013, 2015; Lisi e Gorbunova, 2017) e a nossa primeira hipótese de investigação. No entanto, ainda que o PS e PSD sejam os partidos com maior proporção de desajustados (70.5 e 66%, respetivamente), estes demonstram diferentes trajetórias no sentido da incongruência. Ao passo que, no primeiro, a maioria dos desajustados se posiciona à esquerda do partido, e, portanto, suportando a teoria do radicalismo dos militantes de May, no segundo caso os desalinhados deslocam-se maioritariamente para a esquerda do PSD, espelhando a tendência downsiana para o centro.

²¹ Ver quadros C.5 e C.6 do Anexo C.3.

Quadro 3.1. Direção da heterogeneidade: percepções do posicionamento individual e partidário (%)

	Congruentes (<i>fits</i>)	À esquerda	À direita	Assimetria esquerda-direita	Incongruentes (<i>misfits</i>)	N
<i>Filiados e Delegados</i>						
BE	39	27.7	33.3	1.2	61	336
PS	29.1	54.7	16.2	3.38	70.9	1113
PSD	29.1	41.2	29.7	1.39	70.9	296
CDS-PP	39.1	22.6	38.3	1.69	60.9	407
Total	32.5	42.6	24.9	1.71	67.5	2152
<i>Deputados</i>						
BE	63.2	36.8	0	–	36.8	19
PS	38.5	48.1	13.5	3.56	61.6	52
PSD	57.1	28.6	14.3	2	42.9	63
CDS-PP	58.3	25	16.7	1.5	41.7	12
Total	51.4	36.3	12.3	2.95	48.6	146
<i>Amostra completa</i>						
BE	40.3	28.2	31.5	1.12	59.7	355
PS	29.5	54.4	16.1	3.38	70.5	1165
PSD	34	39	27	1.44	66	359
CDS-PP	39.6	22.7	37.7	1.66	60.4	419
Total	33.7	42.2	24.1	1.75	66.3	2298

Fonte: formulação própria.

Uma análise da assimetria²² leva-nos a concluir que, mesmo entre os *misfits*, nenhum partido está equilibrado. Esta tendência é igual em quase todos os estratos. No entanto, ainda que as assimetrias do PSD e CDS tenham valores próximos (1.44 e 1.66, respetivamente), estas parecem divergir em sentidos opostos: ao contrário do pendor centrista dos sociais democratas, os membros democratas cristãos são mais ideológicos. Enquanto no primeiro partido tal acontece com os delegados e os deputados, no segundo a direção é díspar: os delegados são mais radicais que o partido, ao passo que os deputados são mais moderados, evidenciando a tendência de May.

O PS é, em todas as categorias, a organização com maior divisão ideológica, refletindo o perfil *catch-all*. É também o partido com maior assimetria (3.38), sendo notório o pendor radical do militantismo: o número de *misfits* à esquerda do partido é quase quatro vezes superior que os que se posicionam à sua direita. Tal não só acontece em todas as categorias, como a assimetria aumenta inclusive nos deputados, adversamente às expectativas teóricas. Por conseguinte, o PS parece ir de encontro às evidências de Van Haute e Carty (2012: 888), que encontraram maiores assimetrias nos partidos de esquerda. Contudo, o mesmo não se verifica no BE, onde a maioria dos desajustados se apresentam como moderados. No entanto, a direção da discrepância dos deputados bloquistas é digna de relevo: *todos* os parlamentares que se identificam como incongruentes estão posicionados à esquerda do partido. Por oposição, as suas bases, que, apresentando um conglomerado de *misfits* (61%) bem maior que os deputados (36.8%), são, na sua maioria, mais moderadas que o partido.

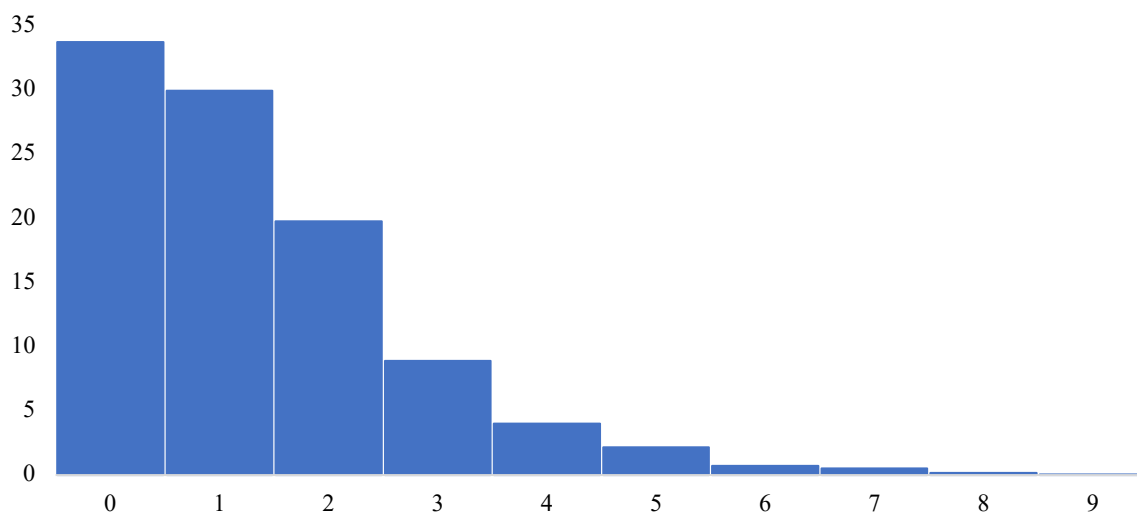
²² A assimetria corresponde ao “rácio das proporções dos que afirmam estar à esquerda ou à direita do seu partido”, em que “o valor de 1 indica proporções iguais em ambos os lados e valores mais elevados refletem uma crescente assimetria dentro dos membros não congruentes” (Van Haute e Carty, 2012: 888).

O padrão entre bases, elite intermédia e elite parlamentar confirma a nossa segunda hipótese. Os deputados são, por norma, mais congruentes (51.4%) que os filiados e delegados (32.5%). Mas tal não significa que os deputados não alinhados sejam mais centristas. O erro da literatura tem sido assumir os parlamentares como mais moderados. Em Portugal, demonstrámos que tal só acontece nos partidos de direita, corroborando os estudos que não conseguiram explicar o centrismo da elite (Narud e Skare, 1999; Baras *et al.*, 2012; Van Holsteyn *et al.*, 2017) e confirmando o argumento de Van Haute e Carty, ao sugerirem que a lei de May seria mais uma “disparidade curvilínea de esquerda” (2012: 893). A exceção particular do PS vem, por seu turno, contrariar os estudos eleitorais que têm apresentado o PSD como o partido ideologicamente mais fraccionado (Jalali, 2007; Lisi, 2011). Tal como Van Holsteyn e colegas (2017: 472) sintetizaram: os membros do parlamento são o grupo mais distinto.

Outra conclusão interessante face à secção anterior é que o facto de BE e CDS aparentarem, à primeira vista, ter baixos níveis de incongruência (figura 3.1), se deve apenas a uma menor assimetria (quadro 3.1): apesar de mais de metade dos seus membros serem desalinhados, a incongruência tende tanto para a esquerda como para a direita. Neste sentido, as assimetrias ideológicas do BE e CDS ao nível dos diferentes estratos partidários não só são interessantes do ponto de vista politológico, como deveriam, por si só, constituir objetos de estudos para futuras investigações.

Já no que concerne à magnitude da incongruência, seria expectável que o sistema multipartidário português produzisse menos desalinhados, em virtude de uma maior oferta de alternativas que incentivem potenciais militantes (Van Haute e Carty, 2012: 887). Porém, os dados demonstram que o número de *misfits* não só é elevado, como tende a ser superior que noutros países. No total, praticamente dois terços (66.3%) dos militantes não partilham da identidade ideológica do seu partido.

Figura 3.4. Dimensão da incongruência: distribuição entre membros partidários (%)



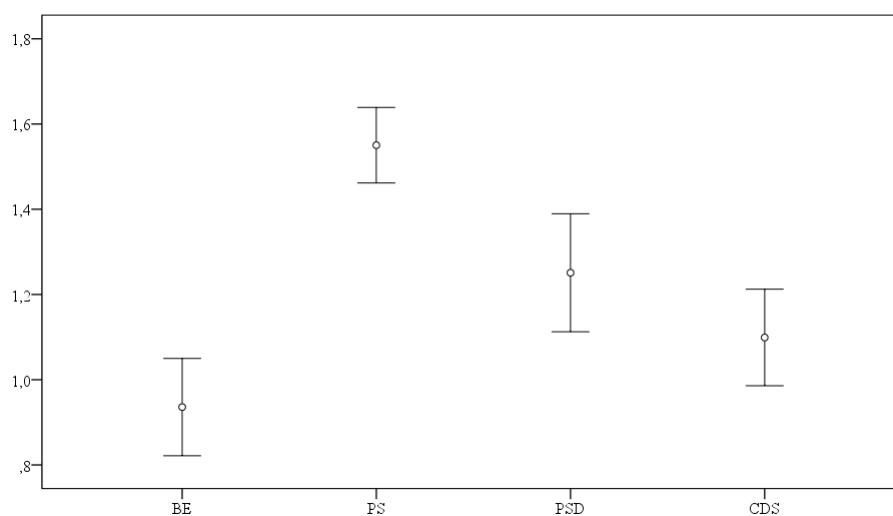
Fonte: formulação própria.

Uma análise pormenorizada e comparativa evidencia que, mesmo utilizando outro “ponto de corte”, as maiores divisões internas continuam a ser em Portugal. Com efeito, sendo a figura 3.4, não

obstante 63.6% dos inquiridos sejam, ou congruentes, ou apenas a um ponto de distância do partido, subsistem 36.3% que reportam uma incongruência de, no mínimo, dois pontos. Este valor é ligeiramente superior ao reportado por Kölln e Polk (2017) na Suécia e largamente mais elevado que qualquer partido analisado por Van Haute e Carty (2012), que encontraram entre 7.5 a 25% *misfits* na Bélgica e Canadá recorrendo a esta metodologia. Também a média da incongruência ideológica em Portugal (1.33) é maior que a evidenciada na Croácia (1.29) por Kukec (2019: 6). Tal suporta a relevância deste caso de estudo no contexto europeu (cf. Lisi e Cancela, 2019: 398), sendo a incongruência igualmente – mas sobretudo – aqui “mais a norma que a exceção” (cf. Kölln e Polk, 2017: 23), ao mesmo tempo que complementa uma lacuna nos estudos sobre a congruência eleitor-eleito em Portugal (Belchior, 2010b) e em sistemas proporcionais (Huber e Powell, 1994; Lijphart, 1999; Powell, 2000; Budge e McDonald, 2007). Estes dados podem ter ainda implicações para a representação política, nomeadamente no papel dos militantes como “embaixadores” dos partidos, mas também na continuidade da filiação, participação e lealdade eleitoral (Kölln e Polk, 2017: 19) e nos processos de *decision-making*, limitando a capacidade de resposta e a flexibilidade para captarem votos ao centro (Van Haute e Carty, 2012: 888-889).

Os resultados da figura 3.5 confirmam a nossa primeira hipótese e corroboram as conclusões de Lisi e Cancela (2017: 398): há menos congruência nos partidos *catch-all*. No entanto, é importante ressaltar que, não só o PS tem as maiores divisões ideológicas, destacando-se marcadamente dos restantes, como é o que reporta menos diferenças face à média. Esta peculiaridade poderá dever-se, quer ao facto de ser o único partido *catch-all* com dados de filiados, quer à aplicabilidade da “disparidade curvilínea de esquerda” neste tipo de partidos (Van Haute e Carty, 2012). Por sua vez, o PSD patenteia a maior amplitude, consubstanciando-se como a segunda organização partidária com maior inconsistência absoluta. Já a heterogeneidade média do CDS, que apresenta um intervalo de confiança aproximado ao do BE, revela o seu perfil *mainstream*, ainda que o último seja o partido com menor incongruência absoluta – o único que, aliás, não alcança o limiar de um ponto.

Figura 3.5. Incongruência absoluta por partido (médias e intervalos de confiança)



Fonte: formulação própria.

3.3. OS DESAJUSTADOS IDEOLÓGICOS: QUEM SÃO E COMO SE DISTINGUEM

Van Haute e Carty evidenciaram que o arquétipo *misfit* é tendencialmente homem, menos religioso (quer em crença e prática), mais ativo no mercado laboral (sobretudo profissionais liberais e empresários), sindicalizado, passivo em termos de participação interna e movido por motivações materiais. Kölln e Polk (2017), por sua vez, completaram que os desalinhados seriam também homens, mais idosos, com maior antiguidade partidária, mais interesse pela política e ainda percebendo o seu papel como independente – ou seja, seriam os mais emancipados. A maior congruência das mulheres e dos menos instruídos foi corroborada por Kukec (2019: 8) e Lisi e Cancela (2019: 397).

Quadro 3.2. Características dos desalinhados ideológicos (%)

		Congruentes (<i>fits</i>)	Incongruentes (<i>misfits</i>)
Idade**	< 35	18.4	23.7
	36-60	64.1	58.6
	> 60	17.5	17.5
Sexo***	Homem	70.3	76.8
	Mulher	29.7	23.2
Educação**	Até ao 9.º ano	8.4	4.9
	Até ao 12.º ano	22.5	20.6
	Licenciatura	47.3	49.7
	Mestrado/Doutoramento	21.8	24.7
Situação profissional	Tempo inteiro	53.3	54.5
	Part-time	1.7	1.2
	Profissional liberal	16.3	16.8
	Doméstico/a	0.4	0.2
	Estudante	2.7	4.3
	Reformado	13.7	13.1
	Desempregado/a	8.2	6.4
	Outra	3.5	3.4
Frequência religiosa***	Todas as semanas	14.7	10.2
	Algumas vezes por mês	12	10.9
	Algumas vezes por ano	35.9	32.7
	Nunca ou quase nunca	37.4	46.2
Filiação sindical	Não membro	81.3	79.9
	Membro	18.7	20.1
Motivação***	Ideológica	49.4	57.1
	Instrumental	50.6	42.9
Participação**	Até 10 horas por semana	87.6	91.5
	11 ou mais horas semanais	12.4	8.5
Satisfação***	Satisfeito com o funcionamento interno	71.1	56.7
	Não satisfeito com o funcionamento interno	28.9	43.3
Posição de liderança**	Nunca teve	39.2	32.8
	Pelo menos uma vez	60.8	67.2
Cargos públicos**	Nunca teve	48.6	42.2
	Pelo menos uma vez	51.4	57.8
Lealdade eleitoral***	Já votou ou foi candidato por outro partido	9.6	17.6
	Nunca votou ou foi candidato por outro partido	90.4	82.4

† $p < 0.1$; * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$; *** $p < 0.001$

Fonte: formulação própria.

O quadro 3.2 testa o perfil dos *misfits*²³, distinguindo-os ao nível socioeconómico, atitudinal e comportamental²⁴. O padrão geral tende a corroborar as expectativas teóricas e as nossas hipóteses de investigação. Ao nível socioeconómico, existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da idade ($\chi^2(2) = 9.208, p < 0.01, N = 2294$), sexo ($\chi^2(1) = 11.582, p < 0.001, N = 2297$), educação ($\chi^2(3) = 13.517, p < 0.01, N = 2290$) e frequência religiosa ($\chi^2(3) = 19.883, p < 0.001, N = 2298$). Neste sentido, tal como nos estudos prévios (Van Haute e Carty, 2012; Kölln e Polk, 2017; Lisi e Cancela, 2019; Kukec, 2019), também em Portugal os *misfits* são tendencialmente homens, com uma educação de nível superior e menor prática religiosa. Interessante é o facto de, não obstante também se identifiquem pelo grupo etário, neste caso, são os jovens que tendem a ser mais incongruentes. Tal poderá ser fruto de, em geral, os incentivos sociais e ideológicos serem estruturantes na militância da maioria das novas gerações (Braga da Cruz, 1985; Bruter e Harrison, 2009). Por outro lado, não encontramos diferenças estatisticamente significativas relativamente à situação profissional ($\chi^2(8) = 7.875, p > 0.1, N = 2293$) e sindicalização ($\chi^2(1) = 0.536, p > 0.1, N = 1956$). No entanto, é possível verificar que a estabilidade do emprego (a tempo inteiro ou profissionais liberais) e a filiação sindical estão ligeiramente associados a uma maior incongruência uma tendência semelhante a Van Haute e Carty (2012).

Ao nível atitudinal e comportamental, os dados tendem a reforçar a literatura sobre a estrutura de incentivos (Seyd e Whiteley, 2004; Kukec, 2019). Os *misfits* são maioritariamente os que ingressaram na organização por motivações ideológicas, com diferenças estatisticamente significativas face aos que aderiram por incentivos instrumentais ($\chi^2(1) = 10.789, p < 0.001, N = 2065$), que têm maior probabilidade de se identificar com a identidade ideológica do partido.

Também a dimensão de ativismo e papel como membro do partido reporta resultados estatisticamente significativos para todas as variáveis e destaca a importância da emancipação e desafeição dos militantes. Desde logo, verificamos que, quanto maior for o grau de participação, maior a probabilidade de coesão ideológica ($\chi^2(1) = 8.386, p < 0.01, N = 2128$). Este é um resultado interessante, na medida em que contraria a nossa previsão sobre os *misfits* serem os mais apáticos (Jalali e Lobo, 2007; Kölln e Polk, 2017; Lisi e Cancela, 2019). Em segundo lugar, os desalinhados tendem a ser quem passou pelo exercício de funções de liderança interna ($\chi^2(1) = 9.237, p < 0.001, N = 2298$) ou de cargos públicos decorrentes da militância ($\chi^2(1) = 7.974, p < 0.01, N = 2298$), corroborando os resultados de Kölln e Polk (2017) e Lisi e Cancela (2019: 397). Já quanto à satisfação, os *misfits* tendem a percecionar o seu papel como irrelevante, sendo mais críticos do funcionamento interno ($\chi^2(1) = 36.837, p < 0.001$).

No que respeita à ligação ao partido, os membros que já votaram noutro partido (deslealdade eleitoral ativa) ou que já foram candidatos a deputados por outra organização partidária (deslealdade eleitoral passiva) estão mais propensos a reportar disparidade ideológica face à sua atual direção nacional ($\chi^2(1) = 25.485, p < 0.001, N = 2282$). Os mais leais serão, portanto, os mais congruentes.

²³ Para uma caracterização socioeconómica por partido e por tipo de membro, ver quadros D.1 e D.2 do Anexo D.

²⁴ Ver Quadro D.3 do Anexo D.

3.4. DETERMINANTES DA DISPARIDADE IDEOLÓGICA

Vimos que, nos quatros partidos em apreço, os *misfits* distinguem-se por serem tendencialmente homens, mais jovens, com uma educação de nível superior e menor prática religiosa. Estes são os mais envolvidos e emancipados, reportando maiores graus de participação e probabilidade de terem exercido funções de liderança interna ou cargos públicos decorrentes da militância partidária. Motivações ideológicas, insatisfação com o funcionamento interno e infidelidade eleitoral tendem também a estar associadas uma menor congruência membro-partido.

Agora, para confirmar as nossas hipóteses de investigação relacionadas com a estrutura de incentivos (H₃), o ativismo (H₄) e a ligação partidária (H₅), é necessário testar em que medida estas dimensões explicam a incongruência ideológica. Convém reiterar que, em virtude da natureza assimétrica da variável dependente, optámos pela sua dicotomização (0 = congruência; 1 = incongruência) e recorreremos a um modelo de regressão categorial²⁵. Tal como Van Holsteyn e colegas (2017: 475), optamos por não distinguir os tipos de membros, a fim de identificar o “grupo crucial dos ativistas partidários” (ver também Kitschelt, 1989; Norris, 1995).

Quadro 3.3. Determinantes da incongruência ideológica. Resultados de regressão logística binária²⁶

	<i>Incongruência Ideológica</i>			
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	
Motivação	-0.225*** (0.040)	-0.239*** (0.042)	-0.229*** (0.043)	
Participação		-0.002 (0.009)	-0.001 (0.009)	
Insatisfação com o funcionamento		1.135*** (0.125)	1.103*** (0.126)	
Posição de liderança		0.435** (0.150)	0.445** (0.150)	
Cargos públicos		0.270* (0.127)	0.255* (0.127)	
Lealdade eleitoral			-0.421* (0.180)	
Partido				
BE	-0.876*** (0.162)	-0.539** (0.171)	-0.532** (0.171)	
PSD	0.087 (0.173)	-0.035 (0.198)	-0.031 (0.198)	
CDS	-0.377* (0.151)	-0.242 (0.173)	-0.235 (0.173)	
Idade	-0.011* (0.004)	-0.015** (0.005)	-0.014** (0.005)	
Sexo	-0.278* (0.128)	-0.236† (0.133)	-0.220† (0.133)	
Educação	0.080** (0.026)	0.061* (0.027)	0.058* (0.027)	
Frequência religiosa	-0.227*** (0.059)	-0.204*** (0.062)	-0.244*** (0.062)	
Constante	1.010* (0.472)	-1.709** (0.572)	-1.296* (0.598)	
	<i>Pseudo R</i> ² _N	0.080	0.157	0.161
	χ^2_{Modelo}	100.981*** (gl = 8)	203.947*** (gl = 12)	209.721*** (gl = 13)
	N	1746	1746	1746

† $p < 0.1$; * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$; *** $p < 0.001$.

Notas: Categoria de referência: PS. gl = graus de liberdade. Coeficientes estimados. Erros padrão entre parêntesis.

Fonte: formulação própria.

²⁵ Note-se, contudo, que os resultados se mantêm largamente similares fazendo uso de uma regressão linear simples em vez de logística binária.

²⁶ Ver Anexo E sobre a qualidade e a adequabilidade destes modelos de regressão categorial.

Todos os modelos presentes no quadro 3.3 são estatisticamente significativos ($\chi^2(8) = 100.981$, $p < 0.001$, $R^2_N = 0.08$; $\chi^2(12) = 203.947$, $p < 0.001$, $R^2_N = 0.157$; $\chi^2(13) = 209.721$, $p < 0.001$, $R^2_N = 0.161$), com uma boa capacidade discriminante ($AUC = 0.7$, $p < 0.001$)²⁷ e variáveis independentes robustas aos controlos, as quais suportam a generalidade das nossas expectativas. Considerando, primeiramente, a *estrutura de incentivos*, o modelo 1 sublinha a importância das motivações ideológicas na explicação da incongruência ($\beta = -0.225$, $\chi^2_{Wald}(1) = 31.493$, $p < 0.001$, $OR = 0.799$), que se mantém significativa, quer no segundo modelo ($\beta = -0.239$, $\chi^2_{Wald}(1) = 31.734$, $p < 0.001$, $OR = 0.788$), quer no terceiro ($\beta = -0.229$, $\chi^2_{Wald}(1) = 28.968$, $p < 0.001$, $OR = 0.795$). Fica patente o efeito da teoria geral de Whiteley e Seyd (1996), já suportado por Kukec (2019), por oposição a outros estudos (Van Haute e Carty, 2012; Kölln e Polk, 2017: 24), evidenciou que a principal razão para tais inconsistências e a manutenção como militantes é a existência de uma ambição progressiva. Por conseguinte, confirma-se a nossa terceira hipótese (H₃): os militantes que aderiram ao partido por motivações ideológicas estão mais propensos a distanciarem-se ideologicamente da sua direção nacional quando comparados com os que se filiaram por incentivos instrumentais.

No que toca ao *ativismo e papel dos membros* (modelo 2), estabelecemos que os *misfits* seriam os militantes mais passivos, descontentes e emancipados. Neste sentido, a nossa expectativa pressupunha que: maiores graus de participação interna levassem a um aumento da coesão ideológica (H_{4a}); quanto menor fosse a satisfação com o funcionamento interno do partido, maior a probabilidade de incremento da incongruência (H_{4b}); os indivíduos que tenham desempenhado cargos de liderança interna e funções públicas decorrentes da militância reportassem níveis mais elevados de inconsistência ideológica, em consequência da sua maior emancipação e independência (H_{4c}). Os resultados obtidos validam parcialmente o suporte teórico, confirmando duas das três subhipóteses.

Com efeito, somente uma variável não releva significância estatística: tal como Van Haute e Carty (2012), não encontramos efeito da participação interna na conflitualidade ideológica ($\beta = -0.002$, $\chi^2_{Wald}(1) = 0.057$, $p > 0.1$, $OR = 0.998$), o que nos leva a rejeitar H_{4a}. Por outro lado, a significância estatística e a direção do efeito da insatisfação com o funcionamento ($\beta = -0.239$, $\chi^2_{Wald}(1) = 82.223$, $p < 0.001$, $OR = 3.107$) confirma H_{4b}, refletindo o sentimento de marginalização da militância (Whiteley, 2011; Van Biezen e Potgunke, 2014) e concentração de poderes na elite (Ignazi e Ysmal, 1998; Calise, 2000, 2015; Van Biezen, 2003; Lobo, 2003; Poguntke e Webb, 2005), que fazem os membros percecionarem o seu papel como irrelevante (cf. Kölln e Polk, 2017: 20-23). Este facto suporta estudos do caso português (Figueiras e Fonseca, 2017; Sanches e Razzuoli, 2017) e vai contra as conclusões de Van Haute e Carty (2012), que se depararam com o paradoxo teórico de maiores graus de democraticidade a gerarem maiores níveis de incongruência. Também o exercício de posições de liderança ($\beta = 435$, $\chi^2_{Wald}(1) = 8.402$, $p < 0.01$, $OR = 1.545$) e de cargos públicos ($\beta = 270$, $\chi^2_{Wald}(1) = 4.521$, $p < 0.05$, $OR = 1.310$) são estatisticamente significativos e aumentam a probabilidade de um

²⁷ Ver figura E.4 e quadro E.16 do Anexo E.2.

membro ser tornar um desajustado, o que suporta os estudos anteriores (Kölln e Polk, 2017; Lisi e Cancela, 2019) e, assim, confirma H_{4c} . Tal, segundo argumentámos, deve-se ao facto de, depois de assumirem estas funções, os membros adquirem meios que lhes permitem sair da dependência partidária, sentindo-se menos constrangidos a adotarem posturas críticas (Kukec, 2019: 7).

Também a dimensão de *ligação partidária* corrobora os nossos pressupostos baseados em *pull factors*. Deste modo, no terceiro modelo, a lealdade eleitoral afigura-se como fator explicativo da incongruência ($\beta = -0.421$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 0.180$, $p=0.019$, OR = 0.657), corroborando que a probabilidade de subsistirem divisões ideológicas no momento de resposta tendem, em parte, a advir deste comportamento eleitoral anterior, que poderá ser fruto de pressões interpartidárias. Tal acrescenta conhecimento aos estudos prévios sobre a ligação membro-partido (Van Haute e Carty, 2012) e sobre o *defected vote* (Polk e Kölln, 2018; de Vet, 2019), confirmando a nossa última hipótese de investigação (H_5): quanto menor é a lealdade eleitoral, mais os militantes estão propensos a identificar-se serem *misfits*. Recordamos que poderá aqui existir um problema de causalidade reversa, cuja efetiva presença, no entanto, só pode ser avaliada como consequência da existência de mais dados, que permitam análises longitudinais ou estudos por painel.

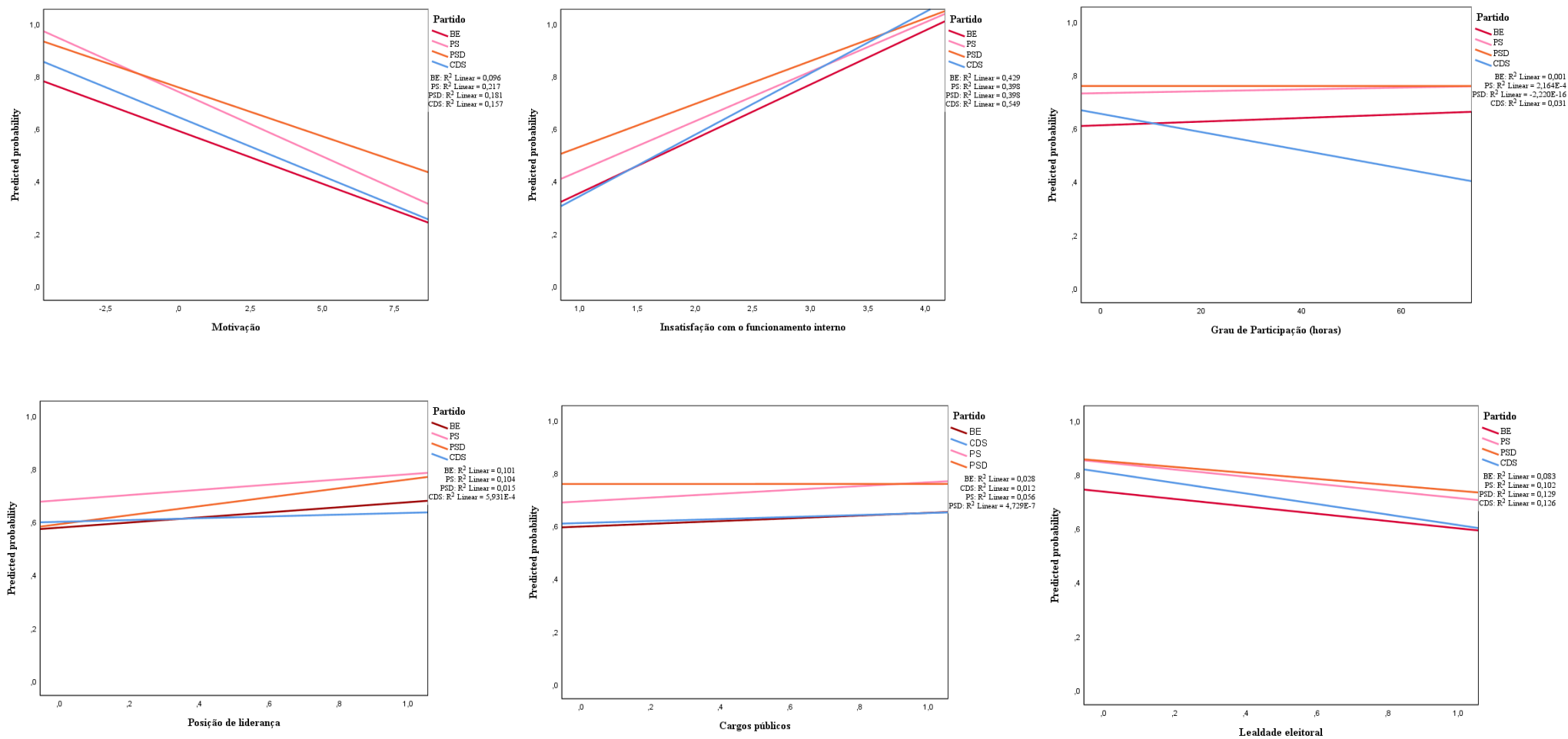
De igual forma, o modelo 3 demonstra a robustez da nossa análise estatística. Tal como a motivação, e novamente com exceção da participação ($\beta = -0.001$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 0.015$, $p>0.1$, OR = 0.999), as variáveis anteriores se mantêm-se significativas, confirmando o efeito da satisfação ($\beta = 1.103$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 76.951$, $p<0.001$, OR = 3.015), da posição de liderança ($\beta = 0.445$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 8.766$, $p=0.003$, OR = 1.561) e dos cargos públicos ($\beta = 0.255$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 4.023$, $p<0.05$, OR = 1.291) como preditores do facciosismo ideológico. O mesmo acontece com as variáveis de controlo, as quais, embora não assumam uma dimensão explicativa, reiteram a significância estatística do perfil dos *misfit* da secção anterior. Neste sentido, ser jovem ($\beta = -0.014$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 9.450$, $p=0.002$, OR = 0.986), homem ($\beta = -0.220$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 2.740$, $p<0.1$, OR = 0.802), com níveis de educação mais elevados ($\beta = 0.058$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 4.690$, $p<0.05$, OR = 1.060) e menor prática religiosa ($\beta = -0.244$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 15.661$, $p<0.001$, OR = 0.784) aumenta a probabilidade de incongruência membro-partido. Estes dados, aliados aos da secção anterior, confirmam também o carácter oligárquico das organizações partidárias (Lisi, 2011: 113) e, neste caso, da emancipação dos desajustados. Com exceção da idade, que entendemos decorrer da importância dos incentivos ideológicos nestas camadas etárias (Braga da Cruz, 1985; Bruter e Harrison, 2009), os resultados confirmam os estudos prévios (Van Haute e Carty, 2012; Kölln e Polk, 2017; Lisi e Cancela, 2019; Kukec, 2019).

As funções de probabilidade de um membro ser incongruente em função de cada uma das variáveis independentes são ilustradas na figura 3.6. Convém recordar, antes demais, que: na motivação, valores negativos representam incentivos ideológicos; a participação deve ser lida pelo número de horas dedicadas semanalmente a atividades partidárias; e ainda que, na lealdade, a categoria de referência representa a existência de uma infidelidade eleitoral anterior.

Os resultados podem sugerir, à primeira vista, que não existem diferenças entre forças políticas. Todavia, uma leitura atenta permite-nos perceber que, por norma, a inconsistência é maior nos partidos *catch-all*. Esta interpretação é corroborada pelo modelo de regressão anterior, no qual os efeitos fixos para os partidos reiteraram parcialmente a confirmação da nossa primeira hipótese. Com efeito, membros do BE ($\beta = -0.532$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 9.647$, $p=0.002$, OR = 0.587) e do CDS, no primeiro modelo ($\beta = -0.377$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 6.234$, $p=0.013$, OR = 0.686), estão tendencialmente mais propensos a identificarem-se com o posicionamento que atribuíram ao partido, distinguindo-se significativamente dos membros de outros partidos – embora, no caso do CDS, este efeito não se mantenha robusto nos modelos 2 e 3 ($\beta = -0.242$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 1.958$, $p>0.1$, OR = 0.785; $\beta = -0.235$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1) = 1.842$, $p>0.1$, OR = 0.791; respetivamente).

A conclusão de maior relevo a subtrair da leitura das probabilidades previstas é a magnitude superior do efeito da insatisfação com o funcionamento ($R^2 = 0.454$) como preditora da heterogeneidade no conjunto do nosso teste inferencial. A sua capacidade explicativa ultrapassa largamente os restantes fatores presentes no modelo 3, seguida da motivação para a adesão ($R^2 = 0.110$) e da lealdade eleitoral ($R^2 = 0.105$). O perfil de ativismo tem também uma relação causal aproximada (R^2 Posição de Liderança = 0.065; R^2 Cargos Públicos = 0.056) no conjunto da regressão categorial. Tal mantém as conclusões sobre a importância dos nossos fatores e a sua robustez estatística, mas sugere uma maior diversidade da capacidade explicativa das teorias da participação política e do ativismo nas divisões ideológicas. É, no entanto, interessante notar como, não tendo significância estatística, o efeito do grau de envolvimento reitera a tendência registada na última subsecção, contrariando os estudos prévios: excetuando no CDS, maiores níveis de participação geram, ainda que ligeiramente, maior incongruência membro-partido. Ainda assim, reiteramos a sua parca capacidade explicativa ($R^2 = 0.006$) e falta de significância estatística ($p>0.1$) no contexto geral do nosso modelo agregado, bem como a necessidade de estudos comparativos para outros contextos.

Figura 3.6. Probabilidades previstas da incongruência em função de cada variável independente



Fonte: formulação própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Robert Michels, na sua obra seminal sobre a lei de ferro da oligarquia dos partidos políticos, argumentou que “os líderes surgem espontaneamente; as suas funções são acessórias e gratuitas. No entanto, cedo se tornam líderes profissionais, e, nesta segunda etapa do desenvolvimento, são estáveis e irremovíveis (1911 [1999]: 364; tradução nossa). A discussão sobre as suas conclusões ocupou décadas. Metodologicamente válido ou não, ainda hoje, nas linhas finais desta dissertação, Michels merece ser recordado.

Com efeito, procurando preencher uma lacuna nos estudos sobre a representação política e organizações partidárias, esta tentativa de contributo à ciência traçou as suas linhas de investigação no desígnio de responder à questão de investigação: *quais os fatores explicativos da incongruência ideológica entre militantes e partidos no Portugal pós-crise?* Para tal, propusemo-nos a alcançar três objetivos fundamentais: distinguir o perfil dos *misfits* dos restantes membros partidários; analisar a sua distribuição pelos diferentes partidos e tipos de membros; e, por fim, evidenciar quais são os determinantes que levam indivíduos a reportarem um distanciamento ideológico da organização com a qual têm uma ligação formal. Noutras palavras, replicámos parcial e aprofundadamente os estudos de Van Haute e Carty (2012) e de Kölln e Polk (2017) para o caso português, num amplo teste da lei de May, fazendo uso de dados recolhidos no período pós-*troika* junto dos filiados, delegados e deputados do BE, PS, PSD e CDS-PP.

Concluímos, em primeiro lugar, que o caso português apresenta um maior facciosismo ideológico que os restantes países onde foram conduzidas análises deste tipo, suportando a relevância deste caso de estudo. No total, praticamente dois terços dos militantes não partilham inteiramente da identidade ideológica que associaram ao seu partido, sendo, portanto, também aqui, a incongruência mais a norma que a exceção. Verificámos igualmente que a perceção desta divisão nem sempre reflete o “verdadeiro” posicionamento do partido: quando autopoicionamento dos membros é comparado com o posicionamento do seu partido, as organizações com maiores níveis de heterogeneidade são o PS e o CDS, ao passo que, quando a identidade ideológica dos filiados e delegados é contrastada com a dos deputados, é no BE e PSD que existem maiores distâncias absolutas.

Ainda neste ponto, uma análise da assimetria esquerda-direita – que permitiu avaliar, quer a magnitude, quer o sentido da inconsistência – clarificou as diferenças entre tipologias partidárias e estratos da militância. Por um lado, os partidos *catch-all* apresentam, no seu seio, a predominância de mais desajustados ideológicos, o que acontece em todos tipos de membros. Não deixa, contudo, de ser curioso que os membros do CDS reflitam o perfil *mainstream* deste partido, ou seja, mesmo reportando uma maior homogeneidade que o PS e PSD, ultrapassam o limiar de um ponto no teste da dimensão média e diferenciam-se do BE. Por outro lado, também as diferenças entre tipos de militantes suportam as teorias prévias: os deputados são, em todos os partidos, mais congruentes que as bases e elites intermédias. Não obstante, um resultado interessante passa pela aparente inexistência de maior

congruência nas elites intermédias em comparação com as bases, o que tende a dar nova evidência à investigação que falhou em comprovar o extremismo dos delegados, reiterando, nos ativistas, o argumento sobre “O Mito de May” (Van Holsteyn *et al.*, 2017). Outra conclusão de relevo é o facto de a “disparidade curvilínea de esquerda”, advogada por Van Haute e Carty (2012), se ajustar mais ao PS e PSD, nos quais todos os estratos se posicionam à esquerda da sua direção nacional, que ao BE, onde os filiados refletem a tendência downsiana para o centro. Portanto, mais do que o posicionamento político no espectro socioeconómico da esquerda-direita, os dados confirmam a importância do modelo organizacional dos partidos para a aplicabilidade da lei de May (Belchior e Freire, 2009).

Em segundo lugar, o perfil dos *misfits* é, na generalidade, coincidente com o encontrado noutros casos de estudo. As suas características socioeconómicas recordam-nos o carácter profissional dos militantes e o pendor oligárquico do funcionamento das organizações partidárias teorizado por Michels. Com efeito, a inconsistência ideológica é mais comum em jovens, do sexo masculino, com maiores níveis de instrução e menor prática religiosa. Somente a idade contraria a investigação prévia, o que poderá, dado o contexto português, ser fruto da predominância de incentivos ideológicos nas novas gerações. Constatámos igualmente que os desajustados são os mais ativos, descontentes e emancipados, com fraca ligação ao partido. Ou seja, os membros incongruentes distinguem-se dos congruentes por serem tendencialmente mais participativos, estarem menos satisfeitos com o funcionamento interno, terem exercido funções de dirigente nos órgãos do partido, cargos públicos ou de nomeação fruto da militância partidária e ainda por terem votado ou sido candidatos anteriormente por outra força política que não a sua.

Em terceiro lugar, e em resposta à pergunta de partida, os resultados da análise inferencial confirmaram a quase totalidade das nossas expectativas teóricas. Neste sentido, os incentivos ideológicos, a baixa satisfação com o funcionamento do partido, o exercício de posições de liderança, de cargos públicos e uma prévia deslealdade eleitoral aumentam significativamente a probabilidade de um membro se distanciar do posicionamento ideológico que identifica no seu partido. Somente o grau de participação aparenta não ter efeito explicativo, mas, como discutimos previamente, tal poderá dever-se à precisão com que os inquiridos reportam o seu envolvimento (Lisi e Gorbunova, 2017: 140). Um aprofundamento posterior, através de probabilidades previstas, relevou que a variável com maior relação de causalidade é a insatisfação, seguida da motivação e lealdade, bem como que, ainda que com pouca diferenças, este efeito parece ser maior em organizações de tipo *catch-all*. Esta análise sugeriu também a diversidade na capacidade explicativa da disparidade por parte das teorias da participação política e ativismo partidário.

A natureza dos nossos dados traz, assim, vantagens do ponto de vista do conhecimento, mas também acarreta limitações, pela sua comparabilidade, pelas insuficientes e nem sempre compatíveis questões nos questionários e pela robustez dos preceitos teóricos pré-existentes. Acreditamos que Portugal é, e, sobretudo no pós-eleições legislativas de 2019, continuará a ser um caso de estudo indispensável nesta matéria. Não obstante, ainda que tenhamos apresentado a análise mais abrangente

da coesão ideológica intrapartidária neste país até ao momento, com uma amostra alargada de quatro partidos com representação parlamentar e das três tipologias de membros, os constrangimentos associados à recolha de dados comparativos, a diferença do universo de inquiridos entre casos, a ausência de inquéritos a todos os estratos e, até, a incompatibilidade e a própria relevância (ou ausência) de alguns indicadores entre os diferentes questionários limitam a generalização e a comparabilidade dos resultados. Mesmo os valores da nossa análise explicativa, ainda que ligeiramente superiores aos estudos anteriores, sublinham a necessidade de aprofundar a investigação nesta matéria. Os cientistas políticos têm-se conformado com estas limitações e as suas investigações têm sido publicadas. Porém, para a politologia avançar na produção de conhecimento nesta área central, é preciso mais. É necessário garantir a aleatoriedade das amostras e a similaridade da sua dimensão entre partidos, acompanhadas de uma maior cultura de partilha de dados entre investigadores de diferentes países, abrindo uma importante janela para análises comparativas, e ainda uma maior interligação entre os inquéritos de diferentes projetos, garantindo a compatibilidade de indicadores. Mais, este aprofundamento não deve passar somente pela natureza e partilha de dados. Deve, sobretudo, ser fruto de uma séria discussão das teorias subjacentes à militância partidária. Novos modelos teóricos poderão servir como pedra basilar para a politologia dar passos significativos em vista a uma melhor compreensão do fenómeno da incongruência membro-partido.

Por fim, a dimensão e a direção da heterogeneidade reveladas nesta dissertação suportam parcialmente a lei de May. Tais resultados têm implicações na coesão interna dos partidos, na tomada de decisão política, na definição das estratégias das lideranças e, em última instância, na qualidade da própria democracia representativa. Noutras termos, o facto de a incongruência ser a regra nas forças políticas com representação parlamentar pode trazer consequências no papel destas organizações nas democracias hodiernas e no funcionamento do sistema político, sendo um catalisador da perda de legitimidade das direções partidárias, da crescente dificuldade em fazerem a ponte entre o Estado e a sociedade e da maior permeabilidade à influência de interesses particulares em vez da marca ideológica dos partidos. Em jeito de síntese, as nossas conclusões apontam caminhos para futuras investigações. Mais do que avaliar, isoladamente, a importância substantiva subjacente aos fatores explicativos das divisões internas, encorajamos a ciência política a alargar – ainda mais – o nosso espetro de análise, incluindo não só as bases, elites intermédias e elites parlamentares das organizações partidárias, mas também os seus eleitores, bem como a aprofundar esta linha de investigação através de metodologias qualitativas. Tal seria fundamental para perceber o papel atual dos membros enquanto “embaixadores” dos partidos, os incentivos utilizados e a estruturação e fidelidade do voto à luz dos modelos de representação política. O recurso a entrevistas e outras técnicas de análise qualitativa permitiria igualmente a obtenção de um conhecimento concreto e detalhado deste fenómeno. Só desta forma se poderá iniciar uma discussão séria e conseqüente refundação das teorias sobre a estrutura de opinião dos partidos, as quais, até à data, mesmo alcançando resultados significativos, não conseguem erradicar o “sabor agridoce” do tanto que persiste por descobrir.

BIBLIOGRAFIA

- Achury, Susan, Susan E. Scarrow, Karina Kosiara-Pedersen e Emilie Van Haute (2018), “The consequences of membership incentives: Do greater political benefits attract different kinds of members?”, *Party politics*, DOI: 10.1177/1354068818754603.
- Aguiar, Joaquim (1983), *A Ilusão do Poder: Análise do Sistema Partidário Português, 1976-1982*, Lisboa, Don Quixote.
- Allardat, Eric, e Pertti Pesonen (1967), “Cleavages in finish politics”, em Seymour M. Lipset e Stein Rokkan (orgs.), *Party Systems and Voter Alignments. Cross-National Perspectives*, New York, Free Press.
- Almeida, Sérgio C. (2017), “A evolução da militância em Portugal: enquadramento legal e tendências longitudinais”, em Marco Lisi e Paula Espírito Santo (orgs.), *Militantes e Ativismo nos Partidos Políticos: Portugal em perspectiva comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- André, Audrey e Sam Depauw (2016), “The electoral impact of grassroots activity in the 2012 local elections in Flanders”, *Acta Politica*, 51 (2).
- Bale, Tim, e Paul Webb (2015), “Just who are these Labour Party members who will be choosing the new leader?”, *The Independent*, disponível em: <https://www.independent.co.uk/voices/comment/just-who-are-these-labour-party-members-who-will-be-choosing-the-new-leader-10409109.html> [acedido a 3 de março de 2019].
- Baras, Montserrat, Oscar Barberà, Juan Rodríguez-Teruel e Astrid Barrio (2012), “Intra-party democracy and middle-level elites in Spain”, apresentado no *IPSA/ECPR Joint Conference*, São Paulo.
- Barber, Benjamin R. (1984), *Strong Democracy*, Berkeley, University of California Press.
- Barnes, Samuel (1977), *Representation in Italy*, Chicago e Londres: University of Chicago Press.
- Bartels, Larry, e Nancy Bermeo (2014), *Mass Politics in Tough Times: Opinions, Votes, and Protest in the Great Recession*, Oxford, Oxford University Press.
- Bartolini, Stefano, e Peter Mair (1990), “Policy competition, spatial distance and electoral instability”, *West European Politics*, 13 (4).
- Belchior, Ana M. (2008a), “Party political representation in Portugal”, *South European Society and Politics*, 13 (4).
- Belchior, Ana M. (2008b), “Democracia nos partidos políticos portugueses: uma análise do eleitorado, dos programas e dos estatutos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 58.
- Belchior, Ana M. (2010a), *Democracia e Representação Partidária: A Elite Partidária e os Cidadãos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Belchior, Ana M. (2010b), “Ideological congruence among European political parties”, *The Journal of Legislative Studies*, 16 (1).
- Belchior, Ana M. (2010c), “Elite parlamentar e eleitores na perspectiva da representação política”, em, José Manuel Leite Viegas, Susana Santos e Sérgio Faria (orgs.), *A qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*, Lisboa, Mundos Sociais.
- Belchior, Ana M. (2014), “Explaining MPs’ perceptions of voters’ positions in a party-mediated representation system: evidence from the Portuguese case”, *Party Politics*, 20 (3).
- Belchior, Ana M. (2015), *Confiança nas Instituições Políticas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Belchior, Ana M., e André Freire (2009) “Representação Política em Portugal: Congruência entre Deputados e Eleitores em Termos de Preferências Políticas”, em André Freire e José M. L. Viegas, *Representação Política: O Caso Português em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Sextante Editora.
- Belchior, Ana M., e André Freire (2011), “A Lei da Disparidade Curvilinear revisitada. O caso dos partidos políticos portugueses”, em Manuel Meirinho, André Freire, Conceição P. Teixeira e José M. L. Viegas (eds.),

- Journal of Social and Political Sciences – Revista de Ciências Sociais e Políticas*, 23 (2), (edição bilingue: português e inglês).
- Belchior, Ana M., e André Freire (2013), “Is party type relevant to an explanation of policy congruence? Catch-all versus ideological parties in the Portuguese case”, *International Political Science Review*, 34 (3).
- Belchior, Ana M., e André Freire (2015), “Political representation in Portugal: Congruence between deputies and voters in terms of policy preferences”, em André Freire e José Manuel Leite Viegas (eds.), *Political Representation in Portugal: The Years of the Socialist Majority, 2005-2009*, Leya, E-book.
- Bell, Daniel (2000), *The end of ideology: on the exhaustion of political ideas in the fifties: with “The resumption of history in the new century”*, Harvard, Harvard University Press.
- Beyme, Klaus von (1985), *Political Parties in Western Democracies*, Aldershot, Gower.
- Beyme, Klaus von (1996), “Party leadership and change in party systems: towards a post-modern party state?”, *Government and Opposition*, 31 (2).
- Bosco, Anna, e Leonardo Morlino (2006), “What changes in South European parties? A comparative introduction”, *South European Society & Politics*, 11 (3-4).
- Boucek, Françoise (2009), “Rethinking factionalism. Typologies, intraparty-dynamics and three faces of factionalism”, *Party Politics*, 15 (4).
- Bowler, Shaun, David Farrell, e Richard S. Katz (1999), *Party discipline and parliamentary government*, Ohio, Ohio State University Press.
- Braga da Cruz, Manuel (1985), “A participação política da juventude em Portugal”, *Análise Social*, 21.
- Bruter, Michael e Sarah Harrison (2009), *The Future of our Democracies: Young Party Members In Europe*, London, Palgrave Macmillan.
- Budge, Ian e Michael D. McDonald (2007), “Election and party system effects on policy representation: bringing time into a comparative perspective”, *Electoral Studies*, 26 (1).
- Calise, Mauro (2000), *Il partito personale*, Bari, Italy, Laterza.
- Calise, Mauro (2015), “The personal party: an analytical framework”, *Italian Political Science Review/Rivista Italiana di Scienza Politica*, 45 (3).
- Charlot, Jean (org.) (1971), *Les Partis Politiques*, Paris, Armand Colin.
- Clark, Peter B., e James Q. Wilson (1961), “Incentive Systems: A Theory of Organizations”, *Administrative Science Quarterly*, 6.
- Coelho, Artur Miguel (2014), *Os Partidos Políticos e o Recrutamento do Pessoal Dirigente em Portugal: o caso do PS e do PPD/PSD*, Lisboa, Europess.
- Collier, David, Jody LaPorte e Jason Seawright (2012), “Putting typologies to work: Concept formation, measurement, and analytic rigor”, *Political Research Quarterly*, 65 (1).
- Converse, Philip E. (1964), “The Nature of Belief Systems in Mass Publics”, em David E. Apter (ed.), *Ideology and Discontent*, New York, Free Press.
- Converse, Philip E., e Roy Pierce (1986), “Political Representation in France”, Londres, Harvard University Press.
- Costa Pinto, António, Luís de Sousa e Pedro Magalhães (orgs.) (2013), *A Qualidade da Democracia em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Cotta, Maurizio (1986), “Parlamenti e rappresentanza”, em Gianfranco Pasquino (comp.), *Manuale di Scienza Politica*, Il Mulino, Bologna.
- Cox, Gary W. (1990), “Centripetal and centrifugal incentives in electoral systems”, *American Journal of Political Science*.

- Cross, William, e Lisa Young (2004), “The contours of political party membership in Canada”, *Party Politics*, 10 (4).
- Daalder, Hans (1992), “A crisis of party?”, *Scandinavian Political Studies*, 15 (4).
- Daalder, Hans (2002), “Parties: denied, dismissed, or redundant? A critique”, em Richard Gunther, José Ramon Montero e Juan J. Linz (orgs.), *Political Parties*, Oxford, Oxford University Press.
- Dahl, Robert A. (1956), *A Preface to Democratic Theory*, Chicago, University of Chicago Press.
- Dalton, Russel J. (1984), “Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial democracies”, *The Journal of Politics*, 46 (1).
- Dalton, Russel J., David M. Farrell e Ian McAllister (2011), *Political parties and democratic linkage: How parties organize democracy*, Oxford, Oxford University Press.
- Dalton, Russell J., e Martin P. Wattenberg (orgs.) (2000), *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- De Vet, B., M. Poletti e B. Wauters (2019), "The party (un)faithful: Explaining party members' defecting voting behaviour in different contexts (Belgium and Britain)", *Party Politics*.
- Delwit, Pascal (2011), “Still in decline? Party membership in Europe”, em Emilie Van Haute (ed.), *Party Membership in Europe: Exploration into the anthills of party politics*, Bruxelas, Université de Bruxelles.
- Downs, Anthony (1957), *An Economic Theory of Democracy*, New York, Harper & Row.
- Duverger, Maurice (1951), *Political Parties: Their Organization and Activity in the Modern State*, London, Methuen.
- Duverger, Maurice (1987), *La cohabitation des Français*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Dye, Thomas, e Harmon Zeigler (2006), *The Irony of Democracy*, Belmont, Thomson Wadsworth.
- Eatwell, Roger (1992) “Part I: approaching the right”, em R. Eatwell e N. O'Sullivan (orgs.), *The Nature of the Right: American and European Politics and Political Thought since 1789*, London, Pinter.
- Epstein, Leon D. (1967), *Political Parties in Western Democracies*, London, Pall Mall.
- Esaiasson, Peter, e Sören Holmberg (1996), *Representation from Above*, Aldershot, Dartmouth.
- Espírito Santo, Paula (2006), *Sociologia política e eleitoral: modelos e explicações de voto*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Espírito Santo, Paula (2011), *Sociologia Política e Eleitoral, Modelo e Explicações de Voto* (2.^a ed.), Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Espírito Santo, Paula, Marco Lisi e Bruno Ferreira Costa (2018), “Party Membership and Activism in a New Democracy: Evidence from the Portuguese Case”, *Dados*, 61 (4).
- Faucher, Florence (2015), “New forms of political participation. Changing demands or changing opportunities to participate in political parties?”, *Comparative European Politics*, 13 (4).
- Fazendeiro, Júlio (2017), “O declínio da filiação partidária em Portugal: respostas e estratégias das lideranças partidárias”, em Marco Lisi e Paula Espírito Santo (orgs.), *Militantes e Ativismo nos Partidos Políticos: Portugal em perspectiva comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Figueiras, Rita, e Jaime Fonseca (2017), “Padrões de comunicação interna nos partidos políticos portugueses: o caso do PSD, PS e CDS-PP”, em Marco Lisi e Paula Espírito Santo (orgs.), *Militantes e Ativismo nos Partidos Políticos: Portugal em perspectiva comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Flanagan, Scott, e Aie-Rie Lee (2003), “The New Politics, Culture Wars, and the Authoritarian-Libertarian Value Change in Advanced Industrial Democracies”, *Comparative Political Studies*, 36.
- Freire, André (2005), “Identidades Ideológicas e partidárias na Europa: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 47.

- Freire, André (2006a), *Esquerda e Direita na Política Europeia. Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André (2006b), “Left-right Ideological Identities in New Democracies: Greece, Portugal and Spain in the Western European Context”, *Polê Sud*, 25 (2).
- Freire, André (2008), “Party Polarization and Citizens' Left-Right Orientations”. *Party Politics*, 14 (2).
- Freire, André (2012), “A Esquerda Radical em Portugal”, em André Freire e Luke March, *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa: Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?*, Vila do Conde, Quidnovi.
- Freire, André (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Veja.
- Freire, André, e Ana M. Belchior (2009), “Representação Ideológica em Portugal: Congruência entre deputados e eleitores em termos de posicionamento esquerda-direita e dos respectivos significados”, em André Freire e José M. L. Viegas, *A Representação Política. O Caso Português em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Sextante Editora.
- Freire, André, e Ana M. Belchior (2013), “Ideological Representation in Portugal: MPs'–Electors' Linkages in Terms of Left–Right Placement and Substantive Meaning”, *The Journal of Legislative Studies*, vol. 19 (1).
- Freire, André, e Ana M. Belchior (2015), “Ideological representation in Portugal: Congruence between deputies and voters in terms of their left-right placement and its substantive meaning”, em André Freire e José Manuel Leite Viegas (eds.), *Leadership, and Political Representation in Portugal: Essays on Parliament, Media, Voluntary Associations, Parties, Politics, and Voting*, New York, Edwin Mellen.
- Freire, André, e José M. L. Viegas (2009), *A Representação Política. O Caso Português em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Sextante.
- Freire, André, e Kats Kivistik (2013), “Western and Non-Western Meanings of the Left-right Divide across four continents”, *Journal of Political Ideologies*, 18 (2).
- Freire, André, e Luke March (2012), *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa: Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?*, Vila do Conde, Quidnovi.
- Freire, André, Emmanouil Tsatsanis e Inês Lima (2015), "Crise económica, mudança de valores e representação política: um teste quasi-experimental para a teoria da representação em Portugal", em André Freire, Marco Lisi e José M. L. Viegas (orgs.), *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*, Lisboa, Assembleia da República.
- Freire, André, Emmanouil Tsatsanis e Inês Lima (2016), "Portugal in times of crisis. Value change and policy representation", em Malina Voicu, Ingwill C. Mochmann e Hermann Dulmer (eds.), *Values, Economic Crisis and Democracy*, London & New York, Routledge.
- Freire, André, Marco Lisi e José M. L. Viegas (orgs.) (2015), *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*, Lisboa, Assembleia da República.
- Freire, André, Marco Lisi, e José M. L. Viegas (orgs.) (2016), *A Representação Política e Participação na Europa em Crise*. Lisboa, Assembleia da República.
- Fuchs, Dieter, e Hans-Dieter Klingemann (1990), “The left-right schema”, em M. K. Jennings e J. Van Deth (eds.), *Continuities in Political Action: A Longitudinal Study of Political Orientations in Three Western Democracies*, Berlin, deGruyter.
- Gallagher, Michael, e Michael Marsh (2004), “Party membership in Ireland: the members of Fine Gael”, *Party Politics* 10 (4).
- Gauthier, Benoît, e Jean Turgeon (2003), “Os dados secundários” em Benoît Gauthier (org.), *Investigação Social. Da problemática à colheita de dados*, Loures, Lusociência.

- Giddens, Anthony (1994), *Beyond left and right: The future of radical politics*, Stanford, Stanford University Press.
- Golder, Matt, e Jacek Stramski (2010), “Ideological congruence and electoral institutions”, *American Journal of Political Science*, 54 (1).
- Granberg, Donald (1987), “A Contextual Effect in Political Perception and Self-Placement on an Ideology Scale: Comparative Analyses of Sweden and the US”, *Scandinavian Political Studies*, 10 (1).
- Granberg, Donald, e Sören Holmberg (1988), *The political system matters: Social psychology and voting behavior in Sweden and the United States*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Greene, Zachary, e Matthias Haber (2014), “Leadership competition and disagreement at party national congresses”, *British Journal of Political Science*, 46 (3), 611-632.
- Gunther, Richard, e José R. Montero (2001), “The anchors of partisanship: a comparative analysis of voting behaviour in four Southern European countries”, em Niklas Diamandouros e Richard Gunther (orgs.), *Parties, Politics, and Democracy in Southern Europe*, Baltimore, John Hopkins University Press.
- Gunther, Richard, e Larry Diamond (2003), “Species of Political Parties: a New Typology”, *Party Politics*, 9 (2).
- Heidar, Knut (2006), “Party Membership and Participation”, em Richard S. Katz e William J. Crotty, *Handbook of Party Politics*, Londres, Sage Pub.
- Herrera, Richard, e Melanie K. Taylor (1994), "The Structure of Opinion in American Political Parties", *Political Studies*, 42 (4).
- Heywood, Andrew (2017), *Political Ideologies: an Introduction*, Macmillan, Palgrave MacMillan.
- Hirschman, Albert O. (1970), *Exit, Voice and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations and States*, Cambridge, Harvard University Press.
- Holmberg, Sören (1999), “Collective Policy Congruence Compared”, em Miller, Warren, R. Pierce, J. Thomassen, R. Herrera, S. Holmberg, P. Esaiasson e B. Wessels (eds.) (1999), *Policy Representation in Western Democracies*, Oxford & New York: Oxford University Press.
- Hooghe, Marc, e Ruth Dassonneville (2014), “Party members as an electoral linking mechanism: an election forecasting model for political parties in Belgium, 1981–2010”, *Party Politics*, 20 (3).
- Huber, John D., e G. Bingham Powell (1994), “Congruence between Citizens and Policymakers in Two Visions of Liberal Democracy”, *World Politics*, 46 (3).
- Ignazi, Piero (1996), “The crisis of parties and the rise of new political parties”, *Party Politics*, 2 (4).
- Ignazi, Piero (2014), “Power and the (il)legitimacy of political parties: An unavoidable paradox of contemporary democracy?”, *Party Politics*, 20 (2).
- Ignazi, Piero e Colette Ysmal (1998), “Party-Organisation and Power – A Southern European Model?”, *The Organisation of Political Parties in Southern Europe*.
- Iversen, Torben (1994), “The logics of electoral politics: Spatial, directional, and mobilizational effects”, *Comparative Political Studies*, 27 (2).
- Jalali, Carlos (2003), “A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras”, *Análise Social*.
- Jalali, Carlos (2007), *Partidos e Democracia em Portugal: 1974-2005: Da Revolução ao Bipartidarismo*, Lisboa, Instituto Ciências Sociais.
- Jalali, Carlos, e Marina C. Lobo (2007), "Party Activism in a Third Wave Democracy: A portrait of Portuguese Socialist Party Delegates", paper apresentado no *ECPR Helsinki workshop sessions*, Helsinki, 9-14 Maio.

- Katz, Richard S. (1990). Party as linkage: A vestigial function?. *European Journal of Political Research*, 18(1), 143-161.
- Katz, Richard S., e Peter Mair (1996), "Cadre, catch-all or cartel? A rejoinder", *Party Politics*, 2 (4).
- Katz, Richard, e Peter Mair (1995), "Changing Models of party organization and democracy: the emergence of the cartel party", *Party Politics*, 1 (1).
- Katz, Richard, e Peter Mair (orgs.) (1992), *Party Organizations*, London, Sage Publications.
- Katz, Richard, Peter Mair, Luciano Bardi, Lars Bille, Kris Deschouwer, David Farrell, Ruud Koole, Leonardo Morlino, Wolfgang Müller, Jon Pierre, Thomas Poguntke, Jan Sundberg, Lars Svasand, Hella van de Velde, Paul Webb e Anders (1992). The membership of political parties in European democracies, 1960-1990. *European Journal of Political Research*, 22 (3).
- Kirchheimer, Otto (1966), "The Transformation of Western European Party Systems", em J. LaPalombara e M. Weiner, *Political Parties and Political Development*, Princeton, Princeton University Press.
- Kitschelt, Herbert (1988), "Left-libertarian parties: Explaining innovation in competitive party systems", *World Politics*, 40 (2).
- Kitschelt, Herbert (1989), "The internal politics of parties: The law of curvilinear disparity revisited", *Political Studies*, 37 (3).
- Kitschelt, Herbert (2006), "Movement Parties", em Richard S. Katz e William J. Crotty (eds.), *Handbook of Party Politics*, New York, Sage Pub.
- Kitschelt, Herbert, Zdenka Mansfeldová, Radoslaw Markowski e Gábor Tóka (1999). *Post-communist party systems: competition, representation, and inter-party cooperation*. Cambridge University Press.
- Knutsen, Oddbjørn (1998) "Expert judgements of the left-right location of political parties: A comparative longitudinal study", *West European Politics* 21 (2).
- Kollman, Ken, John H. Miller e Scott E. Page (1992), "Adaptive parties in spatial elections", *American Political Science Review*, 86 (4).
- Kölln, Ann-Kristin (2015), "The effects of membership decline on party organisations in Europe", *European Journal of Political Research*, 54 (4).
- Kölln, Ann-Kristin, e Jonathan Polk (2017), "Emancipated party members: Examining ideological incongruence within political parties", *Party Politics*, 23 (1).
- Kucec, Marko (2019), "Intra-party conflict at grassroots: Party-councillor ideological congruence in Croatia", *Party Politics*, 25 (5).
- LaPalombara, Joseph, e Jeffrey Andersen (1992), "Political Parties", em John Paynter, Mary E. Hawkesworth, M. e Maurice Kogan (eds.), *Encyclopedia of government and politics* (vol. 1), Abingdon, Taylor & Francis.
- Laponce, Jean A. (1981), *Left and Right. The Topography of Political Perceptions*. Toronto, University of Toronto Press.
- Lijphart, Arend (1999), "Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries", New Haven e Londres, Yale University Press.
- Lipset, Seymour M., e Stein Rokkan (eds.) (1967), *Party systems and voter alignments: Cross-national perspectives* (vol. 7), New York, Free press.
- Lisi, Marco (2011), *Os Partidos Políticos em Portugal. Continuidade e Transformação*, Coimbra, Almedina.
- Lisi, Marco (2015), "Democracia intra-partidária, filiados e elites intermédias: o caso do Partido Socialista português", *Análise Social*, (214).

- Lisi, Marco, e Ekaterina Gorbunova (2017), “Ideologia, cultura política e posições programáticas: as preferências dos filiados”, em Marco Lisi e Paula Espírito Santo (orgs.), *Militantes e Ativismo nos Partidos Políticos: Portugal em Perspetiva Comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Lisi, Marco, e João Cancela (2017), “Ativismo e participação nos partidos políticos”, em Marco Lisi e Paula Espírito Santo (orgs.), *Militantismo e Ativismo nos Partidos Políticos: Portugal em Perspetiva Comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Lisi, Marco, e João Cancela (2019), “Types of party members and their implications: Results from a survey of Portuguese party members”, *Party Politics*, 25 (3).
- Lisi, Marco, e Paula Espírito Santo (2017), “Introdução”, em Marco Lisi e Paula Espírito Santo (orgs.), *Militantismo e Ativismo nos Partidos Políticos: Portugal em Perspetiva Comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Lisi, Marco, Paula Espírito Santo e Bruno Ferreira Costa (2017), “Filiados e ativismo partidário em Portugal: enquadramento teórico e características do inquerito”, em Marco Lisi e Paula Espírito Santo (orgs.), *Militantismo e Ativismo nos Partidos Políticos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Lobo, Marina C. (2003), “A elite partidária em Portugal, 1976-2002: dirigentes, deputados e membros do governo”, *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta Editora.
- Lopes, Fernando F. (2002), “Partidos Políticos”, em Fernando F. Lopes e André Freire (orgs.), *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*, Oeiras, Celta.
- Lopes, Fernando F. (2004), *Os Partidos Políticos: Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras, Celta.
- Lopes, Hugo Ferrinho, Luís Cabrita e André Freire (2015), “As Esquerdas do pós-Troika: Identidades Ideológicas do PS, BE e LIVRE”, artigo apresentado na conferência *Filiados e delegados dos partidos: Portugal em perspectiva comparada*, ISCSP, 25 de janeiro.
- Luhman, Niklas (1982), *The Differentiation of Society*, New York, Columbia University Press.
- Mair, Peter (1994), “Party organizations: from civil society to the state”, em Richard Katz e Peter Mair (orgs.), *How Parties Organize*, London, Sage Publications.
- Mair, Peter (1997), *Party System Change. Approaches and Interpretations*, Oxford, Clarendon Press.
- Mair, Peter (2007), “Left-right orientations”, em Russell J. Dalton e Hans-Dieter Klingemann (orgs.), *The Oxford Handbook of Political Behaviour*, Oxford, Oxford University Press.
- Mair, Peter, e Cas Mudde (1998), “The party family and its study”, *Annual Review of Politics Science*, 1 (1).
- Mair, Peter, e Ingrid Van Biezen (2001), “Party membership in twenty European democracies, 1980-2000”, *Party politics*, 7 (1).
- March, Luke, e Charlotte Rommerskirchen (2015), “Out of left field? Explaining the variable electoral success of European radical left parties”, *Party Politics*. 21 (1).
- Marôco, João (2014), *Análise Estatística com o SPSS Statistics 6.ª ed.*, Lisboa, ReportNumber;
- Martins, Manuel Meirinho (2004), *Participação Política e Democracia – O Caso Português (1975-2000)*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- May, John D. (1973), “Opinion structure of political parties: the special law of curvilinear disparity”, *Political studies*, 21 (2).
- McDonald, Michael D., e Ian Budge (2005), *Elections, parties, democracy: Conferring the median mandate*. London, Oxford University Press.
- McDonnell, Duncan, e James L. Newell (2011), “Outsider parties in government in Western Europe”, *Party politics*, 17 (4).

- Meguid, Bonnie M. (2005), "Competition between unequals: The role of mainstream party strategy in niche party success", *American Political Science Review*, 99 (3).
- Méndez, Mónica, e Julián Santamaría (2011), "La ley de la disparidad ideológica curvilínea de los partidos políticos: el caso del PSOE", *Revista española de ciência política*, 4.
- Michels, Robert (1911 [1999]), *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democrac*, New Brunswick, Transaction Publishers.
- Mill, John Stuart (1991), *Considerations on Representative Government*, New York, Prometheus Books.
- Miller, Warren E., e Donal Stokes. (1963), "Constituency Influence in Congress", *American Political Science Review*, 57.
- Miller, Warren, R. Pierce, J. Thomassen, R. Herrera, S. Holmberg, P. Esaiasson e B. Wessels (eds.) (1999), *Policy Representation in Western Democracies*, Oxford & New York: Oxford University Press.
- Morlino, Leonardo (1998), *Democracy between Consolidation and Crisis*, Oxford, Oxford University Press.
- Müller, Wolfgang C. (1997), "Inside the black box: a confrontation of party executive behaviour and theories of party organizational change", *Party Politics*, 3 (3).
- Müller-Rommel, Ferdinand (1985), "The greens in Western Europe: similar but different", *International Political Science Review*, 6 (4).
- Narud, Hanne M. e Audun Skare (1999), "Are party activists the party extremists? The structure of opinion in political parties", *Scandinavian Political Studies*, 22 (1).
- Niedermayer, Oskar (1986), "Methodological and practical problems of comparative party elites research: the EPPMLE project", *European journal of political research*, 14 (1-2).
- Norris, Pippa (1995), "May's Law of Curvilinear Disparity Revisited: Leaders, Officers, Members and Voters in British Political Parties", *Party Politics*, 1 (1).
- Ostrogorski, Moisei (1902), *Democracy and the organization of political parties* (vol. 2), London, Macmillan.
- Page, Benjamin, I., Robert Y. Shapiro, Paul W. Gronke e Robert M. Rosenberg (1984), "Constituency, party, and representation in Congress", *Public Opinion Quarterly*, 48 (4).
- Panbianco, Angelo (1988), *Political Parties. Organizations and Power*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Panbianco, Angelo (1995), *Modelos de Partido*, Madrid, Alianza Editorial.
- Pedersen, Karina, Lars Bille, Roger Buch, Jørgen Elklit, Bernhard Hansen e Hans J. Nielsen (2004), "Sleeping or Active Partners? Danish Party Members at the Turn of the Millennium", *Party Politics*, 10 (4).
- Pierce, Roy (1999), "Mass-elite issue linkages and the responsible party model representation", em Miller, Warren, R. Pierce, J. Thomassen, R. Herrera, S. Holmberg, P. Esaiasson e B. Wessels (eds.) (1999), *Policy Representation in Western Democracies*, Oxford & New York: Oxford University Press.
- Pierre, Jon (1986), "Attitudes and behaviour of party activists: A critical examination of recent research on party activists and 'Middle-Level Elites'", *European Journal of Political Research*, 14 (4).
- Pitkin, Hanna (1972), *The Concept of Representation*, Berkeley, University of California Press.
- Pizzorno, Alessandro (1980), *I soggetti del pluralismo: classi, partiti, sindacati*, Bologna, Il mulino.
- Poguntke, Thomas (1987), "New politics and party systems: The emergence of a new type of party?", *West European Politics*, 10 (1).
- Poguntke, Thomas e Paul Webb (eds.) (2007), *The presidentialization of politics: A comparative study of modern democracies*. Oxford, Oxford University Press.
- Polk, Jonathan e Ann-Kristin Kölln (2017), "The lives of the party: Contemporary approaches to the study of intraparty politics in Europe", *Party Politics*, 23 (1).

- Polk, Jonathan e Ann-Kristin Kölln (2018), “Electoral infidelity: Why party members cast defecting votes”, *European Journal of Political Research*, 57.
- Powell, G. Bingham (2000), *Elections as Instruments of Democracy: Majoritarian and Proportional Visions*, New Haven, Yale University Press.
- Powell, G. Bingham (2004), “Political representation in comparative politics”, *Annual Review of Political Science*, 7.
- Quivy, Raymond, e Luc Van Campenhoudt (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Reif, Karlheinz, Roland Cayrol, e Oskar Niedermayer (1980), “National political parties’ middle level elites and European integration”, *European Journal of Political Research* 8 (1).
- Rosas, José C., e Ana Rita Ferreira (2013a), *Left and Right: The Great Dichotomy Revisited*, Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing.
- Rosas, José C., e Ana Rita Ferreira (2013b), *Ideologias Políticas Contemporâneas*, Coimbra, Almedina.
- Sanches, Edalina, e Isabella Razzuoli (2017), “A democracia intrapartidária em Portugal: uma análise comparada das perceções dos filiados do BE, CDS-PP, LIVRE, PS E PSD”, em Marco Lisi e Paula Espírito Santo (orgs.), *Militantes e Ativismo nos Partidos Políticos: Portugal em perspectiva comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Sartori, Giovanni (1970), “Concept misformation in comparative politics”, *American political science review*, 64 (4).
- Sartori, Giovanni (1976 [2005]), *Parties and party systems: A framework for analysis*, Colchester, ECPR press.
- Scarow Susan E. (2000), “Parties without members”, em Russel J. Dalton e Martin P. Wattenberg (eds), *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- Scarow, Susan E. (1994), “The ‘paradox of enrollment’: Assessing the costs and benefits of party memberships”, *European Journal of Political Research*, 25 (1).
- Scarow, Susan E. (1996), *Parties and Their Members. Organizing for Victory in Britain and Germany*, Oxford, Oxford University Press.
- Scarow, Susan E. (2014), *Beyond party members: Changing approaches to partisan mobilization*, Oxford, Oxford University Press.
- Scarow, Susan E. e Burcu Gezgor (2010), “Declining memberships, changing members? European political party members in a new era”, *Party Politics*, 16 (6).
- Scarow, Susan E., Paull Webb e David M. Farrell (2000) “From social integration to electoral contestation”, em Russel J. Dalton e Martin P. Wattenberg (orgs), *Parties without partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- Schattschneider, Elmer E. (1942), *Party Government*, New York, Greenwood Press Reprint.
- Schlesinger, Joseph A. (1984), “On the theory of party organization”, *The Journal of Politics*, 46 (2).
- Schlesinger, Joseph A. (1994), *Political Parties and the Winning of Office*, Ann Arbor, University of Michigan Press.
- Schmitt, Hermann e Jacques Thomassen (eds.) (1999), *Political Representation and Legitimacy in the European Union*, Oxford e New York, Oxford University Press.
- Schmitter, Philippe C. (2001), “Parties are not what they once were”, em Larry Diamond e Richard Gunther (orgs.), *Political Parties and Democracy*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- Seiler, Daniel-Louis (2000), *Os partidos políticos*, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Selle, Per, e Lars Svåsand (1991), Membership in party organizations and the problem of decline of parties, *Comparative Political Studies*, 23 (4).

- Seyd, Patrick, e Paul Whiteley (1992), *Labour's grass roots: The politics of party membership*, Oxford University Press.
- Seyd, Patrick, e Paul Whiteley (2004), "British party members: An overview", *Party Politics*, 10 (4).
- Siaroff, Alan (2009), "The decline of political participation: An empirical overview of voter turnout and party membership", em Joan DeBardeleben e Jon H. Pammet (orgs.), *Activating the Citizen: Addressing dilemmas of participation in Europe and Canada*, Basingtoke, Palgrave.
- Sousa, Marcelo Rebelo de (1983), *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz.
- Stock, Maria J. (1985a), "Delegados, activistas, quadros médios: Importância de uma abordagem empírica", *Economia e Sociologia*, 38-39.
- Stock, Maria J. (1985b), "O centrismo político em Portugal: evolução do sistema de partidos, génese do Bloco Central e análise dos dois parceiros da coligação", *Análise Social*, XXI (95).
- Stock, Maria J. (1986), *Os Partidos do Poder Dez Anos Depois do 25 de Abril*, Évora, Universidade de Évora.
- Stock, Maria J., A. Silva, L. F. Valente Rosa, C. A. Martins d'Oliveira, T. van Schuur e L. F. C. Antunes (1985), "Os Partidos em Congresso 1981 - Quem São e o que Pensam os seus Delegados - uma Abordagem Sociológica", *Economia e Sociologia*, 38/39 (separata).
- Tavits, Margit (2009), "The making of mavericks: local loyalties and party defection", *Comparative Political Studies*, 42 (6).
- Tavits, Margit (2011), "Power within parties: the strength of the local party and MP independence in postcommunist Europe", *American Journal of Political Science*, 55 (4).
- Teixeira, Conceição P. (2009), *Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar*, Coimbra, Almedina.
- Teixeira, Conceição P., Emmanouil Tsatsanis e Ana M. Belchior (2016), "A 'necessary evil' even during hard times? Public support for political parties in Portugal before and after the bailout (2008 & 2012)", *Party Politics*, 22 (6).
- Teorell, Jan (1999), "A deliberative defence of intra-party democracy", *Party Politics*, 5 (3).
- Thomassen, Jacques (1994), "Empirical Research into Political Representation", em M. Kent Jennings e Thomas H. Mann (eds.), *Elections at Home and Abroad*, Ann Arbor, Michigan, University of Michigan Press.
- Thomassen, Jacques, e Herman Schmitt, (1997), "Policy representation", *European Journal of Political Research*, 32 (2).
- Thomassen, Jacques, e Hermann Schmitt (1999), "Issue Congruence", em Hermann Schmitt e Jacques Thomassen (eds.), *Political Representation and Legitimacy in the European Union*, Oxford e New York, Oxford University Press.
- Torcal, Mariano (2006), "Political disaffection and democratization history in new democracies", em Torcal, Mariano e José R. Montero (orgs.), *Political Disaffection in Contemporary Democracies: Social Capital, Institutions, and Politics*, Londo, Routledge.
- Torcal, Mariano e José R. Montero (2006), *Political disaffection in contemporary democracies: social capital, institutions and politics*, London, Routledge.
- Torcal, Mariano, Richard Gunther e José R. Montero (2002), "Anti-party sentiments in Southern Europe", em Richard Gunther, José R. Montero e Juan Linz (orgs.), *Political Parties*, Oxford, Oxford University Press.
- Van Biezen, Ingrid (1998), "Building party organisations as public utilities", *Party Politics*, 10 (6).
- Van Biezen, Ingrid (2003), "The place of parties in contemporary democracies", *West European Politics*, 26(3).
- Van Biezen, Ingrid e Thomas Poguntke (2014), "The decline of membership-based politics", *Party Politics*, 20 (2).

- Van Biezen, Ingrid, e F. Casal Bértoa (2014), “Party regulation in post-authoritarian contexts: Southern Europe in comparative perspective”, *South European Society and Politics*, 19 (1).
- Van Biezen, Ingrid, Peter Mair e Tomas Poguntke (2012), “Going, going... gone? The decline of party membership in contemporary Europe”, *European journal of political research*, 51 (1).
- Van de Wardt, Marc (2014), “Putting the damper on: Do parties de-emphasize issues in response to internal divisions among their supporters?”, *Party Politics*, 20 (3).
- Van der Brug, Wouter (1999), “Voters' perceptions and party dynamics”, *Party Politics* 5 (2).
- Van Haute, Emilie (2015), “Joining isn't everything: exit, voice, and loyalty in party organizations”, em R. Johnston e C. Sharman (eds.), *Parties and Party Systems: Structure and Context*, Vancouver, UBC Press.
- Van Haute, Emilie (org.) (2011), *Party Membership in Europe: Exploration into the Anthills of Party Politics*, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles.
- Van Haute, Emilie, e Anika Gauja (eds.) (2015), *Party members and activists*, London, Routledge.
- Van Haute, Emilie, e Kenneth R. Carty (2012), “Ideological Misfits: A Distinctive Class of Party Members”, *Party Politics*, 18 (6).
- Van Holsteyn, Joop JM, Josje M. Den Ridder e Ruud A. Koole (2017), “From May's Laws to May's legacy: On the opinion structure within political parties”, *Party Politics*, 23 (5).
- Verhelst Tom, Herwig Reynaert e Kristof Steyvers (2013), “Necessary asymmetry or undemocratic imbalance? Professionalisation in the recruitment and career of Belgian local councillors”, *Local Government Studies*, 39 (2).
- Wagner, Markus (2012), “Defining and Measuring Niche Parties”, *Party Politics*, 18 (6).
- Ware, Alan (1996), *Political parties and party systems* (vol. 9), Oxford, Oxford University Press.
- Webb, Paul (2002), “Political Parties in advanced industrial democracies”, em Paul Webb, David M. Farrel e Ian Holliday (orgs.), *Political Parties in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- Wessels, Bernhard (1999), “System Characteristics Matter. Empirical Evidence from Ten Representation Studies”, em Warren Miller, R. Pierce, J. Thomassen, R. Herrera, S. Holmberg, P. Esaiasson e B. Wessels (eds.), *Policy Representation in Western Democracies*, Oxford & New York: Oxford University Press.
- Wessels, Bernhard (2007), “Political representation and democracy”, em Russell J. Dalton e Hans-Dieter Klingemann, *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, Oxford University Press.
- Whiteley, Paul F. (2011), “Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world”, *Party Politics*, 17 (1).
- Whiteley, Paul F., e Patrick Seyd (1996), “Rationality and Party Activism: Encompassing Tests of Alternative Models of Political Participation”, *European Journal of Political Research*, 29.
- Whiteley, Paul F., e Patrick Seyd (2002), *High-intensity participation: the dynamics of party activism in Britain*, Michigan, University of Michigan Press.
- Whiteley, Paul F., Patrick Seyd e Jeremy Richardson (1994a), *True blues: The politics of conservative party membership*, EUA, Oxford University Press.
- Whiteley, Paul F., Patrick Seyd, Jeremy Richardson e Paul Bissell (1994b), “Explaining party activism: The case of the British Conservative Party”, *British Journal of Political Science*, 24 (1).
- Widfeldt, Anders (1999), “Losing touch? The political representativeness of Swedish parties, 1985–1994”, *Scandinavian Political Studies*, 22 (4).

FONTES

Espírito Santo, Paula, e Marco Lisi (2014), “Filiados e Delegados dos Partidos: Portugal em Perspetiva Comparada. Base de Dados”, Projeto *Members and Activists of Political Parties*, Lisboa, ISCSP-UL e FCSH-UNL.

Freire, André, Marco Lisi e Emmanouil Tsatsanis (2017), “Portuguese Candidates Survey: 2015 elections”, Projeto *Crise, Representação Política e Renovação Democrática: o caso português no contexto da Europa do Sul*, Lisboa, CIES-IUL e IPRI-NOVA. FCT PTDC/IVC-CPO/3098/2014.

ANEXOS

A. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E DIMENSÃO DA AMOSTRA

Quadro A.1. Dimensão da amostra por partidos e tipo de membros

	Filiados	Delegados	Deputados	Total	Votação (% eleições 2011)	Votação (% eleições 2015)
BE	669 (9.600)	-	19 (19)	688	5.2	10.2
PS	1316 (50.000)	-	54 (86)	1370	28.1	32.3
PSD	-	303 (1.000)	64 (89)	367	38.5	36.9
CDS	-	442 (900)	12 (18)	454	11.7	
Total	1985	745	149	2879		

Notas: *N* do universo amostral entre parêntesis (dados dos filiados e delegados retirados de Lisi e Cancela, 2019, apêndice: 2). O PSD e o CDS-PP concorreram coligados às eleições legislativas de 2015.

O contexto de recolha dos dados coincide com o período de saída do memorando de entendimento com a *troika* e o final da XII legislatura (governo de coligação entre PSD e CDS-PP) e o início da XIII legislatura (governo minoritário do PS, com suporte parlamentar do BE, PCP e PEV). Infelizmente, não existem dados dos membros do PCP e PEV, bem como do PAN (que elegeu um deputado na XIII legislatura). Ao mesmo tempo, só estão disponíveis dados de filiados para os partidos de esquerda (BE e PS) e de delegados para os partidos de centro-direita (PSD e CDS-PP). A diferença da amostra (não aleatória e dependente da distribuição pelas direções partidárias, recorde-se) entre partidos e tipos de membros é, portanto, grande. Sobretudo, se tivermos em conta as diferenças de *N* dos deputados de cada partido. Futuras investigações deverão procurar recolher inquéritos junto de todos os estratos partidários.

Quadro A.2. Variável Dependente e Variáveis Independentes: Características Técnicas e Dimensões da Amostra

Nome	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Incongruência Ideológica (sentido)	2256	-8	9	-0.4266	1.90124
Incongruência Ideológica (dimensão)	2256	0	9	1.3479	1.40681
Incongruência Ideológica (dicotómica)	2256	0	1	0.6738	0.46894
Autoposicionamento	2340	1	10	4.735	2.7047
Posicionamento do partido	2464	1	10	5.085	2.4010
Idade	2872	15	86	47.4934	13.68328
Sexo	2876	0	1	0.264	0.4410
Educação	2850	1	4	2.86	0.860
Frequência Religiosa	2867	1	4	1.839	0.9982
Situação profissional	2855	1	9	3.12	2.644
Filiação sindical	2182	1	2	1.21	0.407
Motivação	2570	-2.39	6.34	0.0049	1.40980
Satisfação com o funcionamento interno	2456	1	4	2.424	0.5215
Participação (horas)	2613	0	80	4.87	8.451
Posição de liderança	2879	0	1	0.5929	0.49138
Cargos Públicos	2879	0	1	0.5123	0.49993
Lealdade Eleitoral	2829	0	1	0.8618	0.34518

B. CONSTRUÇÃO DE VARIÁVEIS

B.1. CÁLCULO DA VARIÁVEL “INSATISFAÇÃO”

Quadro B.1. Características do índice “Insatisfação com o funcionamento interno”

	Correlação de item total corrigida	Alpha de Cronbach se o item for corrigido
As regras estatutárias não influenciam o funcionamento interno do partido	0.42	0.785
O funcionamento interno depende das tendências/divisões dentro do partido	0.421	0.722
O líder do partido não tem autonomia suficiente	0.285	0.745
A participação interna dos militantes depende dos benefícios que podem receber do partido	0.437	0.719
É desejável aumentar a democracia interna do partido	0.478	0.711
A estrutura do partido não permite a expressão do pluralismo interno	0.632	0.676
Os filiados não influenciam as políticas do partido	0.596	0.687
Os dirigentes não se interessam pelas opiniões dos militantes	0.642	0.675
Alfa de Cronbach (α)	0.745	

Uma variável composta é fiável desde a consistência interna do *alpha de cronbach* seja de 0.7, no mínimo. Tal é o caso ($\alpha = 0.745$), pelo que calculámos a insatisfação por via da média aritmética das respostas dos inquiridos aos oito indicadores do quadro B.1.1., que continham inicialmente uma escala de quatro pontos (1 = discorda totalmente; 4 = concorda totalmente).

B.2. CÁLCULO DA VARIÁVEL “MOTIVAÇÃO”

Quadro B.2. Características da variável “motivação para a adesão”: Análise de Componentes Principais

	Dimensões	
	Instrumental	Ideológica
Conhecer pessoas politicamente ativas	0.57	0.07
Queria ser politicamente ativo	0.57	0.57
Ajudar a concretizar os ideais que defendo	0.38	0.73
Queria influenciar a escolha dos candidatos a funções políticas	0.59	0.14
Fazer carreira política	0.73	-0.24
Ajudar financeiramente o partido	0.53	-0.19
Obter benefícios profissionais do exercício da actividade política	0.55	-0.54
Influência do contexto familiar	0.48	-0.37
<i>Eigenvalue</i>	2.47	1.39
Variância explicada	0.309	0.174
Variância explicada acumulada		0.483
<i>N</i>		2611

Nota: sem rotação.

Os filiados e delegados foram questionados acerca da sua motivação para aderir ao partido (1 = nada importante; 5 = muito importante). Dado que a teoria nos diz que existem diferentes e mistos incentivos

para aderir a um partido (Kitschelt, 1989; Norris, 1995; Seyd e Whiteley, 2002), seguimos a operacionalização de Lisi e Cancela (2017: 150-151; 2019, apêndice: 7) e processámos a informação através de uma análise de componentes principais (quadro B.2). Os resultados são coincidentes com os dos autores, que incluíram ainda o partido LIVRE, com a diferença de todos os nossos fatores alcançarem o limiar convencional de 0.35. Neste sentido, fazendo uso do seu critério, a variável motivação corresponde “à subtração destas duas dimensões: o valor da dimensão «ideológica» é subtraído ao valor da dimensão «instrumental»” (2017: 151). A variável agora criada varia entre -2.39 e 6.34 e, dado que as dimensões são ortogonais, tem um valor médio de 0, com desvio-padrão de 1.41.

B.3. CÁLCULO DAS VARIÁVEIS “POSIÇÃO DE LIDERANÇA” E “CARGOS PÚBLICOS”

Quadro B.3. Características da variável “posição de liderança”: índice aditivo

	Questões nas bases de dados		
	Filiados	Delegados	Deputados
Dirigente Nacional	Q28_1	Q28_1	A6d
Dirigente Distrital	Q28_2	Q28_2	A6c
Dirigente Concelhio	Q28_3	Q28_3	A6c
Dirigente da Secção	Q28_4	Q28_4	-
Dirigente da Juventude Partidária	Q28_5	Q28_5	-
Organização Colateral	Q28_6	Q28_6	-
Total de membros que exerceram alguma destas posições	887	682	138
Total de membros que nunca exerceram estas posições	1098	63	11
<i>N</i>	1985	745	149

Quadro B.4. Características da variável “cargos públicos decorrentes da militância partidária”: índice aditivo

	Questões nas bases de dados		
	Filiados	Delegados	Deputados
Funcionário de empresas municipais/nacionais	Q33_1	Q33_1	-
Deputado local ou municipal	Q33_2	Q33_2	A6g
Assessoria ao nível local ou nacional	Q33_3	Q33_3	A6b
Autarca	Q33_4	Q33_4	A6f
Deputado à Assembleia da República	Q33_5	Q33_5	-
Deputado ao Parlamento Europeu	Q33_6	Q33_6	A6j
Outro	Q33_7	Q33_7	-
Total de membros que exerceram algum destas funções	899	445	131
Total de membros que nunca exerceram estas funções	1086	300	18
<i>N</i>	1985	745	149

A “posição de liderança” (Lisi e Cancela, 2017, 2019) e “cargos públicos” (Kölln e Polk, 2017: 28, nt. 17) resultam de índices aditivo das variáveis dos quadros acima. Os preditores compósitos permitem-nos aferir quantos membros já exerceram alguma vez cargos de dirigente nos vários órgãos do partido ou, no segundo caso, outras funções de representação ou nomeação decorrentes da militância partidária.

C. DIFERENÇAS DE POSICIONAMENTOS IDEOLÓGICOS

C.1. DIFERENÇAS DE IDENTIDADES IDEOLÓGICAS DENTRO DOS PARTIDOS

Quadro C.1. Diferenças entre o autopoicionamento dos militantes e o posicionamento do partido: teste *t* para uma amostra

Partido	Média	Desvio-padrão	Erro-padrão da média	<i>t</i>	gl	<i>p value</i>	N
BE	0.1346	1.4347	0.0761	1.768	354	0.078	355
PS	-0.9455	1.9720	0.0578	-16.365	1164	0.000	1165
PSD	-0.1975	1.8184	0.0960	-2.058	358	0.040	359
CDS-PP	0.4036	1.5620	0.0763	5.289	418	0.000	419

Em todos os casos, rejeita-se H_0 (a média do autopoicionamento é igual à do posicionamento do partido) e aceita-se H_1 : a média do autopoicionamento é significativamente diferente do posicionamento do partido ($p < 0.05$).

Quadro C.2. Diferenças entre o autopoicionamento dos filiados e delegados face ao dos deputados: teste *t* para amostras independentes

Partido	Diferença de médias	<i>F</i>	Igualdade de variâncias	<i>t</i>	gl	<i>p value</i>	N
BE	1.4120	8.860	Não assumida	6.342	41.55	0.000	386; 19
PS	-0.2766	16.613	Não assumida	-1.728	70.67	0.088	1140; 53
PSD	0.1535	40.983	Não assumida	4.206	210.52	0.000	299; 63
CDS-PP	0.2713	4.201	Não assumida	0.463	13.07	0.651	410; 12

Notas: *N* dos filiados (BE e PS) e delegados (PSD e CDS) reportado primeiro; *N* dos deputados reportado em segundo lugar. Não incluímos a média de cada estrato partidário, dado já estar reportada na figura 3.2.

Exceto no CDS-PP ($p > 0.05$), em todos os restantes partidos (BE, PS e PSD), como $p < 0.05$, rejeita-se H_0 (a média do autopoicionamento dos filiados e delegados é igual à média do autopoicionamento dos deputados) e aceita-se H_1 : a média do autopoicionamento dos filiados e delegados é significativamente diferente da média do autopoicionamento dos deputados.

C.2. DIFERENÇAS DE IDENTIDADES IDEOLÓGICAS ENTRE PARTIDOS

Quadro C.3. Diferenças de posicionamentos entre partidos: ANOVA

		Soma dos Quadrados	gl	Quadrados médios	<i>F</i>	<i>p value</i>
Autopoicionamento	Entre partidos	7758.998	3	2586.333	642.108	0.000
	Dentro dos partidos	9578.293	2378	4.028		
	Total	17337.291	2381			
Posicionamento do partido	Entre partidos	5848.336	3	1949.445	569.551	0.000
	Dentro dos partidos	8563.785	2502	3.423		
	Total	14412.120	2505			

Quadro C.4. Diferenças de posicionamentos entre partidos: comparações múltiplas (*Tukey HSD post-hoc test*)

Partido	Média	Diferença de médias			
		BE	PS	PSD	CDS-PP
Autoposicionamento esquerda-direita					
BE	3.0	x	x	x	x
PS	3.7	0.6815***	x	x	x
PSD	6.5	3.4674***	2.7859***	x	x
CDS-PP	7.9	4.8631***	4.1817***	1.3958***	x
Posicionamento do partido					
BE	2.8	x	x	x	x
PS	4.6	1.8119***	x	x	x
PSD	6.7	3.8584***	2.0465***	x	x
CDS-PP	7.5	4.6632***	2.8513***	0.8048***	x

† $p < 0.1$; * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$; *** $p < 0.001$

Em todos os casos, rejeita-se H_0 (as médias do autoposicionamento e do posicionamento do partido são iguais entre partidos) e aceita-se H_1 : as médias do autoposicionamento e do posicionamento do partido são estatística e significativamente diferentes entre os vários partidos, quando comparados ($p < 0.001$).

C.3. DIFERENÇAS DE IDENTIDADES IDEOLÓGICAS ENTRE MILITANTES

Quadro C.5. Diferenças de posicionamentos entre filiados e delegados *versus* deputados: ANOVA

		Soma dos Quadrados	gl	Quadrados médios	F	<i>p value</i>
Autoposicionamento	Entre estratos	7758.998	3	2469.445		
	Dentro dos estratos	9390.730	2231	4.209	586.678	0.000
	Total	16799.067	2234			
Posicionamento do partido	Entre estratos	411.479	3	137.160		
	Dentro dos estratos	125.700	143	0.879	156.037	0.000
	Total	537.179	146			

Quadro C.6. Diferenças de posicionamentos entre partidos: comparações múltiplas (*Tukey HSD post-hoc test*)

Partido	Média	Diferença de médias			
		BE	PS	PSD	CDS-PP
Autoposicionamento dos filiados e delegados					
BE	3.1	x	x	x	x
PS	3.7	0.6029***	x	x	x
PSD	6.6	3.5135***	2.9106***	x	x
CDS-PP	7.9	4.8005***	4.1975***	1.2870***	x
Autoposicionamento dos deputados					
BE	1.7	x	x	x	x
PS	4.0	2.2916***	x	x	x
PSD	5.9	4.2797***	1.9881***	x	x
CDS-PP	7.8	6.0868***	3.7953***	1.8071***	x

† $p < 0.1$; * $p < 0.05$; ** $p < 0.01$; *** $p < 0.001$

Em todos os casos, rejeita-se H_0 (as médias do autoposicionamento dos filiados, delegados e deputados são iguais entre partidos) e aceita-se H_1 : as médias do autoposicionamento de todos os tipos de membros são estatística e significativamente diferentes entre os vários partidos, quando comparados ($p < 0.001$).

D. O PERFIL DOS MEMBROS PARTIDÁRIOS

Quadro D.1. O perfil socioeconómico dos militantes, por estrato partidário (%)

		Filiados	Delegados	Deputados
Sexo	Homem	73.5	76.8	63.8
	Mulher	26.8	23.2	36.2
	Total (N)	(2015)	(754)	(149)
Idade	< 35	22.3	20.7	15.1
	36-60	54.7	68.4	70.5
	> 60	23	10.9	14.4
	Total (N)	(2014)	(754)	(146)
Educação	Até ao 9.º ano	9.7	2.8	0.7
	Até ao 12.º ano	25	18.8	2.7
	Licenciatura	42.8	54.4	64.9
	Mestrado/Doutoramento	22.4	24	31.8
	Total (N)	(2005)	(739)	(148)
Situação profissional	Tempo inteiro	51.7	55.4	46.2
	Part-time	1.4	1.8	2.8
	Profissional liberal	9	24.9	41.4
	Doméstico/a	0.1	0.4	0.7
	Estudante	4.2	3	3.4
	Reformado	19.4	6.6	5.5
	Invalidez permanente	0.3	0.1	0
	Desempregado/a	9.7	4.2	0
	Outra	4.1	3.5	0
	Total (N)	(2014)	(738)	(145)
Frequência religiosa	Todas as semanas	6.4	23.7	7.4
	Algumas vezes por mês	6	19.9	19.6
	Algumas vezes por ano	26.8	40.6	31.1
	Nuna ou quase nunca	60.9	15.8	41.9
	Total (N)	(2005)	(747)	(148)
Classe social	Baixa	6.6	1.1	N/A
	Média-baixa	51.5	39.2	N/A
	Média-alta	18.7	32.2	N/A
	Alta	0.2	1.9	N/A
	Não me identifico	23	25.6	N/A
	Total (N)	(2005)	(191)	N/A
Filiação sindical	Não membro	75.7	85.8	96.6
	Membro	24.2	14	9.4
	Total (N)	(1337)	(738)	(149)

Nota: Dados sobre a classe social não disponíveis para deputados.

Quadro D.2. O perfil socioeconómico dos militantes, por partido político (%)

		BE	PS	PSD	CDS-PP
Sexo	Homem	68.9	74.7	80.1	72.2
	Mulher	31.1	25.3	19.9	27.8
	Total (N)	(687)	(1401)	(377)	(453)
Idade	< 35	28.5	19	25.9	15
	36-60	54	55.3	62.4	75.5
	> 60	17.5	25.7	11.7	9.5
	Total (N)	(687)	(1399)	(375)	(453)
Educação	Até ao 9.º ano	10.2	9	2.4	2.7
	Até ao 12.º ano	22.4	25.2	14.6	19.6
	Licenciatura	39.8	44.7	60.6	53
	Mestrado/Doutoramento	27.5	21.1	22.3	24.7
	Total (N)	(683)	(1395)	(376)	(438)
Situação profissional	Tempo inteiro	49.3	53.1	54.1	53.4
	Part-time	2.5	0.8	1.9	2.3
	Profissional liberal	6.4	11.4	27.5	27.5
	Doméstico/a	0.1	0.1	0.8	0.2
	Estudante	6.3	3.2	2.7	3
	Reformado	15.6	20.7	6.9	5.5
	Invalidez permanente	0.4	0.3	0	0.2
	Desempregado/a	13.8	7.1	2.7	4.8
	Outra	5.5	3.2	3.5	3
	Total (N)	(687)	(1339)	(375)	(436)
Frequência religiosa	Todas as semanas	2.8	7.9	17	27.6
	Algumas vezes por mês	1.9	8.2	19.1	22.2
	Algumas vezes por ano	9.9	34.6	45.5	36.8
	Nuna ou quase nunca	85.4	49.3	18.4	13.5
	Total (N)	(686)	(1401)	(376)	(446)
Classe social	Baixa	11	4.5	1.3	0.9
	Média-baixa	52.1	51.2	41	37.9
	Média-alta	10.8	22.5	30.4	33.6
	Alta	0.2	0.3	0.6	2.8
	Não me identifico	25.9	21.6	26.8	24.8
	Total (N)	(664)	(1341)	(310)	(435)
Filiação sindical	Não membro	73.7	75	80.6	91.5
	Membro	26.3	23.7	18.8	8.2
	Total (N)	(619)	(1391)	(377)	(437)

Nota: Dados sobre a classe social não disponíveis para deputados.

Quadro D.3. Testes de independência do perfil socioeconómico face à variável dependente

Variável	Teste	Valor	gl	<i>p value</i>	<i>N</i>
Idade	Qui-Quadrado	9.208	2	0.010	2294
Sexo	Fisher	11.582	1	0.000	2297
Educação	Qui-Quadrado	13.517	3	0.004	2290
Frequência religiosa	Qui-Quadrado	19.883	3	0.000	2298
Situação profissional	Qui-Quadrado	7.875	8	0.446	2293
Filiação sindical	Fisher	0.536	1	0.252	1956
Motivação	Fisher	10.789	1	0.001	2065
Participação	Fisher	8.386	1	0.003	2128
Satisfação	Fisher	36.837	1	0.000	1965
Posição de liderança	Fisher	9.237	1	0.001	2298
Cargos públicos	Fisher	7.974	1	0.003	2298
Lealdade eleitoral	Fisher	25.485	1	0.000	2282

Notas: No caso das variáveis com recurso ao teste de Fisher, o valor reportado na terceira coluna corresponde ao do Qui-quadrado de Pearson. As variáveis “motivação”, “participação” e “satisfação” foram introduzida como dicotómicas (respetivamente: 0 = motivações ideológicas, 1 = motivações instrumentais; 0 = 10 ou menos horas por semana, 1 = 11 ou mais horas por semana; 0 = satisfeito, 1 = insatisfeito).

H₀: A incongruência é independente da variável em análise;

H₁: A incongruência é dependente da variável em apreço.

Verificamos, com base no quadro D.3, que os militantes incongruentes se distinguem significativamente dos congruentes em várias variáveis relacionadas com o perfil socioeconómico e em todos os fatores relacionados com a estrutura de incentivos, o perfil de ativismo, satisfação e ligação partidária. Somente quanto à situação profissional e filiação sindical não se rejeita H₀ ($p > 0.05$). Em todos os restantes casos, as probabilidades são dependentes, pelo que se aceita H₁: o perfil socioeconómico dos *misfits* difere estatística e significativa dos restantes membros quanto à idade, sexo, educação, frequência religiosa, motivação, participação, satisfação, liderança, funções públicas e lealdade eleitoral ($p < 0.05$).

E. DETERMINANTES DA INCONGRUÊNCIA IDEOLÓGICA: QUALIDADE E ADEQUABILIDADE DOS MODELOS DE REGRESSÃO CATEGORIAL

E.1. QUALIDADE DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA

Quadro E.1. Inferência sobre o modelo: teste do Qui-quadrado (bloco 1)

Etapa		Qui-quadrado	gl	<i>p value</i>
1	Etapa	100.981	8	0.000
	Bloco	100.981	8	0.000
	Modelo	100.981	8	0.000

H₀: O modelo não é estatisticamente significativo;

H₁: O modelo é estatisticamente significativo;

O modelo é estatisticamente significativo, pelo que as variáveis independentes (preditoras) têm um efeito significativo na variável dependente ($\chi^2(8) = 100.981, p < 0.000$).

Quadro E.2. Sumário do modelo (bloco 1)

Etapa	-2 Log likelihood	Pseudo R ² de Cox & Snell	Pseudo R ² de Nagelkerke
1	2011.779 ^a	.056	0.080

Quadro E.3. Ajustamento do modelo aos dados (bloco 1)

Etapa	Qui-quadrado	gl	<i>p value</i>
1	11.489	8	0.175

H₀: O modelo ajusta-se aos dados;

H₁: O modelo não se ajusta aos dados.

Como não existem diferenças significativas, não se aceita H₀: o modelo logístico ajusta-se aos dados ($\chi^2(8) = 11.489, p < 0.000$).

Quadro E.4. Determinantes da incongruência ideológica (bloco 1)

	β	Erro padrão	Wald	gl	<i>p value</i>	Exp(B)	Intervalo de confiança	
							Mínimo	Máximo
BE	-0.876	0.162	29.375	1	0.000	0.416	0.303	0.572
PSD	0.087	0.173	.252	1	0.616	1.091	0.777	1.532
CDS	-0.377	0.151	6.234	1	0.013	0.686	0.511	0.922
Idade	-0.011	0.004	6.152	1	0.013	0.989	0.981	0.998
Sexo	-0.278	0.128	4.758	1	0.029	0.757	0.590	0.972
Educação	0.080	0.026	9.741	1	0.002	1.084	1.030	1.139
Freq_Rel	-0.247	0.059	17.413	1	0.000	0.781	0.695	0.877
Motivação	-0.225	0.040	31.493	1	0.000	0.799	0.738	0.864
Constant	1.010	0.472	4.589	1	0.032	2.746		

Quadro E.5. Inferência sobre o modelo: teste do Qui-quadrado (bloco 2)

Etapa	Qui-quadrado	gl	<i>p value</i>
1	102.965	4	0.000
Bloco	102.965	4	0.000
Modelo	203.947	12	0.000

H₀: O modelo não é estatisticamente significativo;

H₁: O modelo é estatisticamente significativo;

A diferença entre os dois modelos é estatisticamente significativa, pelo que o modelo 2 ($\chi^2(4) = 102.965$, $p < 0.000$), que adiciona o ativismo, é melhor que o modelo 1 ($\chi^2(12) = 203.074$, $p < 0.001$).

Quadro E.6. Sumário do modelo (bloco 2)

Etapa	-2 Log likelihood	Pseudo R ² de Cox & Snell	Pseudo R ² de Nagelkerke
1	1908.814 ^a	0.110	0.157

Quadro E.7. Ajustamento do modelo aos dados (bloco 2)

Etapa	Qui-quadrado	gl	<i>p value</i>
1	20.173	8	0.010

H₀: O modelo ajusta-se aos dados;

H₁: O modelo não se ajusta aos dados.

Quadro E.8. Ajustamento do modelo aos dados: teste de Hosmer e Lemeshow (bloco 2)

	Congruentes (0)		Incongruentes (1)		Total
	Observados	Esperados	Observados	Esperados	
1	101	107.195	74	67.805	175
2	75	80.005	100	94.995	175
3	71	67.322	104	107.678	175
4	56	57.751	119	117.249	175
5	49	50.654	126	124.346	175
6	45	43.496	130	131.504	175
7	51	36.775	124	138.225	175
8	33	30.224	142	144.776	175
9	28	23.987	147	151.013	175
10	3	14.592	168	156.408	171

O teste de ajustamento do modelo ($\chi^2(8) = 100.981$, $p = 0.01$) sugere a rejeição de H₀ (quadro E.7) e a aceitação de H₁, ou seja, que o modelo não se ajusta aos dados. Porém, dado que a regressão contém variáveis quantitativas, a distribuição χ^2 não é geralmente válida (Mâroco, 2014: 817). É necessária, uma análise posterior, através do teste de Hosmer e Lemeshow (quadro E.8). Esta revela que os valores esperados estão próximos dos valores observados. Por conseguinte, aceita-se o ajustamento (H₀).

Quadro E.9. Determinantes da incongruência ideológica (bloco 2)

	β	Erro padrão	Wald	gl	<i>p value</i>	Exp(B)	Intervalo de confiança	
							Mínimo	Máximo
BE	-0.539	0.171	9.925	1	0.002	0.583	0.417	0.816
PSD	-0.035	0.198	0.032	1	0.858	0.965	0.655	1.423
CDS	-0.242	0.173	1.958	1	0.162	0.785	0.560	1.102
Idade	-0.015	0.005	10.749	1	0.001	0.985	0.976	0.994
Sexo	-0.236	0.133	3.173	1	0.075	0.790	0.609	1.024
Educação	0.061	0.027	5.130	1	0.024	1.063	1.008	1.120
Freq_Rel	-0.249	0.062	16.298	1	0.000	0.780	0.691	0.880
Motivação	-0.239	0.042	31.734	1	0.000	0.788	0.725	0.856
Participação	-0.002	0.009	0.057	1	0.811	0.998	0.980	1.016
Satisfação	1.134	0.125	82.223	1	0.000	3.107	2.432	3.970
Liderança	0.435	0.150	8.402	1	0.004	1.545	1.151	2.074
Cargos Publicos	0.270	0.127	4.521	1	0.033	1.310	1.021	1.680
Constant	-1.709	0.572	8.936	1	0.003	0.181		

Quadro E.10. Inferência sobre o modelo: teste do Qui-quadrado (bloco 3)

Etapa	Qui-quadrado	gl	<i>p value</i>
1 Step	5.774	1	0.016
Block	5.774	1	0.016
Model	209.721	13	0.000

H_0 : O modelo não é estatisticamente significativo;

H_1 : O modelo é estatisticamente significativo.

A diferença entre modelos é estatisticamente significativa, pelo que o modelo 3 ($\chi^2(13) = 209.721$, $p=0.016$), adicionando a lealdade eleitoral, é melhor que o modelo 2 ($\chi^2(13) = 209.721$, $p<0.001$).

Quadro E.11. Sumário do modelo (bloco 3)

Etapa	-2 Log likelihood	Pseudo R ² de Cox & Snell	Pseudo R ² de Nagelkerke
1	1903.039 ^a	0.113	0.161

Quadro E.12. Ajustamento do modelo aos dados (bloco 3)

Etapa	Qui-quadrado	gl	<i>p value</i>
1	27.019	8	0.001

H_0 : O modelo ajusta-se aos dados;

H_1 : O modelo não se ajusta aos dados.

Quadro E.13. Ajustamento do modelo aos dados: teste de Hosmer e Lemeshow (bloco 3)

	Congruentes (0)		Incongruentes (1)		Total
	Observados	Esperados	Observados	Esperados	
1	102	107.354	73	67.646	175
2	71	80.607	104	94.393	175
3	67	67.668	108	107.332	175
4	65	58.340	110	116.660	175
5	48	50.883	127	124.117	175
6	47	43.255	128	131.745	175
7	42	36.519	133	138.481	175
8	45	30.213	130	144.787	175
9	24	23.630	151	151.370	175
10	1	13.529	170	157.471	171

O teste de ajustamento do modelo 3 ($\chi^2(8) = 27.0.19, p=0.001$) sugere a rejeição de H_0 (quadro E.12) e a aceitação de H_1 , ou seja, que o modelo não se ajusta aos dados. Porém, dado que a regressão contém variáveis quantitativas, a distribuição χ^2 não é geralmente válida (Mâroco, 2014: 817). É necessária, uma análise posterior, através do teste de Hosmer e Lemeshow (quadro E.13). Esta revela que os valores esperados estão próximos dos valores observados. Por conseguinte, aceita-se o ajustamento (H_0).

Quadro E.14. Determinantes da incongruência ideológica (bloco 3)

	β	Erro padrão	Wald	gl	<i>p value</i>	Exp(B)	IC	
							Mínimo	Máximo
BE	-0.532	0.171	9.647	1	0.002	0.587	0.420	0.822
PSD	-0.031	0.198	.024	1	0.876	0.969	0.657	1.430
CDS	-0.235	0.173	1.842	1	0.175	0.791	0.563	1.110
Idade	-0.014	0.005	9.450	1	0.002	0.986	0.977	0.995
Sexo	-0.220	0.133	2.740	1	0.098	0.802	0.618	1.041
Educação	0.058	0.027	4.690	1	0.030	1.060	1.006	1.117
Freq_Rel	-0.244	0.062	15.661	1	0.000	0.784	0.694	0.884
Motivação	-0.229	0.043	28.968	1	0.000	0.795	0.731	0.864
Participação	-0.001	0.009	0.015	1	0.901	0.999	0.981	1.017
Satisfação	1.103	0.126	76.951	1	0.000	3.015	2.356	3.858
Liderança	0.445	0.150	8.766	1	0.003	1.561	1.162	2.096
Cargos Publicos	0.255	0.127	4.023	1	0.045	1.291	1.006	1.656
Lealdade	-0.421	0.180	5.482	1	0.019	0.657	0.462	0.934
Constante	-1.296	0.598	4.694	1	0.030	0.274		

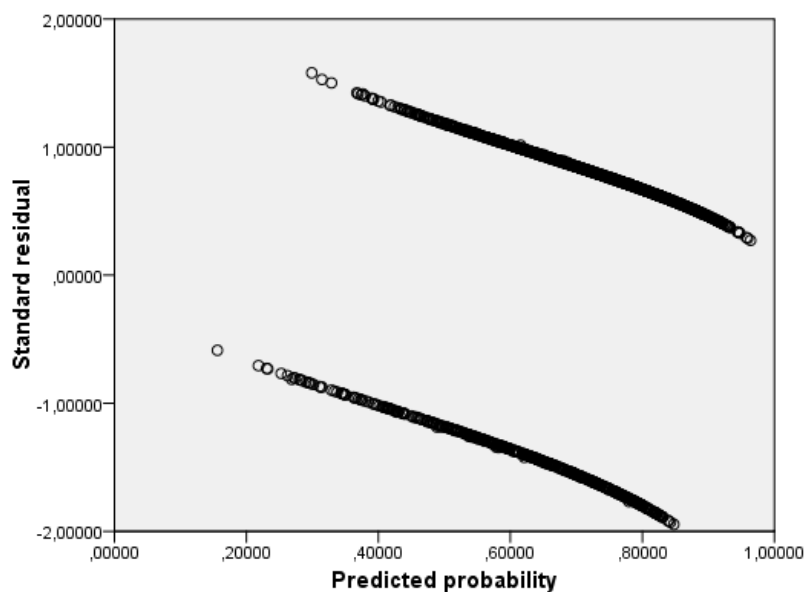
E.2. ADEQUABILIDADE DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA

Quadro E.15. Independência das variáveis: testes de multicolinearidade

	Tolerância	VIF
BE	0.788	1.269
PSD	0.698	1.432
CDS	0.692	1.444
Idade	0.843	1.186
Sexo	0.952	1.050
Educação	0.901	1.109
Frequência religiosa	0.869	1.150
Motivação	0.896	1.117
Insatisfação com o funcionamento interno	0.877	1.140
Participação (horas)	0.833	1.201
Posição de liderança	0.628	1.592
Cargos públicos	0.785	1.274
Lealdade eleitoral	0.947	1.056

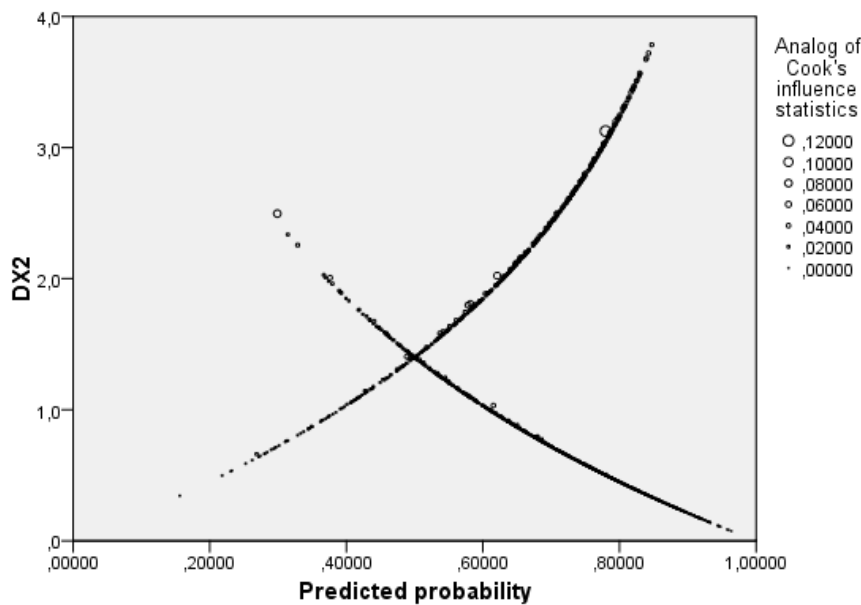
Como o nosso modelo inclui várias variáveis independentes, uma dúvida recorrente pressupõe a existência multicolinearidade entre as preditoras. Noutras palavras, que estas variáveis estejam fortemente correlacionadas entre si. O teste de multicolinearidade (quadro E.15) permite dissipar essas dúvidas. Dado que não existem valores de VIF acima de 5 e de tolerância inferiores a 0.2, o nosso modelo não reporta problemas de multicolinearidade (ver Marôco, 2014: 715).

Figura E.1. Diagrama de resíduos estudentizados



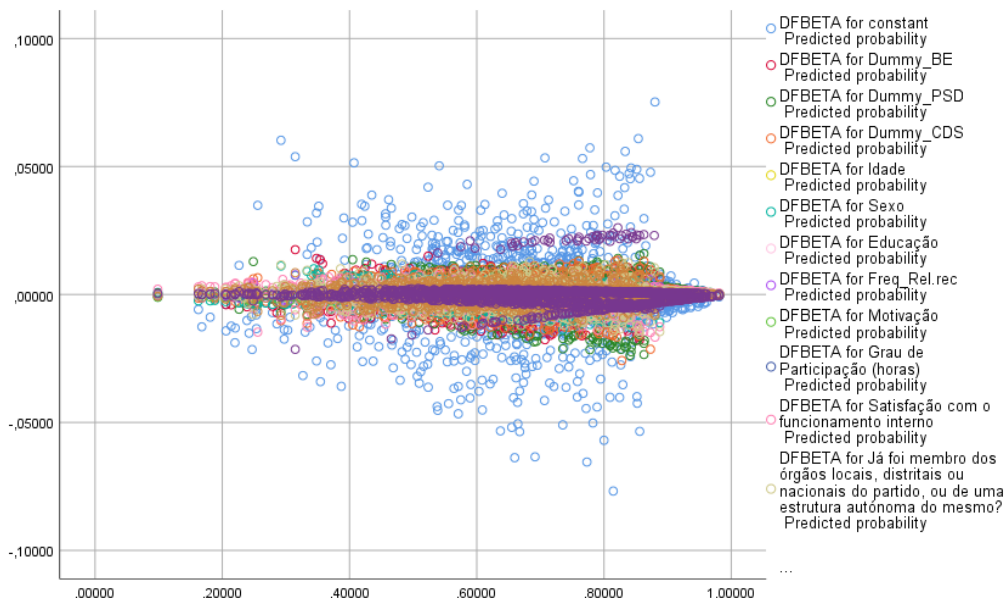
O diagrama de resíduos estudentizados (figura E.1) permite indentificar a existência de *outliers*, no modelo. Não existindo casos acima de 2 nenhuma das observações é forte candidata a *outlier*.

Figura E.2. Diagnóstico de *outliers* e de observações influentes



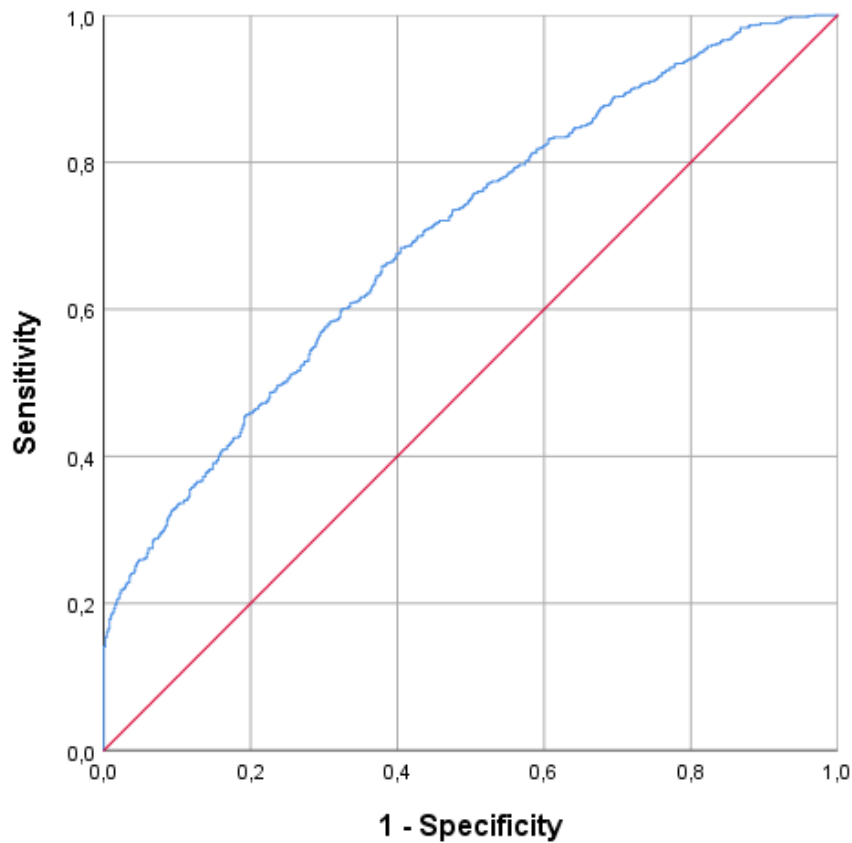
Uma análise inicial revelou a existência de observações influentes, pelo que se retiraram os valores superiores a 4. Como representado graficamente (figura E.2), descontados os *outliers*, não subsistem candidatos a observações influentes, o que aumentou consideravelmente a qualidade e ajustamento do modo (figura E.4).

Figura E.3. Diagnóstico de casos influentes (*DfBetas* para coeficientes do modelo)



A figura E.3 corrobora os resultados prévios. Não existindo valores de *DfBetas* acima de 2 e distâncias de Cook de quaisquer variáveis superiores a 1 (excetuando a constante), confirma-se a não existência de observações ser influentes sobre os coeficientes do modelo (ver Marôco, 2014: 825-826).

Figura E.4. Curva de ROC



A curva do ROC (figura E.4) permite avaliar o poder do modelo para discriminar *fits* vs. *misfits*. O modelo reporta uma sensibilidade de 0.722, ou seja, identifica corretamente 72.2% dos casos; e uma especificidade de 0.935, classificando corretamente 93.5% dos *misfits*. A análise da AUC (área sob a curva) consta do quadro E.16. Sendo esta significativamente superior a 0.5 ($p < 0.001$), pelo que o modelo ajustado apresenta uma boa capacidade discriminante.

Quadro E.16. Área sob a curva (probabilidade prevista)

Área	Desvio Padrão	<i>p</i> value assintótico	IC 95%	
			Limite inferior	Limite superior
0.700	0.013	0.000	0.674	0.726